

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

*Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná
Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Alagoas*

**DO
CAPITALISMO
E
DO
SOCIALISMO**

FLORIANÓPOLIS

2007

Duas palavras sobre a história deste livro e a sua circunstância

Quando este livro nasceu tinha eu trinta anos. E Portugal vivia ainda sob a ditadura fascista, na altura sob a ‘chefia’ de Marcelo Caetano.

Os textos que escrevi destinavam-se a ser publicados na revista *Vértice*, uma revista de inspiração marxista que na altura se publicava em Coimbra, onde nascera no início dos anos 40 do século passado. Como todas as publicações periódicas, a *Vértice* estava sujeita à *censura* prévia. E nunca pôde assumir-se como revista de inspiração marxista. Dizia-se “Revista do racionalismo moderno”...

Os textos foram, pois, escritos com a certeza de que iriam ser apreciados pela censura, que era, no caso da nossa revista, particularmente dura. Para conseguirmos publicar um número tínhamos de preparar material que daria para dois ou três números, tal o volume dos cortes do lápis vermelho da Comissão de Censura de Lisboa (o regime não confiava nos burocratas que em Coimbra exerciam a função de polícias do espírito).

Era difícil, por vezes desesperante, escrever para a censura. O esforço para escapar à tesoura dos censores nota-se em algumas formulações redundantes (às vezes poderão parecer ‘ingénuas’), na busca recorrente da autoridade de certos professores, no subentendido de uma ou outra observação crítica, no ar vago de certas conclusões, na referência indirecta a certos autores ou a certos livros. Mas as marcas maiores ficavam dentro de nós, que sofríamos aquele vexame.

Por outro lado, a censura impunha que os textos fossem enviados para Lisboa já em provas tipográficas, isto é, já com o encargo financeiro de uma grande parte dos custos da produção

industrial da revista. Era mais uma arma do salazarismo para asfixiar as publicações desafectas ao regime. Como revista militante que era, a *Vértice* não podia sucumbir (e não sucumbiu, apesar das inúmeras dificuldades por que passámos). Mas cada um de nós tinha a clara noção de que nem valia a pena tentar abordar certos temas e sabia que não podia carregar nas tintas dos textos que íamos escrevendo, porque cada corte na censura era mais uma dificuldade na vida da revista.

Por essa altura, a Comissão de Censura cortava, regularmente, uma boa parte dos textos assinados com o meu próprio nome. Usei um ou outro pseudónimo, um deles foi o nome do meu avô paterno (Joaquim Martinho), falecido há alguns anos, analfabeto como nascera. Neste caso, resolvi assinar apenas A. A..

O Dr. M. F. Pereira Ramos parece não ter tomado consciência desta minha circunstância, sublinhando, com algum desagrado, o facto de eu ter assinado simplesmente A. A.. Nunca o conheci pessoalmente. Espero que ele não tenha pensado tratar-se, da minha parte, de um gesto de sobrançeria, desprezando a importância do tema ou o facto de poder *conversar* com um Prémio Nobel. Pelo contrário: o tema interessava-me (e continua a interessar-me) bastante, e não é todos os dias que temos oportunidade de *conversar* em público com um Prémio Nobel. O disfarce do nome foi apenas mais uma artimanha para conseguir que os textos saíssem nas páginas da *Vértice*, trazendo para o espaço público uma *conversa* que não era uma conversa privada.

Pensando bem, talvez o entrevistador do Prof. Tinbergen tenha percebido as minhas dificuldades, porque a verdade é que foi de uma grande generosidade para com A. A., classificando a minha primeira nota a propósito da entrevista de Tinbergen como “trabalho interessantíssimo”, “uma crítica profunda às idéias de Tinbergen”, e considerando-a merecedora de ser lida e eventualmente criticada por uma personalidade do gabarito do seu entrevistado.

Devo à exemplar humildade científica do Prof. Jan Tinbergen e à sua grandeza de homem simples (são assim as pessoas excepcionais) a honra de ver um autor tão prestigiado

(tinha acabado de receber o Prémio Nobel!) disposto a gastar um pouco do seu tempo para responder à prosa humilde do Sr. A. A. (assim me tratou Tinbergen). Fiquei contentíssimo, é claro. Mas apanhei um susto. Estaria eu à altura de uma resposta condigna a Tinbergen? Teria tempo para preparar uma resposta que não me envergonhasse e prestigiasse a *Vértice*? E – questão particularmente angustiante – como iria reagir a censura?

No tempo livre das minhas obrigações de jovem docente da Faculdade de Direito de Coimbra, fui escrevendo o texto com que encerra este livro. Entretanto, a censura cortou alguns trechos. E eu reclamei. Invoquei que era um debate entre universitários, que eu ensinava estas matérias nas minhas aulas... O Director da censura respondeu-me, pondo em evidência a natureza subversiva da problemática abordada, escandalizado com o facto de nas universidades portuguesas se ensinarem tais coisas!

Mas o facto é que em 1969 os estudantes da Universidade de Coimbra tinham levado a cabo lutas fortíssimas contra a universidade autocrática e salazarista, contra o fascismo e contra a guerra colonial, lutas que terminaram com uma greve a exames que contou com a adesão de cerca de 90% dos estudantes da academia coimbrã. O reitor e o ministro da educação tiveram de ser substituídos.

Neste contexto, entendemos nós, a redacção da *Vértice*, que valia a pena arriscar nos protestos junto da Comissão de Censura de Lisboa (entretanto, sob Marcelo Caetano, a censura tinha-se ‘travestido’ de *exame prévio*...). Apesar de alguns cortes, ganhámos alguma coisa e os textos acabaram por sair na revista. Mais tarde do que teria sido possível se o país vivesse em liberdade.

Em 1972, resolvemos publicar um livro com os textos todos, integrando nos meus os cortes da censura, o que não os libertou, é claro, do estilo e do tom a que esta obrigava as suas vítimas. O livro foi incluído na *Colecção Textos Vértice*, que publicávamos em parceria editorial com a *Atlântida Editora*, uma casa que, entretanto, desapareceu do panorama editorial coimbrão e português.

Surgiu agora esta oportunidade de publicar o livro no

Brasil, trinta e cinco anos depois da primeira edição. É uma honra e uma alegria que fico a dever à Fundação Boiteux (da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina) e ao seu Presidente, o meu Colega e Amigo Doutor Orides Mezzaroba. A outro Colega e Amigo, o Doutor Gilberto Bercovici, devo agradecer a gentileza com que respondeu positivamente ao desafio que lhe lancei de escrever um prefácio para esta edição.

Quero crer que continuam actuais os temas que aqui se discutem. E que vale a pena continuar a reflectir sobre eles. Naquela altura, os sociais-democratas europeus consideravam ofensa suprema a acusação que lhes era feita pela esquerda marxista e comunista de que eles se limitavam à *gestão leal do capitalismo*. Hoje, este equívoco terá passado à história, porque são os próprios dirigentes dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus a considerarem-se defensores do capitalismo (e até do neoliberalismo) no que toca à produção e do socialismo no que toca à distribuição. Dir-se-á que esta equação é uma espécie de *quadratura do círculo*, se levarmos a sério o que, desde os fisiocratas, nos ensina a teoria económica: que as relações de distribuição não podem separar-se das relações de produção. Mas não vamos abrir aqui este debate. Por isso, o texto que vem agora a lume reproduz o que foi escrito para a censura há mais de trinta e cinco anos. Limitei-me a actualizar a ortografia e a fazer pequenas alterações de forma, que deixam praticamente intacto o texto originário.

Coimbra, Julho de 2007

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

PREFÁCIO

Em tempos de pensamento neoliberal hegemônico, qual é o motivo de se reeditar, no Brasil, uma obra escrita em Portugal, no início da década de 1970, intitulada *Do Capitalismo e do Socialismo?* O livro reproduz o debate público travado, por meio de entrevistas e artigos publicados em periódicos portugueses (*Jornal do Fundão* e *Revista Vértice*), entre o primeiro Prêmio Nobel de Economia (1969), o holandês Jan Tinbergen (1903-1994), e o então jovem assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, o português António José Avelãs Nunes.

Tinbergen foi Professor da Universidade de Rotterdam e chefe do Planejamento Central da Holanda, um dos responsáveis pela reconstrução econômica do país após a guerra e a ocupação alemã, autor de várias obras, muitas delas traduzidas para o português ou o espanhol, como, por exemplo, *Economic Policy: Principles and Design* (North-Holland Publishing Company, 1956 - há uma tradução espanhola da Fondo de Cultura Económica, de 1961), *Central Planning* (Yale University Press, 1964 - há uma tradução brasileira, da Editora Atlas) e *Tinbergen Lectures on Economic Policy* (North-Holland Publishing Company, 1993). António Avelãs Nunes é hoje Vice-Reitor da Universidade de Coimbra e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da qual também já foi Diretor, autor de inúmeras obras, dentre as quais, publicadas no Brasil, destaco *Industrialização e Desenvolvimento: A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”* (Quartier Latin, 2005), *Neoliberalismo e Direitos Humanos* (Renovar, 2003) e *Uma Introdução à Economia Política* (Quartier Latin, 2007).

O ponto central do debate entre Tinbergen e Avelãs Nunes é a tese, defendida pelo professor holandês, da “convergência dos sistemas”. Para Tinbergen, os Estados

ocidentais não seriam mais propriamente capitalistas, dada a participação elevada do setor público em suas economias e a prática do planejamento indicativo, nem os Estados do Leste europeu seriam rigorosamente socialistas, com as tendências de descentralização de suas economias que estariam ocorrendo. Tinbergen, então, defende a idéia de que não haveria um capitalismo ou um socialismo puros, mas economias mistas que tenderiam a se compatibilizar em torno de princípios comuns. Vinculado à social-democracia holandesa, Tinbergen abandona a perspectiva reformista da construção do socialismo pela via pacífica e democrática para defender o modelo de uma espécie de “capitalismo social”, de raízes solidaristas, fundado na idéia de economia social de mercado.

Segundo a crítica de Avelãs Nunes, Tinbergen retira qualquer potencial emancipatório do socialismo, ignorando as diferenças essenciais entre os dois sistemas, especialmente no que diz respeito à propriedade dos meios de produção, além de enxergar o Estado como uma instituição *neutra*, que paira acima das classes e grupos sociais. No fundo, segundo Avelãs Nunes, seria uma falsa convergência, pois o “sistema misto” defendido por Tinbergen em suas características essenciais é capitalista, com a manutenção da lógica privada da propriedade dos meios de produção, da acumulação de capital e da repartição do excedente.

Neste mesmo sentido, Carlos Lessa, em seu importante trabalho *O Conceito de Política Econômica*, critica Tinbergen com argumentos semelhantes aos de Avelãs Nunes. Para Lessa, Tinbergen entende o Estado como um ente supra-social, que consegue agir de modo coerente em várias frentes simultâneas. Para tanto, basta que a teoria econômica contribua para esta ação coerente do Estado, preferencialmente pela planificação, tornando-se uma espécie de “ciência oficial” que garante a maior eficácia da política econômica. O papel da teoria econômica, para Tinbergen, é estudar a coordenação dos objetivos escolhidos politicamente e propor a relação adequada entre meios e fins, cuja viabilidade deve ser sempre técnica, mediante o uso de modelos¹.

Retomando a pergunta inicial, eis a importância e o motivo da reedição deste livro: demonstrar que o debate sempre é possível, que não existem soluções eternas ou mágicas. Pelo contrário, é a história quem demonstra a precariedade destas concepções. Em uma época de deslumbramento neoliberal, em que vigoram a frase célebre de uma

¹ Carlos LESSA, *O Conceito de Política Econômica: Ciência e/ou Ideologia?*, Campinas, UNICAMP-IE (Instituto de Economia), 1998, pp. 307-331, especialmente pp. 307-311 e 317-320.

primeira-ministra inglesa “There is no alternative” e os arautos do “fim da história”, Avelãs Nunes nos prova que, assim como na década de 1970, há sempre alternativas e possibilidades emancipatórias, desde que se tenha coragem intelectual para trazê-las ao debate público.

São Paulo, Julho de 2007

Gilberto Bercovici

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana
Mackenzie
Doutor em Direito do Estado e Livre-Docente em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo

Nota Prévia

A leitura, aliás tardia, de uma entrevista que o Prof. Jan Tinbergen concedeu ao Dr. M. F. Pereira Ramos e que o Jornal do Fundão publicou no seu número de 7 de fevereiro de 1969 suscitou-me alguns comentários aos pontos de vista nela sustentados pelo ilustre Professor de Roterdão. Na revista Vértice (nº 318, julho de 1970) vieram a público esses despreziosos comentários.

Com grande surpresa minha, cerca de um ano depois vim a ter conhecimento de que o Jornal do Fundão inseria, no número de 18 de abril de 1971, um texto da autoria de Jan Tinbergen, no qual eram retomadas teses já anteriormente expostas por ele e eram rebatidos os comentários por mim publicados na Vértice.

A importância das questões em discussão levou-me a analisar mais em pormenor alguns dos pontos aflorados no debate. Fi-lo sem quaisquer intuítos polémicos, apenas animado do propósito de “ser útil aos leitores de Vértice, no esforço de clarificação ideológica em que estarão empenhados”, como declarava, muito sinceramente, na introdução ao artigo que a Vértice inseriu nos números 334-335 (nov.-dez. de 1971) e 336-337 (jan.-fev. de 1972).

Num tempo em que uma atitude cívica esclarecida não pode ignorar a controvérsia entre capitalismo e socialismo, parece-me desnecessário justificar aqui a importância fundamental dos assuntos em debate nos textos acima referidos. Dentro desta perspectiva é que me decidi a trazer os textos provocados pela entrevista de Tinbergen junto de um público mais vasto do que o dos leitores de Vértice, na esperança de que a sua leitura, dada a natureza dos problemas focados, possa ser de alguma utilidade, sobretudo num país como o nosso, onde não abundam textos em português que tornem relativamente fácil o acesso a temas desta ordem. Ao decidir-me a fazê-lo, pareceu-me interessante para os leitores publicar conjuntamente os textos de Tinbergen com os quais mantive o

diálogo que as páginas seguintes registam. Assim ganharão em clareza os pontos de vista expressos nos textos de minha autoria, em discordância com os do Prof. Tinbergen, e assim fica salvaguardado o objectivo que sempre me preocupou, de não alterar ou desvirtuar, nas minhas explicações, as opiniões sustentadas pelo meu interlocutor.

Os textos vão publicados pela ordem cronológica do seu aparecimento: primeiro, a entrevista do Prof. Tinbergen; depois, a minha nota de julho de 1970, reproduzida sem qualquer alteração, logo seguida da resposta de Tinbergen sobre O essencial do socialismo; finalmente, com ligeiras adaptações que em nada alteram o tom ou a orientação do texto que originariamente veio a público, vão os artigos que a Vértice incluiu no último número de 1971 e no primeiro número de 1972.

Esta publicação pretende apenas servir de pretexto ao estudo atento da problemática debatida, por parte dos leitores interessados. Oxalá o consiga.

Coimbra, setembro de 1972

A. J. AVELÃS NUNES

**O Prof. Jan Tinbergen,
Primeiro Prémio Nobel da Economia,
fala com o Dr. Pereira Ramos para o *JORNAL DO
FUNDÃO****

Ao Dr. Pereira Ramos, agora residente na Holanda, onde ocupa lugar relevante na Philips, deve já o nosso Jornal valiosíssima colaboração.

Da Bolívia, onde dirigiu a filial daquela importante organização, mandou-nos alguns originais que deram uma visão clara dos angustiosos problemas da América do Sul.

A entrevista com o Prof. Jan Tinbergen, plena de actualidade, é um exclusivo que os nossos leitores vão ter na devida conta e que nós, muito penhorados, agradecemos.

Não há estudante que não tenha, pelo menos, ouvido falar no seu nome nem economista que alguma vez se não tenha debruçado sobre os seus trabalhos.

Dele escreve o brilhante Prof. Francisco Pereira de Moura no seu livro *Problemas Fundamentais da Economia*: “Para citar um nome, entre tantos dos economistas actuais que têm feito avançar a econometria, decidimo-nos pelo holandês Jan Tinbergen, com uma obra multiforme mas que apresenta a característica relevante de jamais se deixar subjugar pela técnica matemática, antes a pondo ao serviço da investigação económica e social e da formulação da política económica naqueles problemas ou fases de resolução em que ela pode ser útil”. Pois este notável esforço de investigação acaba de ser publicamente reconhecido com a atribuição do Prémio Nobel das Ciências Económicas, atribuído este ano pela primeira vez.

Professor da Universidade de Roterdão, Doutor *Honoris Causa* por várias Universidades, entre as quais a Universidade Técnica de Lisboa, Tinbergen é não só um investigador mas também um homem de acção. Responsável durante dez anos pelos serviços de planificação económica do seu país, é considerado, a justo título, como o principal obreiro do formidável “milagre holandês” de ressurgimento de uma economia profundamente abalada pelas vicissitudes da última guerra. Posta a economia da Holanda no bom caminho, o Prof. Tinbergen passou então a dedicar-se aos problemas dos países menos desenvolvidos, actuando como conselheiro dos governos de muitos

* Entrevista publicada no *Jornal do Fundão*, nº 1.195, de 7-XII-1969.

deles e como presidente da Comissão de Planificação do Desenvolvimento das Nações Unidas.

Mas o extraordinário sucesso da sua carreira profissional em nada fez alterar o estilo de vida simples de um homem que é de uma comvente modéstia. Casado, pai de três filhos e avô de sete netos, o Prof. Tinbergen nunca teve automóvel, prefere andar a pé, de bicicleta ou de comboio, quando não se decide a tomar o eléctrico que ele próprio por vezes conduz através das ruas da formosa cidade da Haia. Na sua casa, sóbria, do mais vulgar estilo holandês, não se descobre ponta de luxo; no escritório, prateleiras repletas de livros e uma mesa de trabalho igual à de qualquer estudante. Foi aí mesmo, nesse pequeno recanto onde se terá forjado toda a obra deste novo Prémio Nobel, que, entre duas taças do típico café holandês, tivemos com o Prof. Tinbergen a conversa que a seguir se reproduz e especialmente provocada em atenção aos leitores do *Jornal do Fundão*:

Jornal do Fundão – Prof. Tinbergen, como recebeu a notícia da atribuição do Prémio Nobel?

Professor Jan Tinbergen – *A revista Time tinha já publicado uma lista de nomes de possíveis candidatos, entre os quais figurava o meu. Porém, nunca pensei que eu viesse a ser escolhido, pelo que foi para mim uma grande surpresa, uma agradável surpresa, mas também uma grande honra.*

J. do F. – Poderá resumir-nos a sua actividade desde os seus primeiros tempos de jovem investigador até agora, a ponto de ser declarado Prémio Nobel? O Prof. Tinbergen não começou como economista, supomos...

J. T. – *Efectivamente, comecei por me dedicar à Física, mas depois fiz a minha tese de doutoramento nos dois domínios, subordinado-a ao tema Problema dos Mínimos em Física e em Economia. Em seguida passei a dedicar-me inteiramente à Economia ao aceitar um lugar no Serviço Nacional de Estatística, onde deveria desenvolver a investigação sobre os ciclos económicos. No mesmo domínio trabalhei em Genebra para a Sociedade das Nações. Isto passou-se antes da Guerra, entre 1936 e 1938. Depois da Guerra deixei o Serviço de Estatística e ingressei na Administração do Plano, de que fui director durante dez anos. Em 1955 abandonei o Plano e passei a dedicar-me inteiramente aos países em vias de desenvolvimento, actuando como conselheiro em vários países e em diferentes organizações internacionais. Dirijo também um Instituto que possui uma divisão que se ocupa particularmente da planificação central nos países subdesenvolvidos e onde um grupo de jovens*

economistas se dedica com o maior entusiasmo ao estudo dos problemas inerentes àqueles países.

O que é a econometria?

J. do F. – A econometria sofreu, devido à sua acção, um impulso formidável. Fundamentalmente, o que é a econometria e como se desenrolou o processo do seu desenvolvimento?

*J. T. – Desde o começo da minha actividade, foi minha preocupação tentar aplicar métodos exactos, que, como a matemática, pudessem servir de elo de ligação entre a teoria e os factos económicos. Essa a verdadeira essência da econometria. Na altura tratava-se de qualquer coisa de inteiramente novo e eu e Frisch fazíamos parte do grupo de doze ou quinze economistas que periodicamente nos reuníamos em Lausana para trocar impressões sobre o assunto. Pela minha parte, apliquei pela primeira vez o novo método quando em 1936 o governo holandês me pediu um estudo sobre a política económica a seguir às épocas de depressão. Foi o meu primeiro modelo econométrico verificado com quantidades reais. Mais tarde, no âmbito da Sociedade das Nações, apliquei o mesmo método à economia dos Estados Unidos, de onde resultou a publicação do livro *Business Cycles in the U.S.A.*, em 1939. Devo frisar que foi Frisch o grande inspirador de todo este movimento. Eu não fazia mais do que tentar segui-lo. Após alguns anos de experiência prática, eu e os meus colaboradores dos serviços do Plano holandês construimos um modelo para servir de quadro de referência da economia da Holanda. Foi o começo de uma tradição que ainda hoje se mantém. A partir de 1955, lancei-me em todo um outro domínio: os problemas a longo prazo. Já em 1942 havia feito a primeira tentativa, com a publicação de um artigo dedicado à Teoria da Tendência Geral, o célebre “trend” inglês, mas só treze anos depois, e isto porque de um lado e de outro me pediam conselhos para o futuro, me comecei verdadeiramente a interessar pelos modelos de planificação. Eu e os meus colaboradores, que hoje conhecem muito melhor do que eu as técnicas matemáticas, contribuimos, creio eu, para uma melhoria dos modelos até então existentes, como os de Harrod-Domar e Leontief.*

J. do F. – Em que consistiu o vosso contributo para a melhoria desses modelos?

J. T. – Introduzimos algumas noções que em seguida se vieram a mostrar da maior utilidade. Por exemplo, marcámos claramente a diferença entre os bens que podem ser exportados ou importados e os bens que o não podem ser e aos quais

chamamos bens de “indústria nacional”. É interessante constatar a importância da existência de tais bens. Em geral, eles são mais ou menos comparáveis ao que também se costuma chamar “infra-estrutura”. Apenas um exemplo: suponhamos que se pensa estabelecer em determinado ponto uma nova fábrica de têxteis ou de papel. Quais são as consequências para a infra-estrutura? É importante sabê-lo, pois é em função do todo, a infra-estrutura existente e a nova fábrica que se pretende construir, que a decisão deve ser tomada. Pode ser que a nova fábrica em si se justifique e beneficie de um critério favorável, mas se a sua laboração exige custos demasiado elevados em energia ou em transportes, por exemplo, é bem possível que, no interesse da economia tomada como um todo, o projecto da nova fábrica tenha de ser abandonado.

A planificação no Ocidente e no Leste e o sistema misto

J. do F. – Que outros aspectos da planificação mereceram o vosso cuidado?

J. T. – Além da planificação do ensino, um aspecto que nos mereceu toda a atenção é o relacionado com os países do leste. Primeiro que tudo, tentámos compreender melhor esses países e em seguida quisemos mostrar que tanto leste como oeste estão em movimento e que os dois sistemas se aproximam cada vez mais, sobretudo quando se considera o lado puramente económico. Por exemplo, verifica-se nos países ocidentais uma marcada tendência para uma maior planificação, tanto ao nível das grandes empresas como ao nível dos próprios governos. Na Holanda foram mesmo os industriais que pediram ao Governo para se proceder a uma planificação, a médio termo, para a indústria. Por outro lado, é evidente que se regista nos países de leste uma notável tendência para descentralizar um certo número de decisões. Ora, o que me parece é que existe um sistema intermediário que será melhor que os dois outros, o “sistema misto”, como lhe chamamos. Quer dizer que há certas indústrias para as quais as decisões devem ser tomadas a um nível mais elevado enquanto há outras que em nada serão prejudicadas se as decisões que lhes dizem respeito forem tomadas a um nível mais baixo. É lá que a livre concorrência pode ser utilizada com o maior proveito. Outras actividades, como a educação, construção ou manutenção das vias de comunicação comportam aquilo a que se chama “efeitos externos”, que são a causa do desvio entre benefícios e custos sociais e benefícios e custos privados. Essas actividades devem forçosamente quedar-se nas mãos do Estado. A poluição do ar ou das águas, por exemplo, é um problema de tal ordem que não pode ser resolvido senão ao nível mais elevado.

J. do F. – A tendência para a aproximação entre os sistemas de leste e oeste não

terá sofrido uma poderosa travagem com o problema da Checoslováquia?

J. T. – Não me restam dúvidas de que tal representa, realmente, um importante recuo, mas apesar disso é minha convicção que, mesmo na Rússia, eles serão forçados a continuar a proceder a uma certa descentralização. É curioso verificar o que se passa já na Jugoslávia e até mesmo na Polónia, onde as colectivizações forçadas na agricultura foram suspensas. Na realidade, pode dizer-se que uma grande parte da agricultura na Polónia está sujeita a uma exploração privada. Não faltam exemplos que nos levam à conclusão, sem serem doutrinários, de que se opera uma descentralização. A invasão da Checoslováquia foi uma travagem, mas o processo não poderá ser detido indefinidamente.

J. do F. – Que razões terão levado os russos a tomar tal decisão?

J. T. – É difícil de responder, mas tenho a impressão de que os russos, habituados a viver, durante tão longo período, sob métodos não-democráticos, não estão ainda preparados para deixar certas decisões ao critério de certas pessoas ou empresas individuais.

0 que é um socialista de puro sangue?

J. do F. – Temos ouvido chamar-lhe “socialista de puro sangue”. Que significa esta expressão?

J. T. – Sou um social-democrata, membro do respectivo partido desde 1923. Ser social-democrata significa para mim que as decisões respeitantes à economia e ao bem-estar da população devem ser tomadas pela comunidade, quer dizer, o Estado. Não impede que certas decisões, no interesse geral, possam ser tomadas por entidades privadas. Não é para mim um dogma que tudo deve ser feito pelo Estado. Ao contrário, direi mesmo que o que se pretende é encontrar o ponto óptimo para a divisão de funções entre o sector público e o sector privado. Mas creio firmemente que, em princípio, as decisões devem ser tomadas pela comunidade. É esse o núcleo central da minha convicção filosófica. Por outro lado, desde que me conheço que me senti fortemente preocupado pelo problema da distribuição dos rendimentos. Existe neste campo uma tremenda injustiça tanto no interior dos países como entre eles mesmos. Basta ver a quanto monta o rendimento por pessoa nos Estados Unidos e na Índia, por exemplo, para nos darmos conta desse facto. Acho que, tanto ao nível nacional como internacional, é justo que haja uma redistribuição dos rendimentos mais equilibrada, o

que se pode conseguir através de um adequado sistema de impostos, pela segurança social e pela educação. Educar uma pessoa é fazê-la passar de não-qualificada a qualificada, o que lhe permitirá obter uma posição e um salário mais elevados. Ao mesmo tempo torna-se mais fácil o mercado daquelas pessoas menos qualificadas, já que, ao reduzir-se o seu número, se reforça a sua posição no jogo da oferta e da procura.

J. do F. – Acha que o sistema socialista dos países de leste é mais apto para promover uma distribuição mais equitativa dos rendimentos do que o sistema capitalista dos países ocidentais?

J. T. – Pela minha parte, já não chamo capitalista ao sistema existente nos países do Ocidente. Creio que vivemos num sistema misto, onde existem bastante elementos socialistas. Direi então que não estou absolutamente nada seguro de que o sistema dos países de Leste seja o melhor, creio mesmo que o sistema que melhor pode servir é um que se encontra a meio caminho entre os dois sistemas tradicionais. Todos os nossos esforços devem tender a melhorar as práticas existentes e isto tanto de um lado como do outro. A este respeito, creio que os sociais-democratas têm qualquer coisa de novo e de melhor para apresentar. Cito como exemplo o caso da Suécia, país onde mais se avançou, mas onde se não atingiu ainda o ponto óptimo. Insisto no facto de que se não deve fazer uma idéia errada sobre o socialismo. Para mim ele significa que é necessário fazer entrar maior igualdade no sistema, tornando-o mais justo sem que isso signifique que todos os bens de produção devem estar sob a alçada do Estado.

J. do F. – Estará a sua maneira simples de viver relacionada com as suas concepções filosóficas?

J. T. – Sim, certamente. Volto a repetir que não parece justo que, enquanto há gente que morre de fome, outras pessoas gozem de uma riqueza excessiva. Dir-lhe-ei que, como todos os professores na Holanda, recebo um ordenado bastante elevado, mas faço intervir um certo voluntarismo tendente a fazer restringir o consumo, a não adquirir tudo aquilo que posso. Acho que, para bem dos menos favorecidos, há necessidade, no mundo inteiro, de praticar um pouco esse voluntarismo.

J. do F. – Se reconhece que tem um bom ordenado e se não o gasta, então poupa-o?

J. T. – Não, não é isso o que eu faço. Existe na Holanda uma organização cujos

membros lhe entregam uma certa percentagem do seu salário, servindo os fundos assim constituídos para financiar projectos de ajuda aos países subdesenvolvidos. E eu sou um dos membros dessa organização.

Os países subdesenvolvidos

J. do F. – Pois que falamos de países subdesenvolvidos, que perspectivas se apresentam para resolver o problema desses países?

J. T. – Em primeiro lugar, é preciso distinguir entre as perspectivas, quer dizer, as previsões e aquilo que é necessário fazer. Devo dizer que certas perspectivas são bastante animadoras. Quando olhamos para certos países asiáticos, como a Coreia, a Tailândia, as Filipinas, podemos ver aí taxas de crescimento apreciáveis. Talvez isso seja devido à proximidade do Japão, mas, de qualquer maneira, taxas de 7% e 8%, como as que lá se registam, é qualquer coisa de muito importante. Isso parece provar que é possível proceder a um desenvolvimento acelerado dos países mais atrasados.

J. do F. – Não obstante, o fosso entre os países industrializados e subdesenvolvidos não cessa de se alargar...

J. T. – É verdade e a situação não mudará enquanto os dirigentes dos dois grupos de países não mudarem a sua política.

J. do F. – Em que sentido se deve fazer essa transformação?

J. T. – Apenas um exemplo: seria desejável, para criar maior número de empregos nos países subdesenvolvidos, que fossem criadas indústrias que exigem muita mão-de-obra, como, por exemplo, uma certa parte da indústria têxtil ou de metais. Mas são precisamente essas indústrias que nós mais protegemos nos nossos países industrializados. Este é um bom exemplo que mostra que os países subdesenvolvidos não poderão avançar enquanto os países desenvolvidos não cumprirem a sua obrigação, isto é, não liberalizarem as suas importações e não aumentarem as suas contribuições financeiras. Ainda há pouco, em Bangkok, ao estudar com outros especialistas as perspectivas de desenvolvimento dos países do Sudeste Asiático, chegámos à conclusão de que todos eles têm o mesmo problema, isto é, não podem desenvolver as indústrias que, para eles, são as mais naturais, devido a que nós protegemos exactamente essas indústrias. Neste campo há imenso a fazer.

J. do F. – Possivelmente haverá também uma questão psicológica que joga: os países subdesenvolvidos mostram-se desconfiados e receosos de uma espécie de neocolonialismo...

J. T. – *Indubitavelmente e não deixam de ter razão. Acho que o ambiente só melhorará quando os grandes países desenvolvidos se decidirem a praticar uma verdadeira política multilateral destinada a colaborar de uma forma efectiva e sincera com os países subdesenvolvidos.*

J. do F. – Se não se importa, voltemos à Europa. Qual é a sua opinião sobre o tão discutido “desafio americano”?

J. T. – *Ele existe, realmente, mas não temos na Holanda tanto medo dele como os franceses, que olham receosos para a progressiva penetração americana. É um facto que os americanos, pela sua formidável actividade, pelo seu espírito criativo, continuam mais avançados do que nós. A distância não diminui, o que significa que é necessário fazer um esforço maior para reduzir o atraso. É já qualquer coisa de bom que a nossa taxa média de crescimento na Europa seja de 5% enquanto nos U.S.A. é um pouco mais baixa. Mas, de qualquer forma, é um facto que em diferentes ramos os americanos têm uma notável actividade e dedicam somas fabulosas à investigação. Neste sentido estamos realmente em presença de um desafio, mas não é um desafio sem resposta.*

J. do F. – A melhor resposta partirá, certamente, de uma melhor colaboração entre os países europeus...

J. T. – *Estou completamente de acordo. Sou um europeu convicto e desde sempre me bati por uma unificação da Europa que comporte o maior número de países possível. Sobretudo, acho que devemos ir no sentido do espírito do Tratado de Roma, isto é, deixar que certas decisões sejam tomadas ao nível mais elevado. Quer dizer que a nossa soberania deve ser parcialmente dada a uma entidade supranacional saída ou do Mercado Comum ou de uma combinação entre a C.E.E. e a E.F.T.A.*

O tradicional espírito individualista europeu parece estar a diluir-se um pouco, pois se assiste cada vez mais a um esforço de aproximação entre as grandes empresas, quer sob a forma de fusão, quer sob outras formas de colaboração. É um bom caminho para a resposta adequada ao desafio americano, mas é necessário acompanhar esse movimento com a criação de instituições políticas.

J. do F. – Precisamente, como é que um socialista convicto, de que o Prof. Tinbergen é um bom exemplo, reage à criação intensiva dessas gigantescas unidades capitalistas?

J. T. – *O principal é decidir se uma indústria deve ser pública ou privada. Na minha opinião, as indústrias que se encontram ainda numa fase de desenvolvimento dinâmico beneficiarão mais em permanecer entre mãos privadas do que entre as mãos do Estado. Mas desde que essa indústria se tenha tornado uma indústria de rotina, e tendo em conta os efeitos externos de que já falámos, ela poderá passar a ser dirigida pelo Estado. O essencial é encontrar a solução que melhor sirva o interesse geral. Notarei, contudo, que não se deve crer que as grandes empresas ditas privadas o são realmente. É preciso não esquecer que as suas actividades são limitadas por toda uma série de leis, pagam quase metade dos seus lucros sob a forma de impostos, devem manter uma duração de trabalho prescrita pela lei. São, enfim, fortemente limitadas na sua liberdade de acção. O economista sueco Karlsson, numa análise sobre a propriedade, mostra que esta se compõe de diversas partes e que, ao comparar a situação actual com a existente em meados do século passado, constata que toda uma série de componentes da propriedade foram já nacionalizados. Como dizem outros economistas, a propriedade privada já foi “creusée”. Uma nacionalização de funções é para mim mais importante que uma completa nacionalização. É aqui que reside a grande diferença entre a concepção actual e a vigente por alturas de 1921, em que se procurava estabelecer uma lista das indústrias que deveriam ser nacionalizadas. Hoje o que se procura saber é quais são as funções que devem ser nacionalizadas. Desta forma se deixa a grande força da iniciativa e da criação entre as mãos dos indivíduos mais capazes, aproveitando-se assim todo o esforço da sua actividade. Devo acrescentar que o industrial de hoje trabalha muitíssimo mais que o seu colega que viveu um século atrás, e com muito mais risco.*

J. do F. – Pois que falamos de todos estes problemas económicos da actualidade, poderá o Prof. Tinbergen dar-nos a sua opinião sobre o tão discutido sistema monetário internacional em vigência?

J. T. – *Sou partidário da opinião de que o Fundo Monetário Internacional se deve transformar em Banco Central. Quer dizer que, como excelentemente indicou o Prof. Triffin, se deveria ir para uma situação em que aquela instituição emitisse papéis de valor internacional, como o faz, no interior de cada país, um Banco Central. Isso significa igualmente que a situação das actuais moedas-chave (dólar e libra) deve mudar. Ninguém pode negar que os dois países anglo-saxões se aproveitaram da*

posição das suas moedas. Isso representa uma flagrante injustiça, mas também uma situação perigosa, como claramente indicou Triffin, ao dizer que a estabilidade do sistema está em perigo desde que ele repouse unicamente sobre uma ou duas moedas. É por isso que eu creio que só uma moeda universal emitida pelo FMI pode efectivamente ser a base de um sã sistema monetário internacional. Mas este não pode ser senão um projecto a longo termo, até porque existem ainda e bastante arreigadas muitas crenças, como aquela que pretende que é necessário ter fortes reservas de ouro para que o valor da moeda mereça confiança. No que respeita à Europa, creio que, numa fase mais adiantada da integração, vai ser necessário utilizar uma moeda única. Mas isso pressupõe a existência de uma entidade supranacional com autoridade em certas matérias, nomeadamente a monetária.

J. do F. – Voltemos, para terminar, à investigação e à Universidade. Em primeiro lugar, que pensa da intromissão, que muita gente considera abusiva, das matemáticas no estudo das outras ciências, especialmente nas ciências económicas?

J. T. – Penso que as matemáticas constituem um instrumento poderoso para analisar e exprimir explicitamente certas relações e é por isso que acho que elas podem ter um papel importante no estudo de muitas das outras ciências. É um facto que em cada ciência é necessário identificar a natureza de certos fenómenos. Essa é a parte qualitativa de uma ciência e onde se não pode utilizar as matemáticas. Uma vez definidos os diferentes fenómenos ou variáveis que entram em jogo, para melhor indicar as relações e para melhor controlar a teoria, é necessário, primeiro, utilizar uma unidade de medida e, depois, proceder a uma verificação. Creio que é um processo universal que atinge todas as ciências. Muitas delas, nas quais a matemática nunca tinha penetrado, começam agora também a servir-se dela. É o caso da Biologia e da Psicologia. Enfim, creio que é um desenvolvimento absolutamente natural.

Na Universidade muitas coisas devem mudar

J. do F. – Como professor universitário, o movimento de contestação que ultimamente se tem vindo a desenrolar não lhe passou certamente despercebido. Qual é a sua posição sobre o assunto?

J. T. – É um facto que muitas coisas devem mudar no seio da Universidade. Alguns colegas meus, um pouco conservadores, não são da mesma opinião. Não creio, contudo, que seja necessário haver na Universidade o máximo de democracia, como freqüentemente se ouve reclamar. O que é absolutamente preciso é encontrar o ponto

ótimo de democracia. A Universidade tem tarefas distintas e, em primeiro lugar, citarei a comunicação entre o estudante e o professor, que deve fazer-se a um nível bastante democrático. Outra tarefa é a da investigação, e nesta creio que uma demasiada democracia, com excessivas reuniões para discutir, cada vez, sobre as estruturas, implica uma considerável perda de tempo e de dinheiro. O que é necessário é tentar encontrar o ponto ótimo e esse ponto mostrará, com toda a certeza, que se não pode ir ao extremo da democratização. É preciso aproveitar as ideias úteis, que as há, mas, visto que o dinheiro necessário para financiar a Universidade sai dos bolsos da comunidade, é impossível que esta não tenha uma certa influência sobre as decisões a tomar.

Esta a conversa que tivemos com o Prof. Tinbergen. Naturalmente ficaram por fazer outras perguntas que poderiam ter interesse, já que com um homem desta envergadura não faltam os temas de discussão. Mas o que acima ficou escrito é certamente suficiente para dar aos leitores do nosso jornal uma ideia válida da personalidade e do pensamento deste novo Prémio Nobel. Mas o que mais gostaríamos de compartilhar com aqueles que nos lêem é a sensação magnífica que experimentámos ao constatar que o Professor, o notável investigador, o Prémio Nobel, é afinal um homem simples, modesto, sem outras ambições que não seja a de servir os outros servindo a ciência. Em que muitos deveriam pôr os olhos...

A propósito de uma entrevista de Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia (1969)

1. O holandês Jan TINBERGEN, primeiro Prémio Nobel da Economia, deu entrevista ao *Jornal do Fundão*.

Homem modesto, vivendo numa casa sóbria, sem automóvel – eis alguns dos seus atributos pessoais, que o entrevistador nos aponta.

Social-democrata confesso, “europeu convicto”, Tinbergen apresenta conceitos típicos de um certo reformismo, apelando para o ideal de um sistema económico vago, que não chega a definir: “tanto Leste (tendência para a descentralização) como Oeste (tendência para a planificação) estão em movimento e os dois sistemas aproximam-se cada vez mais, sobretudo quando se considera o lado puramente económico”; “não estou seguro de que o sistema de Leste seja o melhor – o que melhor pode servir é um que se encontra *a meio caminho* entre os dois sistemas tradicionais”; “parece-me que existe um *sistema misto*, intermediário, melhor que os outros dois”.

Jan Tinbergen já não chama *capitalista* ao “sistema existente nos países do Ocidente”. “Vivemos – continua ele – num sistema misto onde existem elementos capitalistas”. Há que tentar “esforços para melhorar as práticas existentes, de um lado como do outro. A este respeito, creio que os sociais-democratas têm qualquer coisa de novo e de melhor a apresentar. Cito como exemplo a Suécia, país onde se avançou mais, mas onde ainda se não atingiu o ponto óptimo”.

Para além da propaganda à social-democracia, aqui aparece mais uma vez a ideia da *convergência dos sistemas* (tese tão insustentável como a da quadratura do círculo ou a de que a História anda para trás), ideia tão cara a Tinbergen e a outros economistas e sociólogos burgueses (J. K. Galbraith, Jules Moch, Raymond Aron, J. J. Servan-Schreiber, Giuseppe Petrilli etc.), ideia que faz parte da ideologia dominante, a nível governamental, em alguns países industrializados da Europa (v.g. Suécia, Inglaterra, Alemanha, Itália). Tinbergen não está, portanto, desamparado (de outro modo, talvez não fosse Prémio Nobel...).

2. Trata-se, para os adeptos da convergência dos sistemas (ponto onde afloram, de algum modo, as ideias do célebre ideólogo americano W. W. Rostow sobre as etapas do desenvolvimento económico), de fazer crer que o progresso tecnológico operou alterações na actuação das forças económicas, num e noutro dos sistemas, tendo-se introduzido correctivos que os aproximaram no plano operativo. Nas palavras de Galbraith: “São os imperativos da tecnologia e da organização, e não as concepções

ideológicas, que determinam a forma da sociedade económica”. Talvez melhor: aquele tipo de sociedade única a que nos conduziria a tal convergência, a *sociedade industrial*, ou *sociedade post-industrial*, tipificando uma nova civilização, a *civilização industrial*, que não deveria considerar-se característica própria de um tipo particular de organização das relações económicas.

Expressiva esta conclusão de Servan-Schreiber, no célebre *Le Défi Américain*: “com a cibernética, que permitirá uma melhor repartição das riquezas, poderá efectuar-se a socialização muito mais eficazmente do que por meio de nacionalizações”.

Pelo que toca ao socialismo, tudo se passaria como se existissem várias *fases* de socialismo, determinadas pelo nível de desenvolvimento tecnológico, e como se os países socialistas (ou alguns deles) estivessem agora a entrar numa *fase de industrialização*, aproximando-se, por isso mesmo, de uma estrutura semelhante à do capitalismo industrial mais desenvolvido.

Compreender-se-á melhor agora por que falamos acima da influência de Rostow e como ela nos aparece neste ponto básico da ideologia de todos os defensores da convergência: as actuais diferenças entre o capitalismo e socialismo estão destinadas a desaparecer, pelo que não terá sentido uma orientação socialista para superar o atraso dos países ‘subdesenvolvidos’, do mesmo modo que será supérflua uma alternativa socialista para os países capitalistas desenvolvidos.

3. Como sinais de tal convergência, costumam apontar-se, entre outros, os seguintes:

- necessidade da programação económica nos países de economia de mercado, em conseqüência do aparecimento de novas tecnologias (teoria do “capitalismo organizado”);

- carácter social das forças produtivas, nos países de economia capitalista;

- difusão da propriedade privada dos meios de produção pelos milhares de accionistas das modernas sociedades anónimas, acompanhada da separação, cada vez mais nítida, entre a propriedade e o poder económico. E o poder (o poder sem propriedade – *power without property*, na expressão que serve de título a um conhecido livro de Adolf Berle) é que contaria, não a propriedade privada dos meios de produção: os accionistas-proprietários cederiam o seu lugar aos *managers* (Galbraith fala de *tecnostrutura*, designação modernizada para traduzir a ideia, mais antiga, da *revolução dos managers* – o livro *The Managerial Revolution*, de James Burnham, é de 1941);

- a introdução de novas tecnologias, desfazendo a conexão entre maior produtividade e maior intensificação do trabalho, conduziria à superação do próprio conceito de luta de classes, transferindo para fora do processo produtivo o conflito entre os diversos grupos sociais.

Como se vê, estamos em presença de teorias que isolam as *forças produtivas* das *relações de produção*, identificando a revolução no campo da ciência e da técnica com a revolução social, para legitimar a conclusão de que o problema da propriedade dos meios de produção é um problema ultrapassado.

Que assim não é demonstra-o o próprio destino da *revolução dos managers*. Revolução “muito menos revolucionária do que algum dia pareceu [...], tendia [...] a converter os directores nos *verdadeiros detentores*, expropriando progressivamente os primeiros” [os autênticos detentores do domínio]. Por isso, estes reagiram, reduzindo a tecnocracia, “como era de prever, a um instrumento puro e simples da plutocracia (mais ou menos interessado, mais ou menos plutocratizado, mas sempre integrado na sua função de *longa manus*)”.²

A verdade é que o capitalismo continua a ser aquele sistema que assenta na propriedade privada dos meios de produção, utilizados com vista à obtenção de lucros (mais-valia) para os detentores do capital. E o socialismo, aquele sistema que assenta na propriedade colectiva dos meios de produção, postos ao serviço da satisfação das necessidades avaliadas mediante um esquema de planificação imperativa.

4. Já se vê como esta caracterização do socialismo difere em muito da noção vaga e idealista que dele nos dá o celebrado Prémio Nobel: “Para mim – afirma Tinbergen – ele [o socialismo] significa que é necessário fazer entrar no sistema uma maior igualdade, tornando-o mais justo, sem que isso signifique que todos os bens de produção devem estar sob a alçada do Estado”.

Nestes termos, quem haverá aí que não seja ‘socialista’? Pois se para haver socialismo basta “fazer entrar no *sistema* [no sistema capitalista, parece] uma *maior igualdade*, tornando-se *mais justo*”!... Aí está uma forma de ‘socialismo’ que convém às mil maravilhas a qualquer Estado neocapitalista, realizando a *igualdade* e a *justiça* por caminhos que desconhecem inteiramente a natureza classista do sistema capitalista.

Trata-se, aliás, de uma noção de ‘socialismo’ que só ganhará em clareza e expressividade se a confrontarmos com estas outras declarações do Prof. Jan Tinbergen, “socialista de puro sangue”, como lhe chama o entrevistador (sem ironia, segundo nos pareceu...): “Na minha opinião, as indústrias que se encontram ainda numa fase de desenvolvimento dinâmico beneficiarão mais em permanecer em mãos privadas do que nas mãos do Estado. [...] Notarei, contudo, que não se deve crer que as grandes empresas ditas privadas o são realmente. É preciso não esquecer que as suas actividades são limitadas por uma série de leis, pagam quase metade dos seus lucros sob a forma de impostos, devem manter uma duração de trabalho prescrita pela lei e são, enfim, fortemente limitadas na sua liberdade de acção”.

² Orlando de CARVALHO, *Direito das Coisas*, Coimbra, 1970, dactil., 41/42.

5. É certo que nos países capitalistas mais evoluídos se verifica uma crescente intervenção do Estado na vida económica.

Um dos aspectos mais salientes desta presença do Estado nos países capitalistas é a actividade de planeamento, correspondendo ao interesse das grandes empresas dos nossos dias em diminuir os *riscos* dos investimentos e em garantir o desenvolvimento ordenado dos mercados.

E já se vê como esta lógica é bem diferente desta outra, que ressalta, por exemplo, das obras de J. K. Galbraith: perante a evolução das técnicas de produção e de distribuição, a indústria moderna implica um aumento da dimensão das empresas; daí a exigência de uma certa planificação (“o inimigo do mercado – escreve Galbraith – não é a ideologia, mas a técnica”); é esta planificação das grandes empresas – e não o mercado – que determina a orientação e o volume da produção e a estrutura dos preços. Daí que o economista americano afirme que “tanto o Ocidente como a União Soviética superaram o estágio da economia de mercado”, concluindo: “quando a iniciativa pertence ao consumidor, fala-se de economia de mercado; quando ela passa para o produtor, a cujas conveniências e necessidades o consumidor deve adaptar-se, fala-se de economia planificada”.

O que interessa, porém, é saber quem são os produtores (os titulares dos meios de produção) e quais são os interesses que prosseguem...

6. Mas regressemos a Tinbergen. “Fortemente preocupado com o problema da distribuição do rendimento”, confessa que “existe neste campo uma tremenda injustiça, tanto no interior dos países como entre eles mesmos”, acrescentando que não lhe “parece justo que enquanto há gente que morre de fome outras pessoas gozem de uma riqueza excessiva”.

Propõe ele que “haja uma redistribuição mais equilibrada do rendimento, o que se pode conseguir através de um mais adequado sistema de impostos, pela segurança social e pela educação” (entre parêntesis, anote-se o seu conceito de educação: “educar uma pessoa é fazê-la passar de não-qualificada para qualificada, o que lhe permitirá obter uma posição e um salário mais elevados”. É tão claro o seu acento tecnocrático e neocapitalista, que não carece de comentários).

Ninguém, por certo, deixará de reconhecer os bons sentimentos do Prof. Tinbergen. Mas a justiça não se conquista à custa de bons sentimentos. Os sistemas contam mais do que o bom coração dos homens. E é certo também que o remédio proposto por Tinbergen em nada altera o sistema.

Tal remédio consiste, afinal, na chamada *política de redistribuição do rendimento*, que vem sendo praticada nos países capitalistas de democracia burguesa,

sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, política que se poderá caracterizar como a aplicação à repartição dos rendimentos do princípio dos vasos comunicantes, que se traduz, *grosso modo*, em tirar aos ricos para dar aos pobres.

Desta política escreveu um autor – que não é, aliás, adversário dela – que “a redistribuição do rendimento não passa de *institucionalização das boas acções*” (nós é que sublinhamos), acrescentando o mesmo autor que ela “não deve nem pode ser um substituto de reformas estruturais”.³ Nem pode entender-se, como é evidente, que a lógica da política de redistribuição venha destruir a lógica do sistema por que se regem os países onde ela é praticada, antes são as próprias exigências de funcionamento do sistema que vão opor resistências e ditar os limites de todo o processo de redistribuição. Visando corrigir a distribuição estabelecida como resultado do livre jogo das forças económicas, a política de redistribuição do rendimento encontra, a breve trecho, limites intransponíveis: “A sua lógica é reformar o mercado sem o destruir. Tocam-se aqui os limites do emprego das finanças como instrumento de actuação sobre as estruturas”.⁴

Não se trata, portanto, de alterar o sistema.⁵ Antes pelo contrário. Tal política apenas ganha razão de ser perante certas conseqüências inerentes ao sistema; e é, por outro lado, necessária para salvaguarda do próprio sistema.

Efectivamente, deixando de lado a questão de saber se a desigualdade na distribuição do rendimento se desenvolveu ou agravou com o sistema capitalista, a verdade é que tal desigualdade foi sentida com mais acuidade sob o capitalismo, e sob ele veio sendo contestada com uma força crescente. Isto mesmo reconhecem, aliás, os defensores do sistema, sendo de um dos seus mais notáveis expoentes (Schumpeter) a classificação do capitalismo como a “civilização da desigualdade”.

Assim sendo, a tentativa de minorar as desigualdades apresenta desde logo a vantagem de amortecer a contestação, cada vez mais profunda, dessas mesmas desigualdades.

Por outro lado, a desigualdade de rendimentos apresenta-se, economicamente, cada vez menos compatível com as exigências do capitalismo moderno.

Perante a produção em massa de produtos industriais, é de todo em todo necessário colocar esses produtos no mercado. Ora, a existência de um grande número de pobres, com um fraquíssimo poder de compra, constitui um obstáculo importante ao escoamento dos bens produzidos. Nesta medida, a política de redistribuição do rendimento significa, a par de outros expedientes (publicidade, instituição das vendas a

³ Daniel CHABANOL, “L’autre France: réflexions sur ta redistribution des revenus”, em *Analyse et Prévision*, nº de Fev./1969 (transcrito em *Problèmes Économiques*, nº de 10/4/1969, 3ss).

⁴ H. BROCHIER e P. TABATONI, *Économie Financière*, Paris, P.U.F., Col. Thémis, 2.^a ed., 1963, 494.

⁵ Embora esta luta contra a desigualdade dos rendimentos por meio do sistema fiscal e das despesas públicas apareça muitas vezes apontada como “a expressão de uma corrente doutrinal de tendência socialista” (BROCHIER et TABATONI, *ob. cit.*, 485).

prestações como forma de crédito ao consumo etc.), a possibilidade de obter um mercado alargado e solvente, que se pretende seja capaz de absorver toda a produção.

Pode mesmo dizer-se que a redistribuição só ganhou foros de *actuação deliberada*, de *política*, sob a pressão de argumentos de ordem económica. E estes são, fundamentalmente, os que resultam da doutrinação de Lord Keynes, o teórico do capitalismo na sua fase de capitalismo monopolista de Estado.

Keynes procurou demonstrar que, nesta fase do capitalismo, a desigualdade de rendimentos provoca aforro excessivo (tenha-se em conta que Keynes raciocinava tendo presente o caso de uma economia capitalista desenvolvida, como a inglesa). Ora, a redistribuição do rendimento, na medida em que beneficiasse os estratos de rendimentos mais baixos, traduzir-se-ia num aumento da propensão ao consumo, em aumento da “procura efectiva”, assim actuando como instrumento da política de pleno emprego, pedra basilar da construção keynesiana.⁶

7. Falou-se, a respeito desta política de redistribuição, de “revolução silenciosa”. Mas a verdade é que os resultados dessa ‘revolução’ não têm sido os que dela esperavam os seus fautores e defensores. São eles próprios, aliás, a reconhecê-lo.

Efectivamente, muitos são os autores que se mostram desiludidos com as conclusões dos estudos empreendidos em vários países. Daniel Chabanol é peremptório em afirmar que “as técnicas [de redistribuição] utilizadas são inoperantes ou insuficientes”, acrescentando, relativamente ao efeito redistributivo operado na França pela *Sécurité Sociale*, que ela tem actuado em sentido inverso ao desejado: “plus on gagne, moins on finance et plus on participe aux prestations!”⁷

Quanto à Inglaterra, trabalhos de vários autores (F. Weaver, A. T. Peacock, R. M. Titmuss, entre outros) têm comprovado, sem discrepâncias, que se obteve apenas uma ligeira atenuação das desigualdades pessoais (não da desigualdade entre as classes sociais), significando, portanto, uma simples *redistribuição horizontal*, no interior das classes tomadas no seu conjunto, e não uma *redistribuição vertical* descendente.

De acordo com elementos de Titmuss⁸, em 1938, a 58,3% da população activa inglesa (os mais pobres: 14 milhões) cabiam 31,6% do rendimento pessoal; em 1955, a 61,6% da população activa (os mais pobres: 16 milhões) cabiam 34,8% do rendimento pessoal. Quer dizer: a situação manteve-se estacionária.

⁶ Cfr. J. M. KEYNES, *Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et la Monnaie*, trad. francesa, Paris, Payot, 1968, 386ss: “ela [a experiência] ensina também – escreve KEYNES – que medidas tendentes a modificar a repartição do rendimento num sentido favorável à propensão ao consumo são adequadas a acelerar grandemente o desenvolvimento do capital”.

⁷ Ver artigo citado, onde se fornecem informações mais pormenorizadas, não só sobre a França, mas também sobre a Inglaterra e os EUA. Podem colher-se outras indicações em: E. MANDEL, *Traité d'économie marxiste*, vol. II, Union Générale D'Éditions, Col. 10/18, Paris, 1969, 279ss.; A. BARRÈRE, *Economie Financière*, t. II, Paris, PUF, 1965, 132ss.; BROCHIER et TABATONI, *ob. cit.*, 435-445.

⁸ *Apud* E. MANDEL, *ob. cit.*, 287.

E no mesmo estudo de Titmuss apresenta-se esta conclusão geral ainda mais severa: “a desigualdade de rendimentos tem vindo a aumentar desde 1949 e a desigualdade das riquezas tem aumentado provavelmente ainda mais”.⁹

Parece, em resumo, poder concluir-se que a redistribuição correctiva, enquanto política tendente a diminuir as desigualdades de rendimentos, tem sido um desastre: “o escândalo está em que existem hoje, nas nossas sociedades ricas, não apenas *ilhas*, mas *massas* de pobreza”!⁹ Nem se conseguiu, por outro lado, assegurar a todos a cobertura das necessidades básicas elementares, os “custos do homem”, na expressiva designação de François Perroux.

Isto, mesmo nos países mais ricos. Relativamente aos EUA, Michael Harrington, baseado em copiosa documentação, chegou à conclusão de que 20% a 25% dos americanos carecem de alimentação, de cuidados médicos e de condições mínimas de habitação, numa situação geral pior do que a observada há uns 15 anos.¹⁰

Acerca da situação observada nos EUA, são eloqüentes os dados fornecidos por Robert McNamara, em discurso recente (março/1970), proferido na *Columbia University*: “A sociedade mais rica do globo tem no seu seio mais de 20 milhões de indivíduos (10% das famílias brancas e 35% das famílias negras) tão pobres, que as suas vidas decorrem no limiar da pura subsistência”. Compreende-se, por isso, o ar de desalento que perpassa nestas palavras de Nixon (Mensagem sobre o estado da União, em 22/01/70): “Nunca uma nação pareceu ter tido tanto e tê-lo gozado tão pouco”.

Concluimos com estas palavras de Daniel Chabanol:¹¹ “Esta capacidade da sociedade industrial [leia-se capitalista] de produzir pobreza é ao mesmo tempo surpreendente e preocupante. Os sacrificados pelo processo de crescimento não são casos particulares; por detrás da sua amplitude escondem-se determinados mecanismos. Em vez de surpreender esses mecanismos e de os sanear, a política de redistribuição do rendimento, atendo-se apenas aos efeitos, tem-se mostrado em larga medida superficial e inoperante”.¹²

Quod erat sperandum...

Acrescentaremos, agora, que a generalidade dos autores está de acordo quanto à inaplicabilidade daquela política de redistribuição do rendimento nos países subdesenvolvidos, para além de que da sua aplicação nada resultaria de positivo: “apesar de haver gente rica, e até muito rica, nesses países, tal aspiração [a aspiração dos países ‘subdesenvolvidos’ à alta do nível de vida das suas populações] nem de

⁹ Citado por F. MOMBERT, “Problèmes de sociologie et d’économie fiscale”, em *Revue de Science Financière*, 1967, 119, em nota.

⁹ Henri BARTOLI, “Sur la société capitaliste de ce temps”, em *Esprit*, Março/1970, 493.

¹⁰ Cfr. *L’autre Amérique* (trad. fr., Gallimard, 1967), *apud* D. Chabanol, *ob. cit.*

¹¹ *Ob. cit.*, 10.

longe pode satisfazer-se através da simples redistribuição do rendimento”, como escreve o Prof. Teixeira Ribeiro.¹³

Salientam uns autores que a parte do Estado na despesa nacional representa uma pequena parcela do rendimento nacional, insuficiente para constituir um fluxo razoável de transferências de uma categoria social para outra. Apontam outros que a lógica da redistribuição actua no sentido de diminuir o aforro das classes de rendimentos elevados e de quebrar os incentivos ao investimento, dado o grande peso dos impostos progressivos sobre o rendimento, que afectam as margens elevadas de lucro julgadas necessárias para estimular o desenvolvimento.

Dentro das mesmas coordenadas ideológicas, não falta quem ponha em dúvida a validade desta ideia de que a redistribuição do rendimento é uma política paralisante do desenvolvimento. Vittorio Marrama, no entanto, esforça-se por demonstrar que assim não é.¹⁴ Com efeito, segundo este autor – especialista em questões de desenvolvimento –, as informações disponíveis em matéria de formação de capital nos países subdesenvolvidos indicam que grande parte dos investimentos é de carácter improdutivo: para a América Latina, a percentagem de investimentos improdutivos é da ordem dos 50% e mais.

Em tais circunstâncias, é evidente – conclui Marrama – que a queda dos investimentos como conseqüência de uma redução do aforro não é, por si só, um fenómeno preocupante. Na medida em que os investimentos que desapareçam sejam os improdutivos, o desenvolvimento económico em nada será afectado.

Marrama acrescenta ainda outra consideração, tendente a demonstrar que a política de redistribuição do rendimento, mesmo nos países subdesenvolvidos, é “adequada a acelerar grandemente o desenvolvimento do capital”, para utilizarmos palavras de Keynes. Na verdade – defende Marrama –, o aumento do consumo resultante da redistribuição do rendimento apresenta, nos países subdesenvolvidos, uma característica particular: pode equiparar-se a um investimento em capital humano. Onde o nível dos consumos correntes se mantém no mínimo de subsistência, com a presença do fenómeno da subalimentação, um aumento do consumo transforma-se em maiores energias, que têm, no processo produtivo, o mesmo efeito benéfico de uma capitalização crescente em bens instrumentais.

A verdade, porém, é que estas considerações não convencem as classes dominantes dos países subdesenvolvidos, cujo interesse principal é conservar a própria riqueza e privilégios. Por isso, no domínio que agora nos interessa, se praticam sistemas fiscais de índole regressiva (dado o peso enorme dos impostos indirectos) e se provoca

¹³ *Capitalismo e Socialismo em um mundo só* [separata do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1961], 9.

¹⁴ Cfr. “Riflessioni sullo sviluppo economico dei paesi arretrati e, in particolare, sugli effetti di una redistribuzione del reddito”, em *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, 1952, 39ss.

com freqüência a inflação, processo cujos efeitos redistributivos actuam em benefício dos homens de negócios e dos especuladores, à custa dos trabalhadores e dos outros estratos da população que auferem rendimentos fixos. Como escreve o Prof. Élias Gannagé, “o aforro forçado [inerente à inflação] é o resultado de uma luta entre grupos sociais, em que cada grupo procura obter em seu proveito uma parcela de consumo do produto total maior do que aquela que os outros grupos estão dispostos a consentir-lhe. Serão atingidos pelo aforro forçado aqueles que, em consequência da alta dos preços, sofrem uma redução do seu rendimento real (poder de compra), sendo obrigados a reduzir o seu consumo. Estes são os grupos mais fracos e menos favorecidos”.¹⁵

À luz de tais considerações, compreende-se bem a justeza desta conclusão do relatório de um grupo das Nações Unidas (*Measures for economic development of underdeveloped countries*, maio de 1951): não pode haver progresso económico rápido sem “a criação de uma sociedade da qual tenham sido eliminados os privilégios económicos, políticos e sociais [...]”.

Colocada a questão nestes termos, já se vê como é falsa esta alternativa proposta pelos economistas burgueses, e que Élias Gannagé, ao estudar as possibilidades da política de redistribuição do rendimento nos países subdesenvolvidos, apresenta deste modo: “A escolha põe-se entre, por um lado, o financiamento dos planos de desenvolvimento económico à custa de uma repartição muito desigual do rendimento, marcada pelo enriquecimento de uma minoria da população, e, por outro lado, o de uma expansão dos esquemas sociais, com o risco de se manter o país durante muito tempo numa relativa pobreza”.¹⁶

Ora, ninguém desconhece que estão hoje suficientemente provados sistemas de acumulação de capital e de desenvolvimento que não exigem o sacrifício da maioria em prol do enriquecimento de uma minoria da população (que pode até, como é natural e se comprova na prática, utilizar a sua riqueza – como se diz acima, seguindo a lição de V. Marrama – na manutenção de um nível de vida faustoso, na especulação e em investimentos improdutivos). Citamos mais uma vez a referida conferência do Prof. Teixeira Ribeiro no Instituto de Altos Estudos Militares: o esquema de acumulação do primitivo capitalismo industrial (que Élias Gannagé e os autores de idêntica inspiração ideológica propõem aos países subdesenvolvidos), esse esquema “restringiu, e ao máximo, os consumos das classes trabalhadoras para aumentar os investimentos, só com a diferença de ter respeitado os consumos das outras classes, enquanto o socialismo os eliminou, o que, para o mesmo nível de rendimento, se traduz em maior formação de capitais”.¹⁷ E em maior justiça.

A escolha não é, portanto, a que propõe Gannagé. A escolha fundamental é outra, como é evidente.

¹⁵ *Financement du développement*, Paris, P.U.F., Col. SUP, 1969.

¹⁶ “Un exemple de redistribution des revenus dans un pays insuffisamment développé: le Liban”, em *Revue de Science et de Législation Financière*, 1955, 729.

¹⁷ *Ob. cit.*, 15.

8. As declarações de Tinbergen ao *Jornal do Fundão* estenderam-se a vários assuntos (integração europeia, desafio americano, sistema monetário internacional, universidade, subdesenvolvimento). Deixaremos apenas um apontamento acerca deste último ponto.

Este laureado com o Prémio Nobel de Economia é de opinião que a situação dos países subdesenvolvidos “não mudará enquanto os dirigentes dos dois grupos de países não mudarem a sua política”.

Quais são esses *dois grupos de países*? Naturalmente, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Simplesmente, esta simples dicotomia nada diz, independentemente da sua explicação. Ora, a verdade é que a actual divisão do mundo em nações industrializadas e nações ‘subdesenvolvidas’ não é o resultado de uma fatalidade da natureza, de uma desigual repartição dos recursos naturais ou de uma maior ou menor densidade populacional – essa dramática divisão do mundo explica-se por razões históricas e sociais.

Por isso, para uma análise correcta do ‘subdesenvolvimento’, não pode admitir-se, simplesmente, que uns países sejam desenvolvidos e outros sejam (ainda) subdesenvolvidos. Nem basta a simples decisão dos *dirigentes* no sentido de mudar a *sua* política (“os países subdesenvolvidos não poderão avançar enquanto os países desenvolvidos não cumprirem a sua obrigação, isto é, enquanto não liberalizarem as suas importações e aumentarem as suas contribuições financeiras” – diz Tinbergen, dando um exemplo da mudança de política que ele pretende necessária para se alterar a situação dos países subdesenvolvidos).¹⁸

9. Aqui fica, pois o auto-retrato de Jan Tinbergen, Prémio Nobel, “homem simples, modesto” (nas palavras do entrevistador); “europeu convicto”, que pensa que “um esforço de aproximação entre as grandes empresas (europeias) quer sob a forma de fusão, quer sob outras formas de colaboração, é um bom caminho para a resposta adequada ao desafio americano”; “socialista de puro sangue”, que defende a “criação intensiva de gigantescas unidades capitalistas”, para utilizarmos mais uma vez as palavras do entrevistador.

A. A.

(*Vértice*, Julho de 1970)

¹⁸ Ocorre-nos referir aqui, por nos parecer perfeitamente aplicável à referida posição de Tinbergen, este comentário do Prof. Henri DENIS à teoria de Rostow, acima aludida (cfr. tb. *Vértice*, n.º 314, 233): tal teoria “parece ser uma tentativa nova com vista a negar a realidade da política imperialista das nações ocidentais avançadas e a dissimular as consequências desastrosas dessa política” (*Histoire de la Pensée Économique*, Paris, P.U.F., col. Thémis, 2ª ed., 1967, 769).

O essencial do socialismo (*)

Por certo muitos leitores se recordarão de uma entrevista publicada nestas colunas há já alguns meses e na qual reproduzi o essencial de uma longa conversa com o Prof. Jan Tinbergen.

Nessa altura, e pela primeira vez, fora atribuído o Prémio Nobel da Economia, galardão que Tinbergen compartilhou com o escandinavo Frish. Pareceu-nos, pois, interessante, então, trazer aos leitores do Jornal do Fundão, felizmente em boa parte suficientemente preparados e esclarecidos para se interessarem por problemas desta espécie, uma série de confidências capazes de dar a conhecer a linha de pensamento de um dos maiores economistas do nosso tempo. Dessa entrevista muitos dos colegas deste jornal aproveitaram alguns partes e transcreveram-nas, enquanto que os especialistas, segundo nos foi dado saber, igualmente lhe devotaram bastante atenção. Já mais tarde apareceu na conceituada revista Vértice um laborioso estudo, infelizmente laconicamente assinado por A. A., que é uma crítica profunda às ideias de Tinbergen. Trabalho interessantíssimo, em que, se bem que as opções do autor sejam marcadamente opostas às do economista holandês, nem por isso deixam de ser menos valiosas e de ser credoras de toda a compreensão e respeito. E de tal maneira o compreendemos assim que achámos dever levar ao nosso entrevistado, em nova ocasião que tivemos de pessoalmente o contactar, o artigo da Vértice devidamente traduzido para que ele respondesse se achasse ser caso disso. Foi realmente o que sucedeu, pois foi Tinbergen quem pelo seu pulso escreveu o artigo “O essencial do Socialismo” que aqui se publica e onde ele responde a “A. A.”, clarificando ideias que já anteriormente nos haviam sido expostas.

Com Tinbergen a responder às críticas que lhe são formuladas, pela nossa parte não nos resta mais que retorquir a algumas observações do colaborador da Vértice e que dizem respeito à descrição que fizemos da sua personalidade. Em realidade, quando frisámos a sua maneira de ser simples e a sua austera forma de viver foi porque entendemos que são predicados sempre de louvar num homem que, investigador, mestre ou Prémio Nobel, consegue manter-se na mesma linha de cativante modéstia e de coerência com as suas ideias (o dinheiro que lhe foi atribuído pelo Prémio Nobel doou-o a instituições que se ocupam do progresso nos países subdesenvolvidos).

Aceitamos que A. A. não esteja de acordo connosco e respeitamos a sua

* Artigo publicado no *Jornal do Fundão*, nº 1266, de 18.4.1971, sob a epígrafe: *TINBERGEN responde à Vértice*.

opinião. De qualquer forma o importante é dialogar seriamente, com base no maior respeito que nos devemos uns aos outros. Desta vez o diálogo foi retomado um pouco tarde no tempo mas esperamos que todos concordem que nunca é demasiado tarde para bem fazer.

M. F. PEREIRA RAMOS

Na revista *Vértice* (XXX, 1970, nº 318, págs. 485-494), o Sr. A. A. faz alguns comentários sobre o essencial do socialismo. Para ele, a maior parte das minhas ideias não justificam que, numa entrevista publicada no *Jornal do Fundão*, o Dr. M. F. Pereira Ramos me anuncie como um “socialista puro sangue”. É evidente que o Sr. A. A. tem todo o direito de seguir a sua definição de socialismo, quer dizer, um sistema sem a propriedade privada dos meios de produção das empresas (salvo aquelas sem empregados). Pela minha parte não adiro a esta definição estrita. Para mim é socialista todo o sistema onde a comunidade é responsável pelo bem-estar de todos os seus membros utilizando os meios mais eficazes para maximar esse bem-estar. Admito, contudo, que a definição de bem-estar constitua uma questão importante, à qual, de resto, já me referi numa das minhas obras.¹⁹

Em minha opinião, o sistema ocidental actual não é capitalista como o era em 1850. O sistema presente é misto com numerosos elementos socialistas. A propriedade privada de hoje só representa uma fracção da liberdade de acção característica da propriedade privada de 1850. Para encurtar caminhos, aconselho o leitor interessado pelo assunto a consultar uma obra recente de Karlsson.²⁰

Além de um sector público importante onde se fazem cerca de uma quarta parte dos investimentos, existe ainda nas economias ocidentais uma planificação bastante profunda embora seja indicativa. Diz o Sr. A. A. que esta planificação se faz em proveito das grandes empresas. Isso é apenas uma meia verdade e, portanto, uma afirmação que constitui uma distorção da realidade. Para completar a imagem é necessário, antes de mais, lembrar o interesse comunitário dos impostos cobrados às grandes empresas, ter em conta em seguida que a produção só é rentável quando satisfaz a procura dos consumidores e, finalmente, não esquecer que a planificação não é feita unicamente pelas grandes empresas. Os sindicatos operários têm uma influência considerável na gestão geral da economia, que se manifesta através do conteúdo do plano.

Estou totalmente de acordo com o Sr. A. A. quando ele diz que a distribuição do

¹⁹ J. TINBERGEN, *The Theory of the Optimum Regime*, Selected Papers, Amsterdam, 1959, 264.

²⁰ Gunnar Adler KARLSSON, *Functional Socialism*, Stockholm, 1969.

rendimento nos países ocidentais continua a não ser satisfatória, não somente no interior de cada país mas muito mais ainda entre as diversas nações. É precisamente como socialista (aliás, democrata) que considero como excepcionalmente importante uma distribuição muito mais equitativa do que aquela que hoje conhecemos, e mesmo mais ainda do que a que existe nos países da Europa Ocidental. Não acredito de maneira nenhuma que a simples nacionalização das empresas nos possa servir de muito para resolver este problema.

Não devemos contudo esquecer que já actualmente a percentagem do rendimento nacional que recebe o factor capital é muito menor do que no passado. Na Inglaterra, esta percentagem, que era de 36% durante o período de 1910-1914, passou para 18% em 1960-63.²¹

Se tomarmos os rendimentos após dedução dos impostos, verificaremos que a evolução foi até bastante melhor; e se formos mais longe e estimarmos as vantagens recebidas pelos membros dos distintos grupos da população como resultado das actividades do Estado, então a parte do rendimento nacional recebida pelos capitalistas é ainda menor que a indicada por Feinstein ou outros autores.

É no entanto uma verdade que a distribuição pessoal não melhorou da mesma maneira. A melhoria desta distribuição só se faz lentamente, embora de maneira bastante clara. Uma vez que, nos países mais evoluídos do Ocidente, as três quartas partes ou os 80 por cento da desigualdade do rendimento se produzem nos rendimentos do factor trabalho”, o problema mais importante não é evidentemente a nacionalização das empresas, mas sim encontrar medidas capazes de introduzir uma maior igualdade entre os trabalhadores (directores, intelectuais etc.) e os trabalhadores não-qualificados. Admito igualmente que os métodos utilizados até agora não deram muito resultado. O mesmo é dizer que a segurança social e os impostos aplicados até ao momento, bem como a política salarial, não nos ajudam muito a reduzir essas desigualdades. Eis-nos, assim, chegados aos pontos cruciais.

As medidas mais eficazes são, quanto a mim, as de educação e de treino. Trata-se de “transformar” um número considerável de trabalhadores não-qualificados em trabalhadores mais qualificados ao longo de uma escala de salários. Por outras palavras, trata-se de aplicar medidas massivas de educação e de treino, de maneira a reduzir a oferta dos não-qualificados e aumentar a oferta dos qualificados e assim ajustar a distribuição da oferta à da procura que é exercida, naturalmente, pelos organizadores da produção.²² Espero elaborar este princípio muito mais detalhadamente noutra sítio, limitando-me aqui a aconselhar o leitor a ler os artigos já publicados.

²¹ Ver. C. H. FEINSTEIN, *National Income and Expenditure, 1870-1963*, Reprint Series, nº 255, Department of Applied Economics, University of Cambridge, 1964.

²² Ver, por exemplo, J. Tinbergen, *On the Theory of Income Distribution*, Selected Papers, Amsterdam, 1959, 243 e “A Positive and a Normative Theory of Income Distribution”, em *The Review of Income and Wealth*, 16 (1970), 221.

A par destas medidas, creio que outros impostos diferentes dos aplicados na maior parte dos países podem também contribuir consideravelmente para a redução da desigualdade dos rendimentos. Em certos países estes impostos já existem mas eles são ainda demasiado fracos, enquanto noutros apenas começam a aparecer. Os impostos sobre os lucros da especulação e sobre a fortuna já hoje se aplicam, mas é ainda reduzido o número de países onde eles são realmente importantes. Um tipo de imposto que se poderia conceber seria, por exemplo, um que se aplicasse à capacidade pessoal para produzir, mas não creio que valha a pena adiantar mais antes que se façam mais investigações sobre as suas possíveis modalidades.

Para terminar, gostaria de colocar as minhas observações num plano mais amplo já em parte elaborado²³ e presentemente a ser por mim estudado com maior detalhe. Eis algumas teses:

I) A ideia do socialismo já existia antes de Marx.

II) Marx quis formular um socialismo científico e foi ele que colocou no centro das suas teorias a propriedade dos meios de produção.

III) O que foi científico em 1818-1883 não o é necessariamente hoje.

IV) É essencial para a Ciência que ela se adapte às novas descobertas e aos novos raciocínios, quer dizer, a Ciência deve estar em constante revisão. Para se ser científico é preciso ser o próprio a pensar, como disse Khrouchtchev em Bucareste e como sugeriu Marx (numa carta ao seu genro Lafargue), ao escrever que ele não se considerava marxista.

V) As atitudes doutrinárias não ajudam em nada o ideal do socialismo; em minha opinião, a ideia de que o objectivo do socialismo consiste em conseguir a propriedade pública de todos os meios de produção é um exemplo típico de uma atitude doutrinária. Na teoria de Marx ela era um meio e nunca um fim.

VI) Já são conhecidos hoje outros meios para reduzir as desigualdades.

JAN TINBERGEN

²³ J. TINBERGEN, *Some Thoughts on Mature Socialism*, a publicar em New Dehli (Jawaharlal Nehru Memorial Fund), 1970.

Resposta a Tinbergen sobre o essencial do capitalismo e do socialismo (*)

No nº 318 (julho de 1970) publicou a *Vértice* uma nota de minha autoria, em que se comentavam alguns pontos de vista expressos pelo Prof. Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia (1969), em entrevista concedida ao Dr. M. F. Pereira Ramos (funcionário superior da Philips na Holanda) e publicada no nº 1.915, de 7.12.1969, do *Jornal do Fundão*.

Tendo tido conhecimento desse meu escrito, entendeu o Dr. Pereira Ramos dever comunicar o seu teor ao Prof. Tinbergen “para que ele respondesse se achasse ser caso disso”. Acontece que Tinbergen resolveu mesmo responder, atitude que demonstra uma humildade científica que me apraz registar e apontar como exemplo. E respondeu em termos reveladores de interesse pelas questões em debate, que não em tom polémico (não considero como *polémicas* as afirmações de que “para ser-se científico é preciso ser o próprio a pensar” e de que “as atitudes doutrinárias não ajudam em nada o ideal do socialismo”, pois tais afirmações, na sua verdade, aplicam-se ao próprio Tinbergen, que não iria, por certo, polemizar consigo próprio).

A resposta de Tinbergen, sob o título “O essencial do socialismo”, foi publicada no *Jornal do Fundão* nº 1.266, de 18.4.1971. Deste texto só vim a ter conhecimento uns meses depois e só agora, passado já bastante tempo sobre a sua publicação, me é possível comentá-lo, confiado em “que todos concordem que nunca é demasiado tarde para bem fazer”, para usar as palavras do Dr. Pereira Ramos, na nota que acompanha o texto de Tinbergen.

Começarei por declarar que o meu comentário pretende manter-se dentro de um clima de diálogo que não visa esclarecer nem convencer Jan Tinbergen (ao qual, estou certo disso, não irei dizer nada de novo, nada que ele não conheça muito melhor do que eu), mas pretende muito simplesmente – e oxalá o consiga – ser útil aos leitores de *Vértice*, no esforço de clarificação ideológica em que estarão empenhados. Deste propósito resulta o modo e o tom em que vai escrito.

* Com ligeiras adaptações em relação ao texto que originariamente veio a público, transcrevem-se os artigos saídos em *Vértice*, nºs 334-335 (Nov.-Dez., 1971) e 336-337 (Jan.-Fev., 1972), sem em nada se alterar o seu tom ou a sua orientação.

1. As boas intenções

Ao Dr. Pereira Ramos responderei apenas com duas notas.

Em primeiro lugar, não compreendo o seu lamento (e muito menos compreenderia se se tratasse de recriminação, hipótese que afasto, até para não perturbar o clima de diálogo, pois “o importante – como salienta o Dr. P. R. – é dialogar seriamente”) de que o meu texto inicial aparecesse “infelizmente laconicamente assinado por A. A.”. O seu mérito ou o seu demérito não se alteraria se, em vez de A. A., tivesse vindo assinado por António Avelãs, personagem tão desconhecida e tão pouco ilustre como “o Sr. A. A.”.

Em segundo lugar, desejo esclarecer que as minhas considerações não visaram as qualidades pessoais do Prof. Tinbergen (a quem não me custa considerar, com o Dr. P. R., “um dos maiores economistas do nosso tempo”), qualidades que, no plano pessoal, muito admiro e respeito. Honra seja a Tinbergen porque é um homem simples e modesto e um trabalhador infatigável, e um professor universitário que não vê na realização de fortuna pessoal o principal objectivo do seu labor.

Simplesmente, posso é pôr em dúvida que o Prémio Nobel lhe tenha sido atribuído apenas por Tinbergen ser “um dos maiores economistas do nosso tempo”. Ora, esta é uma dúvida que não atinge o premiado nem os seus méritos, antes põe em causa o ‘critério’, o ‘jogo’, as ‘intenções’ que presidem à atribuição dos Prémios Nobel. Esta é, porém, outra história...

Depois, sem pôr em causa as boas intenções de quem quer que seja, penso ser legítimo que eu negue validade a certas condutas por as julgar inadequadas à obtenção dos objectivos que se afirma pretender alcançar. Sou sensível à miséria do meu semelhante, “não me parece justo – como o não parece a Tinbergen – que enquanto há gente que morre de fome outras pessoas gozem de uma riqueza excessiva”; dói-me muito ver crianças rotas, cheias de frio, esfomeadas, a pedir esmola, mas tenho a consciência de que não é pelo facto de eu dar esmola a essas crianças ou de pôr à disposição dos pobres os meus excedentes – que não é por esse facto que deixa de haver gente que morre de fome e gente que goza de riqueza excessiva. Por isso penso que o problema dos chamados ‘países subdesenvolvidos’ não se resolve, nem sequer diminui na sua gravidade, pelo facto de Tinbergen fazer voluntariamente restringir o consumo, não adquirindo tudo aquilo que poderia adquirir, para entregar uma certa percentagem do seu salário a uma instituição destinada a financiar projectos de ajuda aos países subdesenvolvidos (instituição à qual, segundo o Dr. Pereira Ramos, Tinbergen doou o dinheiro do Prémio Nobel).

Admiro Tinbergen porque, podendo ser rico – e até muito rico – entende que o enriquecimento individual não é valor a que valha a pena dedicar a vida. Simplesmente,

o drama dos ‘países subdesenvolvidos’ continua de pé, esse *escândalo do nosso tempo*. É que, como escrevia no meu primeiro texto, “a justiça não se conquista à custa de bons sentimentos”. As boas obras nunca enriqueceram os miseráveis. Os sistemas é que contam, não o bom coração dos homens. Ocorre-me lembrar aqui, pela sabedoria que encerra, um velho provérbio chinês que muito aprecio: “Se vires um homem com fome à beira de um rio, não lhe dê peixe, ensina-o a pescar”. Pois, quanto aos ‘países subdesenvolvidos’, trata-se de economias dominadas, na órbita das relações capitalistas internacionais: os seus problemas só se resolverão quando conseguirem deixar de ser objectos e vítimas das relações de domínio e exploração que têm condicionado o seu desenvolvimento. E para tal conseguirem não poderão ficar à espera que se cumpra o voto de Tinbergen, isto é, *que os países desenvolvidos cumpram a sua obrigação*, liberalizando as suas importações e aumentando as suas contribuições financeiras. É que o problema não pode remeter-se a uma espécie de moral internacional: *que cada país cumpra as suas obrigações...* O sistema capitalista tem uma lógica interna e não se concebe que por vontade própria das classes dominantes a prática contrarie aquela lógica e os interesses que lhe são inerentes.

É certo que não têm faltado políticas de “auxílio” aos países subdesenvolvidos, pois “a necessidade histórica do desenvolvimento económico dos países atrasados” – como refere um professor da Universidade de Coimbra²⁴ – a isso compeliu os países capitalistas.

Simplesmente – como salienta o mesmo professor –, a verdade é que “o capitalismo acode a prestá-lo [o auxílio aos países pobres] em sua defesa, em defesa do seu sistema e dos seus valores, perante a ameaça de esses países optarem pelo sistema socialista, que se lhes mostra capaz de promover o rápido desenvolvimento económico”. Ora, exactamente porque esse auxílio dos países capitalistas actua – e não poderia deixar de actuar, sob pena de contradição insanável, que seria uma espécie de ‘suicídio’... – em sua defesa, em defesa do seu sistema e dos seus valores,²⁵ exactamente por ser assim é que os resultados não têm sido – nem poderão ser – os que interessam aos países de economia dominada dentro dos quadros do capitalismo. Por isso se compreende que Averell Harriman, referindo-se ao ‘auxílio’ americano aos países subdesenvolvidos, tenha dito um dia que ele “é um fundo de auxílio aos Estados Unidos”. Por isso se compreende também que a *Aliança para o Progresso* tenha ficado conhecida como *Aliança contra o Progresso*, e que se fale de *Decénio da Decepção* a respeito do Primeiro Decénio das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Por isso se compreende que, na II Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e

²⁴ Prof. J. J. TEIXEIRA RIBEIRO, *Capitalismo e socialismo em um mundo só* (Conferência feita no Instituto de Altos Estudos Militares em 15.6.1960), separata do vol. VIII do *Boletim de Ciências Económicas*, 17.

²⁵ Nas palavras de Maurice GUERNIER, “é essencialmente o aspecto ‘subvenção à própria indústria’ que orienta a maioria dos países doadores” (*La dernière chance du Tiers-Monde*, Paris, 1968, 122).

Desenvolvimento (Nova Dehli), um dos delegados presentes pudesse concluir que “o caminho para sair do subdesenvolvimento é o da revolução”, do mesmo modo se compreendendo que, já em 1965, Josué de Castro escrevesse que “o povo já não acredita no desenvolvimento graças à ajuda [por parte dos países capitalistas desenvolvidos], só acredita na revolução, uma revolução que pode ter cores diversas”.²⁶ Por isso me parece legítimo concluir, a respeito da atitude dos países capitalistas industrializados relativamente ao ‘subdesenvolvimento’, nos termos em que o fiz já em número anterior de *Vértice*, que aqui transcrevo por comodidade: “os vários países têm procurado realizar, através dos programas de auxílio, objectivos estratégicos muitas vezes alheios aos problemas autênticos do desenvolvimento. O auxílio aos países subdesenvolvidos tem-se revelado, afinal, um factor de domínio, pois os objectivos últimos e reais de tal auxílio podem reduzir-se à tentativa de domínio mundial, de defesa de uma cultura ou de uma moeda, conquista de novos campos de investimento ou de mercados, à manutenção do aprovisionamento em petróleo ou em várias outras matérias-primas estratégicas etc. E factor de domínio que tem tido, além do mais, a consequência de aumentar enormemente a dívida externa dos países do ‘Terceiro Mundo’, que assim vêem aumentar, também por esta via, a sua vulnerabilidade e dependência”.²⁷

A consciência cada vez mais funda deste fenómeno é que poderá explicar “as frustrações crescentes no hemisfério Ocidental”, que, nos termos de um relatório de Nelson Rockefeller apresentado ao presidente Nixon, “levaram um número cada vez maior de pessoas [...] a procurar soluções marxistas para os problemas sócio-económicos”, consciência que significará, portanto, o progressivo reconhecimento da verdade contida na conhecida frase do célebre *Manifesto* de 1848: “Aboli a exploração do homem pelo homem e tereis abolido a exploração de uma nação por outra nação”.

2. Uma grande tragédia humana?

Deste modo entrei já em comentários às concepções defendidas por Tinbergen. Não vejo, efectivamente, como é que o seu ideal de socialismo, caracterizado pela busca do máximo bem-estar para todos, possa realizar-se nas economias dominadas do chamado Terceiro Mundo, pelos meios que propõe. Os países de economia dominada não poderão estar à espera que os países capitalistas dominantes *cumpram a sua*

²⁶ Artigo publicado na revista *Esprit*, nº de Julho/Agosto de 1965.

²⁷ “O caminho para sair do subdesenvolvimento...”, em *Vértice*, nº 314, março de 1970, 232, nota onde procurei documentar a afirmação transcrita no texto. Recentemente (fins de outubro p.p.), foi o próprio Senado norte-americano a recusar a aprovação do programa de ‘auxílio’ ao estrangeiro, proposto pelo Governo de Nixon, num total de mais de 3 biliões de dólares, dos quais 60% seriam directamente destinados a auxílio militar ou à segurança. Justificando a decisão, o senador William Fullbright, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado, declarou abertamente: “O nosso programa de auxilio foi um instrumento importante da guerra fria e um veículo para o nosso imperialismo”.

obrigação ou se deixem dominar por sentimentos de *compaixão* que os levem a realizar, *voluntariamente*, uma *redistribuição mais justa e equilibrada do rendimento a nível internacional*, redistribuição a operar, segundo Tinbergen, “através de um adequado sistema de impostos, pela segurança social e pela educação”. Na nota de julho de 1970, a que Tinbergen respondeu, penso que terei deixado dito o suficiente para justificar a minha ideia de que, dentro das estruturas internas e externas em que se move a economia dos ‘países subdesenvolvidos’, não terá o mínimo de viabilidade a chamada política de redistribuição do rendimento. E é claro que não serão de esperar quaisquer efeitos semelhantes como resultado da actuação dos países de economia dominante. Estes, como ficou dito, *agem em sua defesa, em defesa do seu sistema e dos seus valores*.

Tinbergen, é certo, aponta o exemplo de alguns países asiáticos (Coreia, Tailândia, Filipinas – todos sujeitos ao domínio americano) para justificar perspectivas animadoras, pois as suas taxas de desenvolvimento (7% e 8%) parecem “provar que é possível proceder a um desenvolvimento acelerado dos países atrasados”.

Simplesmente, a verdade é que esta prova já estava feita há muito. “O socialismo [...] – escreveu o Prof. Teixeira Ribeiro²⁸ – já deu as suas provas, sem dúvida, como técnica poderosa de desenvolvimento de países atrasados”. “A União Soviética, na verdade – continua o mesmo autor –, mostrou ser possível a um país atrasado desenvolver-se rapidamente, graças quase só ao trabalho e organização com que soube aproveitar os recursos da sua natureza [...]. Acresce que ao exemplo da União Soviética veio juntar-se há poucos anos o exemplo da China, com o seu espectacular ritmo de desenvolvimento”.

Estes exemplos e as “frustrações crescentes no hemisfério ocidental” a que se referia Rockefeller é que justificarão o receio deste de que para os “problemas sócio-económicos” se venham a encontrar a “soluções marxistas”: “De momento – concluía Rockefeller no relatório que elaborou depois de uma viagem de estudo como enviado especial de Nixon – há apenas um Castro entre as vinte e seis nações do hemisfério; mas poderá haver vários no futuro”.

Já se vê como, apesar dos exemplos apontados por Tinbergen, nem todos os defensores do capitalismo alimentam perspectivas animadoras (do seu ponto de vista, é claro), quanto à questão de saber se as soluções para o subdesenvolvimento virão a (ou poderão) encontrar-se dentro dos quadros do sistema que defendem. E este temor dos políticos pertencentes às classes dominantes não deixa de encontrar eco entre os ideólogos economistas. Richard T. Gill, economista americano, termina assim um livro seu de *Introdução ao desenvolvimento económico*:²⁹ “A China, com muito menos ajuda [que a

²⁸ *Ob. cit.*, 9 e 14.

²⁹ Tradução portuguesa, Lisboa, Livraria Clássica Editora, s.d., 221.

Índia], tem conseguido aumentar a sua capacidade industrial mais do que a Índia, e, se conseguir superar as dificuldades crescentes, pode muito bem continuar a aumentar esta diferença no futuro. Isto significa que poderia haver uma grande tragédia humana se, através de uma falta de visão ou de compaixão, as nações pobres do mundo tivessem de decidir que, apesar dos custos incomportáveis, o método chinês teria de ser seguido”.

3. Um estrondoso fracasso

Falei acima da política de redistribuição do rendimento, ponto sobre o qual tinha feito algumas considerações na primeira nota (março de 1970), e ao qual Tinbergen dedica uma parte importante da sua resposta. Começa por declarar que está totalmente de acordo com a demonstração que eu tinha tentado fazer de que a distribuição do rendimento nos países ocidentais continua a não ser satisfatória, quer no interior de cada país quer entre as diversas nações, admitindo “que os métodos utilizados até agora [a segurança social e os impostos aplicados até ao momento, bem como a política salarial] não deram muito resultado” pelo que toca à redução das desigualdades.

Tinbergen continua, porém, a acreditar que o socialismo, tal como ele o entende, poderá alcançar-se através da referida política de redistribuição, aperfeiçoando os seus métodos, designadamente ampliando o campo de acção dos impostos sobre os lucros da especulação e sobre a fortuna e propondo um novo tipo de imposto, a que chama *imposto sobre a capacidade pessoal para produzir*. Tinbergen não acredita que a nacionalização das empresas possa ajudar em alguma coisa a resolver o problema da desigualdade. As medidas mais eficazes são, no seu entender, as de *educação* e de *treino*: “trata-se de ‘transformar’ um número considerável de trabalhadores não-qualificados em trabalhadores mais qualificados ao longo de uma escala de salários”.

Estamos, como se vê, perante um programa reformista, de cariz tecnocrático, com certas hipóteses de efectivação nos países de tecnologia mais avançada³⁰, graças ao desenvolvimento das forças produtivas, mas que em nada altera as relações de produção, continuando a existir, de um lado, os detentores do capital e, do outro lado, os trabalhadores assalariados, agora porventura colocados mais acima na escala de salários. Além disso, a verdade é que as estatísticas e os fenómenos que elas traduzem **parece não darem** grande conforto à tese de Tinbergen. De acordo com a revista

³⁰ Não se esqueça, porém, que a ‘**promoção**’ da mão-de-obra que tem sido efectuada nos países industrializados da Europa capitalista não significará que fiquem por ocupar os postos mais baixos da escala de salários: só que passam a ser ocupados por trabalhadores imigrantes, desde os argelinos aos gregos e desde os espanhóis e italianos aos portugueses. As estatísticas da emigração da década de 1960 aí estão suficientemente claras para que possam ignorar-se. E os acordos estabelecidos entre os governos dos países que importam mão-de-obra e os dos países exportadores desta ‘**mercadoria**’ abundam no mesmo sentido.

Fortune, porta-voz insuspeito do *big business* americano, o assalariado da indústria nos EUA (país capitalista com mais alto nível de rendimentos e com tecnologia mais avançada) auferia em 1969 um salário real inferior ao que recebia em 1960 (87,21 dólares por semana contra 88,06, em dólares com o poder de compra constante de 1957-59).³¹ Estes os resultados ao fim de quase uma década de prosperidade contínua, em que os lucros do capital quase duplicaram.

Do que não há dúvida é que a política de redistribuição tem sido um fracasso, como tal reconhecida ao mais alto nível. Ainda recentemente, em mensagem dirigida ao Congresso, Nixon proclamava que “o nosso [americano] sistema actual de redistribuição social constitui um estrondoso fracasso, quer seja encarado sob o ângulo do sofrimento dos próprios pobres, quer sob o fardo cada vez mais pesado que ele faz recair sobre o contribuinte”.

E penso que este fracasso, sucessivamente reconhecido, significará que, em último termo, nem sequer o seu objectivo igualitarista poderá atingir-se algum dia. É que a lógica da redistribuição implica a saúde económica do capitalismo e o capitalismo não poderá deixar de ser, como muito bem anotou Schumpeter, *a civilização da desigualdade*.

4. As razões do fracasso ou a lógica do sistema

Dizem os autores³² que o bom funcionamento da redistribuição exige que sejam suficientemente extremadas as camadas de rendimentos elevados e as camadas de rendimentos baixos e que sejam de elevado montante os rendimentos dos estratos privilegiados. De outro modo, nos países com uma classe média numericamente preponderante, a redistribuição só poderá operar *horizontalmente* (dos solteiros em favor dos casados; dos que não têm filhos em favor dos que os têm; dos saudáveis em favor dos doentes; dos novos em favor dos velhos etc.), não actuando – ou actuando apenas em medida insignificante – a *redistribuição vertical* (de uma camada de pessoas em benefício de outra camada, de rendimentos mais baixos). Simplesmente, a realidade político-económica parece demonstrar que a redistribuição também não acontece nos países onde se verifica o requisito aludido, precisamente porque a plutocracia dominante orienta noutro sentido a actuação do Estado.

Depois, sabe-se como é difícil instituir, mesmo nos países mais evoluídos, um sistema de impostos autenticamente progressivo nos seus efeitos globais. Desde logo – como Tinbergen reconhece – não tem sido (nem será) fácil impor, na generalidade dos países, certo tipo de impostos mais ‘**avançados**’. Sabe-se também o peso crescente que

³¹ Número de Outubro de 1969, 17, *apud* Eric GAUMENT, *Le mythe américain*, trad. port., Lisboa, Estampa, 1971, 9.

³² Cfr., por exemplo, BROCHIER et TABATONI, *Économie Financière*, Paris, P.U.F.

vêm adquirindo em muitos países os impostos indirectos sobre o consumo, que acabam por incidir mais gravosamente sobre os titulares de rendimentos baixos e médios (que gastam em bens de consumo todos ou quase todos os seus proventos), produzindo efeitos de sentido contrário aos desejados pela política de redistribuição do rendimento.

Por outro lado, os cálculos acerca dos efeitos da política de redistribuição são feitos em regra tomando em conta os dados referentes ao imposto sobre o rendimento, o que deixa de fora certos factores que poderão alterar algum tanto as conclusões a extrair. É que há rendimentos que afluem às pessoas e que não são contabilizadas para efeitos de imposto, sem que exista, em tais casos, evasão fiscal ilícita. E o que se verifica é que, normalmente, a evasão legítima dificilmente poderá aproveitar aos trabalhadores assalariados, que enfileiram nos estratos populacionais com níveis de rendimento mais baixos. Algumas dessas hipóteses de evasão legítima ao imposto têm vindo a ser estudadas e apontadas pelos autores como causas que explicam a existência de diferenças efectivas de níveis de rendimento bastante mais acentuadas do que aquelas que as estatísticas dos impostos deixam antever.³³

Os autores referem, por exemplo, a influência dos seguros de vida e das pensões de aposentação, isentos de impostos. Apontam também a prática corrente, pelo menos entre as grandes empresas, de propiciarem aos seus administradores e ao pessoal directivo superior a possibilidade de aquisição de acções, em opção (*stock options*), a preços mais baixos que a sua cotação normal. Esta prática tem vindo a ganhar crescente importância como forma de remuneração do referido pessoal, pois permite fazer milionários em pouco tempo (vendendo as acções à cotação normal, que poderá ser o dobro ou mais do dobro do preço por que tinham sido adquiridas), libertando os ganhos assim auferidos das taxas relativamente altas dos impostos sobre rendimentos profissionais elevados, para os sujeitar ao imposto sobre os ganhos de capital, de taxas bastante mais baixas. Por outro lado, aos que ocupam os lugares de topo na administração das grandes empresas afluem ainda *rendimentos in natura* (*fringe benefits*) de avultadíssimos montantes, que escapam por inteiro à tributação pessoal. “O luxo – como escreveu Marx – faz parte das despesas de representação do capital”. Ora, quem faz hoje estas despesas são as empresas (que abatem as respectivas somas à sua matéria colectável) e quem delas beneficia, inteiramente livres de impostos, são pessoas que integram os estratos de rendimentos mais elevados. E que despesas são essas? São avultadas ajudas de custo; são apartamentos arrendados em hotéis luxuosos; são casas de campo e coutadas, aviões, iates, excursões e espectáculos; são recepções caríssimas, são automóveis caríssimos, safaris em África, cartões de crédito e contas abertas em

³³ Cfr. entre outros, C. WRIGHT MILLS, *The Power Elite*, 1956, 194-198 da tradução brasileira (*A elite do poder*, Zahar, 1962); R. M. TITMUSS, *Income distribution and social change*, 1962; T. B. BOTTOMORE, *Classes in Modern Society* (1965), tradução brasileira, 34ss, e 46; P. BARAN e P. SWEEZY, *Monopoly Capital* (Nova York e Londres, 1966), 44/45 (trad. bras., 52/53); E. GAUMENT, *ob. cit.*, 29ss.

montante ilimitado – tudo isto pago pelas empresas e isento de impostos³⁴, e tudo isto pondo em causa o carácter progressivo dos sistemas tributários.

Acresce que, dado o grau de crescente monopolização dos mais importantes sectores da actividade económica, as grandes empresas estão em condições de repercutir sobre o consumidor muitas das prestações fiscais ou parafiscais a que são obrigadas, bem como as subidas de salários e de outros elementos dos custos de produção. Assim o dita a lógica do capitalismo, que não pode consentir que sejam afectadas as margens de lucro, e assim o permite o crescente *poder de monopólio* das grandes empresas. Daí – além de outras causas, evidentemente – o carácter inflacionista do capitalismo actual. E é sabido como a inflação tem ‘comido’ (e continuará a ‘comer’) boa parte dos resultados da política em análise, pois a inflação gera uma redistribuição de sinal contrário. É a natural reacção do sistema.

Penso, aliás, que é a própria lógica do capitalismo que, em último termo, ditará o insucesso da política de redistribuição, rejeitando-a como a um corpo estranho. Embora como simples hipótese de trabalho, aqui fica a minha ideia. Para pôr de pé a sua política, o Estado vai cobrar impostos de taxa progressiva, por forma a onerar mais pesadamente os titulares de rendimentos mais elevados. Com as receitas assim arrecadadas vai o Estado realizar despesas que se pretende venham a traduzir-se em bens e serviços postos à disposição da comunidade, de modo a que eles beneficiem em maior medida os titulares de rendimentos mais baixos, despesas que são, fundamentalmente, as despesas que permitem escolaridade alargada e gratuita para todos, melhoria de condições de higiene, saúde e habitação. Não há dúvida de que estas despesas irão aproveitar individualmente, em maior ou menor medida, àquelas pessoas que consomem gratuitamente os respectivos bens ou serviços e, entre elas, a maioria pertencerá, porventura, a camadas de baixos rendimentos (em geral, trabalhadores assalariados).

Esses consumos irão, porém, beneficiar, por outro lado, os donos das empresas (em regra pertencentes ao escalão dos rendimentos elevados). Desde logo, porque o facto de esses consumos serem pagos com as receitas do Estado permite que as classes trabalhadoras vão satisfazendo as exigências históricas da sua subsistência, variáveis de país para país e de época para época, sem ter que aumentar correspondentemente o chamado salário directo: parte do que os ricos pagam de imposto poupá-lo-ão nos salários que pagam aos que trabalham nas suas empresas, que, assim, podem ser mais

³⁴ Em 1954, 37% dos Cadillacs registados em Manhattan e 20% dos registados em Filadélfia estavam em nome de empresas comerciais, cujas ‘*senhas de despesa*’ pagavam cerca de 80% das contas dos restaurantes mais caros e 30% a 40% dos bilhetes de teatro da Broadway. Em 1957, calculou-se que o montante das ajudas de custo pagas pelas grandes empresas americanas andava entre os 5 e os 10 biliões de dólares (cfr. C. W. MILLS e E. GAUMENT, *obs. Iocs. cits.*).

baixos.

Depois, o facto de esses consumos serem gratuitos liberta um montante equivalente de rendimentos, que podem ser utilizados na compra dos bens que as empresas produzem para vender no mercado, aumentando, portanto, a procura solvável, o poder de compra efectivo das populações e, conseqüentemente, o volume de vendas e os lucros globais das empresas.

Finalmente, as referidas despesas do Estado, realizadas no âmbito da política de redistribuição, aproveitam ainda, por outra via, aos proprietários dos meios de produção. Na verdade, **essas** despesas – apesar de os bens e serviços que elas propiciam serem, para quem os utiliza pessoalmente, autênticos bens de *consumo* –, **são** correntemente designadas nos manuais como despesas de *investimento* (*investimento em homens, em capital humano*), pretendendo significar-se que tais despesas vão propiciar trabalhadores mais sãos, mais fortes, mais cultos, mais sabedores, numa palavra: mão-de-obra mais qualificada, capaz de produzir mais, de dar maior **'rendimento'** àqueles que, por serem titulares dos meios materiais de produção, vão contratar essa mão-de-obra assim **'beneficiada'**. Sabe-se como o avanço das técnicas exige mão-de-obra cada vez mais capaz, de maior base cultural e de mais acurada preparação profissional. Por isso se proclama que os Estados, para promoverem o desenvolvimento das respectivas populações, não podem descurar os sectores do ensino, da saúde, da segurança social. É que tais despesas propiciam vantagens aos donos do capital, que assim acabam por **'amortizar'** uma parte do que pagam a título de impostos. E de tal modo essas despesas são rentáveis que, quando a actuação do Estado não satisfaz, muitas são as empresas que, embora a custos mais elevados, suportam directamente o encargo de centros próprios de formação profissional, cantinas, centros de saúde e de recreio, bairros para o pessoal etc.

Se for correcta esta hipótese – e penso que o é –, isso significará que os limites da política de redistribuição do rendimento são impostos pela própria lógica do sistema, que sobrelevará a lógica, de certo modo adversa, daquela política.

De qualquer modo, parece-me que tal política nunca poderá alterar as estruturas fundamentais do sistema, significando apenas a mudança necessária para que tudo continue na mesma. Com efeito, a política de redistribuição nunca poderá solucionar – nem isso está nos seus propósitos – a diferenciação fundamental que se verifica no seio das sociedades capitalistas:³⁵ a diferenciação resultante das relações de produção próprias do sistema, que se traduz no facto de uns, por serem proprietários dos meios de produção, auferirem rendimentos sem trabalho, podendo viver sem trabalhar, mediante

³⁵ Sobre este ponto, ver, por exemplo, as lições de *Economia Política* (2º Ano, 1959, dact.) do Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, 168.

o recurso ao trabalho assalariado, enquanto que outros, por não serem titulares dos meios materiais de produção, só podem viver dos rendimentos que lhes advêm da venda da sua força de trabalho.

5. A questão fundamental

E assim chegamos à questão fundamental, que é a da própria noção de socialismo e de capitalismo.

Talvez possa afirmar-se existir hoje uma aceitação bastante generalizada acerca dos elementos que essencialmente definem um sistema económico. Seguindo a lição do Prof. Teixeira Ribeiro³⁶, poderá dizer-se que são três esses elementos, que a seguir se indicam por ordem da sua importância relativa: 1) o modo de produção, a natureza das relações de produção (propriedade privada ou propriedade colectiva dos meios de produção); 2) a forma da repartição (há rendimentos da propriedade? ou só rendimentos do trabalho? ou rendimentos repartidos a ambos os títulos?); 3) o móbil da actividade económica (produz-se com vista à satisfação das necessidades do produtor? Para obter lucros? para satisfazer as necessidades da comunidade?).

Dentro deste quadro, o mesmo Professor considera que o fundamental para se poder falar de socialismo é que os meios de produção pertençam à colectividade ou ao Estado (propriedade social dos meios de produção); que só se distribuam rendimentos a título de trabalho; que as explorações laborem em obediência a um plano, organizado com vista à satisfação das necessidades individuais ou colectivas, objectivamente avaliadas pelos poderes públicos.³⁷

Uma concepção de socialismo muito próxima da que fica enunciada é a exposta no ensaio já clássico de A. C. Pigou *Socialism versus capitalism*.³⁸ Para o Professor inglês, o socialismo implica: 1) a propriedade colectiva ou pública dos meios de produção; 2) a eliminação da obtenção privada de lucros, no sentido da existência de homens ou grupos de homens que contratem outros homens e vendam depois o produto do trabalho destes para obterem lucros os que contratam força de trabalho alheia; 3) planificação com vista ao bem comum, isto é, com o objectivo de beneficiar não uma classe determinada, mas **sim a** “comunidade como um todo”.

Poderia alargar a indicação de autores e obras que apontam a propriedade social dos meios de produção como um elemento essencial para se poder falar de socialismo, incluindo, portanto, na caracterização do socialismo, aquela que foi a principal reivindicação dos autores do *Manifesto Comunista*: a “abolição da propriedade

³⁶ Cfr. *A nova estrutura da economia*, Coimbra, 1947, 15/16.

³⁷ Cfr. *ob. cit.* na nota anterior e *Capitalismo e Socialismo em um mundo só*, cit., 2.

³⁸ Reportar-me-ei aqui à 2ª ed. da tradução em espanhol, Ariel, Barcelona, 1969, 7-15, com o título *Socialismo y capitalismo comparados* (a 1ª ed. inglesa é de 1937).

privada”.³⁹ Mas tal não é necessário para poder afirmar que a noção do socialismo que apresentei na minha primeira nota crítica não é, evidentemente, produto da minha imaginação, antes defendendo que tal concepção de socialismo se tornou uma aquisição histórica a partir das obras que lançaram as bases do *socialismo científico*, aquisição que é aceita por inúmeros autores não-socialistas e até anti-socialistas.

Não se trata, portanto, de eu ter ou não ter todo o direito de seguir *a minha* definição de socialismo, como parece resultar do texto de Tinbergen, que, entretanto, não enjeita, para si próprio, a qualificação de “socialista puro sangue”.

6. Gestão leal do capitalismo

É verdade, como diz Tinbergen, que “a ideia do socialismo já existia antes de Marx”. Sim, é verdade.

Existia *a ideia* de socialismo, uma ideia-doutrina, assente em puros princípios éticos. Marx, porém, como salienta Schumpeter,⁴⁰ “não vertia lágrimas sentimentais sobre a beleza da ideia socialista, e é esse, aliás, um dos títulos que ele invoca para marcar a sua superioridade sobre aqueles que chamava os socialistas utópicos”. Marx abandonou o domínio da ‘crença’, para chegar ao socialismo através de uma rigorosa análise teórica da evolução da humanidade, tratando a teoria económica como análise histórica e convertendo a simples descrição histórica em *histoire raisonnée*. O socialismo deixa de ser uma atitude moral para aparecer, ao cabo da sua elaboração teórica, como uma forma de organização económica e social que se segue ao capitalismo, em resultado da dinâmica do processo histórico e da actuação inteligente e consciente da luta de classes. “E em mais de um sentido – conclui Schumpeter – se justifica o título que Marx reivindicava para as categorias de pensamento socialista e de vontade socialista ligadas pelo cimento da sua posição fundamental: o *Socialismo Científico*”.

É verdade, pois, o que diz Tinbergen, mas só na medida em que, à maneira de Antero de Quental, se considere que o socialismo, “tão antigo como a injustiça e a opressão do pobre pelo rico, do desvalido pelo poderoso, *não é mais do que o protesto dos que sofrem contra a organização social que os faz sofrer*”. Mas trata-se, então, de ver no socialismo não uma conquista histórica, uma forma histórica determinada de organização social, mas antes uma mera atitude moral, uma reacção contra a injustiça, um protesto, “um grito de dor” (nas palavras de Dürkheim), quando muito um simples

³⁹ É este o texto do Manifesto: “o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada de hoje, a propriedade burguesa, é a última e a mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado em antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros. Neste sentido, os comunistas podem resumir a sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada”.

⁴⁰ *Capitalism, socialism and democracy*, Londres, 1943, 44.

projecto, “um maravilhoso fantasma”, verdade prégada em nome da razão e da justiça, a partir da *condenação moral* da ordem existente. E é sabido como falharam, historicamente, todos os projectos, todos os sonhos **utópicos**, todos os anseios **‘igualitaristas’**, ainda os mais belos.

Ora, a concepção de socialismo que Tinbergen entende que os homens devem procurar realizar é – segundo me parece – herdeira daquela atitude sentimental do socialismo utópico, fruto da aspiração do homem a um ideal de Justiça, e do espírito de “gestão leal do capitalismo” (como lhe chamou Léon Blum), que caracteriza todo o pensamento e toda a prática reformistas, vendo no socialismo um *ideal* a alcançar progressivamente, mediante a efectivação de reformas sociais a executar no seio do (e pelo) Estado burguês.⁴¹

Mas, afinal, que é, para Tinbergen, o socialismo? Responderei transcrevendo palavras do próprio Tinbergen: “Ser social-democrata significa para mim que as decisões respeitantes à economia e ao bem-estar da população devem ser tomadas pela comunidade, quer dizer, o Estado. Não impede que certas decisões, no interesse geral, possam ser tomadas por entidades privadas”. E mais à frente, na entrevista que concedeu ao Dr. Pereira Ramos, esclarece: “Para mim ele [o socialismo] significa que é necessário fazer entrar maior igualdade no sistema, tornando-o mais justo, sem que isso signifique que todos os bens de produção devem estar sob a alçada do Estado”, afirmando depois que “na minha [de Tinbergen] opinião as indústrias que se encontram ainda numa fase de desenvolvimento dinâmico beneficiarão mais em permanecer entre mãos privadas do que entre as mãos do Estado”.

Finalmente, na resposta à minha primeira nota, Tinbergen sustenta que “é socialismo todo o sistema onde a comunidade é responsável pelo bem-estar de todos os seus membros utilizando os meios mais eficazes para maximizar esse bem-estar”. O que dizer desta concepção de socialismo? Ao Estado cabe tomar as decisões respeitantes à economia e ao bem-estar da população... Mas qual Estado? Aceita Tinbergen a ideia do *Estado superpartes*? Pensa que poderá entender-se o Estado como um Estado-árbitro, imparcial, um Estado sem ideologia, um *Estado neutro*? Parece-me que não poderá hoje negar-se que o Estado é (e tem sido, historicamente, e continuará a ser enquanto existir o Estado como aparelho político de um “governo sobre os homens”) um instrumento de domínio, um aparelho ao serviço da classe dominante. O Estado é a “expressão das classes dominantes”, **escreve** François Perroux, que não tem dúvidas em afirmar que “o Estado nunca é neutro”⁴², antes está ao serviço dos interesses das classes

⁴¹ É este espírito de “gestão leal do capitalismo” que permitirá esclarecer o sentido crítico daquela observação que **‘anda nas bocas do mundo’** a respeito da prática política inglesa: “Nada há mais parecido com os trabalhistas no poder do que os conservadores na oposição”.

⁴² Cfr. *L'économie du XX^e Siècle* (1961), 378. Além de outros autores que aqui poderiam anotar-se, referirei apenas a opinião de um conhecido professor japonês, Shigeto Tsuru: “O Estado, numa sociedade classista, não é certamente um árbitro neutro na luta de classes” (Cfr. *Has capitalism changed?* (Tóquio,

dominantes. Para se ir ao fundo do problema, terá, pois, que saber-se “qual é a classe que detém o poder”. Só então se saberá que tipo de Estado irá velar pelo bem-estar da população e qual será o “interesse geral” que esse Estado irá prosseguir.⁴³ Ora, penso não trair o seu pensamento se disser que Tinbergen concebe a realização das medidas conducentes ao seu ideal de socialismo nos quadros de um Estado burguês⁴⁴ – o que, aceitando a ideia de Perroux (e não só, evidentemente) de que *o Estado nunca é neutro*, antes actuando de acordo com os interesses da classe dominante, levará à conclusão de que o Estado burguês só pode servir os interesses da burguesia, não podendo esperar-se que da sua actuação resulte a negação da lógica do capitalismo e a sua superação por um sistema que a negue.

7. Há desigualdades e desigualdades...

Acresce que a concepção de socialismo para Tinbergen não implica a alteração das relações de produção próprias do capitalismo, pois se limita a fazer entrar maior igualdade no sistema, tornando-o mais justo, bastando que a comunidade (i. é, o Estado) utilize os meios mais eficazes para *maximizar o bem-estar* dos seus membros. A tanto se reduz a proposta socialista de Tinbergen.

Nela transparece o velho mito igualitarista, enraizado na consciência europeia desde que a Igualdade foi incluída no ideário reivindicativo da grande revolução burguesa de 1789. Não será já a simples *igualdade formal*, segundo a qual “todos os homens nascem livres e iguais em direitos”, mas uma *igualdade real*, uma igualdade a realizar ao nível da distribuição e do consumo de bens, uma igualdade ao nível das condições de vida, ao nível do bem-estar – realizando uma espécie de *socialismo de consumo*, um pouco à maneira do *comunismo de consumo* que Babeuf e os Iguais tentaram ingloriamente realizar na França de 1796, esquecendo – como agora esquece Tinbergen – que “em qualquer época – como mostrou o autor da *Crítica ao Programa de Gotha*⁴⁵ –, a repartição dos objectos de consumo é consequência do modo por que são repartidas as condições da produção”. Fazendo assentar a ideia de socialismo nas noções abstractas de *justiça e igualdade*, faz-se girar a realização do socialismo

1963), na trad. brasileira (Zahar editores, 1968), com o título *Aonde vai o capitalismo?*, 147).

⁴³ Não se esqueça que toda a actuação político-económico-social do aparelho de Estado nazi, além de outros igualmente postos ao serviço de interesses classistas bem determinados, foi sempre coberta pela invocação do “bem comum”, do “interesse nacional”, do “ideal da nação” etc. etc..

⁴⁴ Se assim não fosse, como se compreenderia, além do mais (i.é, além da aceitação da *propriedade privada* dos meios de produção, valor máximo que ao Estado burguês cabe proteger e garantir), que Tinbergen admita que “certas decisões, no interesse geral [qual *interesse geral?*], possam ser tomadas por entidades privadas e que defenda que “na minha [sua, dele] opinião as indústrias que se encontram ainda numa fase de desenvolvimento dinâmico beneficiarão mais em permanecer entre mãos privadas do que entre as mãos do Estado”?

⁴⁵ MARX-ENGELS, *Oeuvres Choisies*, ed. m. [Éditions de Moscou], t. II, 18.

essencialmente à volta da repartição, tratando a repartição como algo independente do modo de produção, das relações sociais ao nível da produção (no caso concreto do capitalismo, da relação fundamental de exploração que lhe é inerente).

É claro que outra é a posição dos que consideram fundamental, para se poder falar de socialismo, a abolição da propriedade privada dos meios de produção. E é o que se passa, por exemplo, com as concepções, acima resumidas, Teixeira Ribeiro e de A. C. Pigou. Escreve o primeiro destes autores: “porque os capitalistas ganham por título de propriedade, enquanto os trabalhadores recebem em paga do esforço, cria-se uma diferenciação social entre os que, por serem proprietários, podem viver sem trabalhar e os que, por não o serem, têm de trabalhar para viver”,⁴⁶ vendendo a sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, que, pelo facto de o serem, se apropriam do sobreproduto criado pelos trabalhadores assalariados. Esta *diferenciação social*, como diferenciação classista que arranca directamente da posição social que se ocupa na produção, esta diferenciação fundamental é que nenhuma utopia igualitarista consegue eliminar. Diz Tinbergen que “na teoria de Marx ela [a propriedade pública (social) de todos os meios de produção] era um meio e nunca um fim”. E é verdade: só que a abolição da propriedade privada dos meios de produção é, para Marx, um *meio* para se atingir o *fim* de destruir as relações de produção capitalistas e com elas acabar a exploração de uma classe por outra classe, a *diferenciação social* a que se alude acima. E não se vê que possa hoje atingir-se este fim sem utilizar aquele meio.

Tinbergen acrescenta, em conclusão, que “já são conhecidos hoje outros meios para reduzir as desigualdades”. Só que não parece – pelo que atrás ficou dito – que possam depositar-se grandes esperanças nos meios que têm sido utilizados⁴⁷ e mesmo em outros da mesma natureza que venham a ser postos em prática; e, sobretudo, a verdade é que tais meios não poderão nunca eliminar os rendimentos distribuídos a título de propriedade, não acabando, portanto, a *desigualdade fundamental* do capitalismo enquanto sociedade de *classes*, o que significa que tais meios não são adequados, só por si, à instauração do socialismo tal como ele terá de entender-se hoje em dia e tal como o entendo, bem como os autores que cito acima.

A abolição da propriedade privada dos meios de produção aparece, portanto, não como um fim em si mesmo, mas como uma condição essencial (*conditio sine qua non*)

⁴⁶ *Economia Política, loc. cit.*

⁴⁷ E o próprio Tinbergen não deixa de reconhecer “que a segurança social e os impostos aplicados até ao momento, bem como a política salarial, não nos ajudam muito a reduzir essas desigualdades”. Mas é claro que, para quem aceite que a desigualdade fundamental é aquela “diferenciação social” de que fala Teixeira Ribeiro, resultante directamente da relação de exploração que caracteriza o capitalismo, para quem assim pense, então as medidas de Tinbergen, destinadas a promover os trabalhadores ao longo de uma escala de salários, não produzirão qualquer modificação qualitativamente relevante e a elas poderá aplicar-se este juízo contido nos *Manuscritos* de 1844: “um aumento de salário não é mais do que o pagamento de salários melhores a escravos e não conquista para o operário o seu destino e a sua dignidade humana”.

para se acabarem os rendimentos sem trabalho e, portanto, para se acabar a exploração do homem pelo homem (ou de uma classe por outra classe).

8. O que é decisivo

Afirma Tinbergen que a simples nacionalização das empresas não servirá de muito para operar uma *distribuição mais equitativa*, para introduzir *uma igualdade maior entre os trabalhadores*. Já disse das razões que me levam a pensar que o socialismo não pode identificar-se com uma *distribuição mais equitativa* (considerando que a repartição é ‘coisa’ independente do modo de produção) nem com uma *igualdade maior entre os trabalhadores* (deixando intocada a *desigualdade fundamental* entre os trabalhadores assalariados e os detentores do capital). Uma tal concepção de socialismo terá sempre de entender-se como acomodação à ordem estabelecida, como aceitação dos valores essenciais do modo de produção capitalista, dentro do tal espírito de “gestão leal do capitalismo”.⁴⁸

Com isto não quero, porém, significar que considero como um elemento de socialismo a simples nacionalização das empresas, operada no seio de uma ordem económica predominantemente capitalista e pelo Estado burguês. A *propriedade estadual* dos meios de produção é apenas uma nova (e a mais recente) forma jurídica da *propriedade capitalista* (propriedade que implica a negação da propriedade ou a não-propriedade de outros, tornando possível ao proprietário contratar a força de trabalho de trabalhadores livres, mas não proprietários, e apropriar-se do sobreproduto por estes criado), a par da *propriedade individual* e da *propriedade ‘corporativa’* (sociedades por acções), deixando inalterada a natureza capitalista da propriedade de um Estado que continua ao serviço da classe capitalista dominante. Razões de vária ordem – que não será oportuno tentar abordar aqui – explicam que o sector empresarial do Estado (empresas nacionalizadas, sociedades de economia mista, *holdings* do Estado e outras formas de propriedade pública) tenha acabado por se tornar num meio de alimentar e enriquecer o sector privado, representando aquilo que um autor chamou “os paradoxos da empresa pública”.⁴⁹

Por outro lado, também não me parece deva sustentar-se que a abolição da propriedade privada dos meios de produção seja o bastante para se considerar, sem

⁴⁸ O Prof. Shigeto Tsuru inclui Tinbergen entre os economistas que “chegam mesmo a sugerir que é um erro fazer uma distinção qualitativa entre capitalismo e socialismo” e afirma que – num curso que ambos deram em Harvard, em 1957, sobre *Socialismo e Planificação* – Tinbergen definiu o socialismo como “uma responsabilidade colectiva da sociedade pelo bem-estar da população no seu conjunto”, o que leva o professor japonês a comentar que, “se fossemos adoptar essa definição, chegaríamos provavelmente a dizer que inclusive os liberais-democratas de Kishi, no Japão, são socialistas” (*Has capitalism changed?*, trad. cit., 44).

⁴⁹ *Les Paradoxes de l'Entreprise Publique* é o título de um artigo publicado por Bernard CHENOT na *Revue Française de Science Politique*, 1955, 725-735.

mais, realizado o socialismo. Como ensina Oskar Lange,⁵⁰ a propriedade socialista dos meios de produção deve compreender “a administração dos meios de produção em prol do interesse colectivo da sociedade e a participação real e democrática dos produtores na administração dos meios de produção”. E é sabido como à volta deste ponto se tem centrado a atenção de vários autores que se têm dedicado ao estudo do socialismo como fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, alguns dos quais têm acusado de burguesa (não sem boa dose de ‘paixão’ e até de sectarismo) a via socialista na União Soviética e nas Democracias Populares. A título de exemplo, referirei o diálogo travado nas páginas da *Monthly Review*, de outubro de 1968 até ao início de 1971, entre Paul Sweezy e Charles Bettelheim.⁵¹ Este último autor põe em relevo o “domínio dos produtores sobre as condições e os resultados da sua actividade” como elemento essencial das relações socialistas de produção, acrescentando que “o que é decisivo – do ponto de vista do socialismo – não é o modo de *regulação* da economia, mas sim a natureza da *classe no poder* [sublinhado no original]”. E, referindo-se à ditadura do proletariado enquanto forma política da fase socialista de transição, Bettelheim não deixa de acentuar que “a ditadura do proletariado tem essencialmente como efeito permitir o estabelecimento de determinadas condições políticas requeridas para que os produtores directos possam dominar colectivamente, quer dizer, à escala social, os seus meios de produção e as suas condições de existência. É preciso lembrar também – acrescenta o economista francês – que este domínio não é de modo algum assegurado apenas pela estatização dos meios de produção e pela ‘planificação’ económica. O que comanda este domínio, que só se adquire através de uma longa luta de classes, é, antes de mais mas não unicamente, a detenção do poder pelos produtores”.⁵²

Se quiséssemos ir mais longe, poderia mesmo dizer-se que as contradições internas só desaparecerão (e só então existirá uma sociedade sem classes) “numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão de trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de viver, mas se tornar ele próprio a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas se tiverem desenvolvido também e todas as fontes de riqueza colectiva brotarem com abundância, só então o horizonte limitado do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: ‘De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!’” (*Crítica ao Programa de Gotha*). E um tal estádio só poderá, porventura, alcançar-se quando o socialismo tiver

⁵⁰ Tradução portuguesa de *Entwicklungs-Tendenzen der Modernen Wirtschaft und Gesellschaft*, sob o título *A Economia nas Sociedades Modernas*, Prelo, 1971, 34.

⁵¹ Existe uma tradução portuguesa da Portucalense Editora (1971), sob o título *Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária*.

⁵² *Ob. cit.* na nota anterior, 51, 55 e 71/72.

sido estabelecido à escala mundial.

9. O *Welfare-State*

É tempo, porém, de retomar mais de perto as propostas de Tinbergen. A sua concepção de socialismo aponta para a ideia de *maximização do bem-estar*, admitindo logo Tinbergen “que a definição de bem-estar constitua uma questão importante” e, por certo, de não fácil solução.

Trata-se de uma ideia que não deixa de recordar *o princípio utilitarista* de Bentham e William Godwin (realizar o máximo de felicidade, o máximo de bem-estar para o maior número), princípio de resto invocado já em 1824 por William Thompson, o autor mais representativo do chamado *socialismo ricardiano*, para justificar a sua proposta de uma *política de redistribuição do rendimento*, que asseguraria um maior grau de bem-estar e mais mercados para as empresas.⁵³

Essa ideia de Tinbergen evoca também a concepção proudhoniana de “socialismo burguês”, um socialismo concebido como “a constituição de fortunas moderadas, a universalização da classe média”, e justifica igualmente que se recorde a proposta de Bernstein de uma “revolução orgânica”, através do jogo parlamentar, que permitiria ao movimento operário, no seio de um Estado definido como *neutro*, lutar pelas suas reivindicações, trabalhar para “fazer ascender o operário, colocado ainda na condição de proletário, à condição de burguês, e, por conseguinte, para generalizar a condição burguesa”.⁵⁴

Penso, aliás, que a uma tal meta de maximização do bem-estar (bem-estar pelo qual deve responder a comunidade) não podem deixar de pôr-se sérias restrições, numa sociedade com as características do capitalismo actual, cuja *irracionalidade* Galbraith (entre outros autores) tem posto em destaque, considerando-a “inerente à própria natureza do sistema”. Com efeito, sendo a lógica do capital a sua valorização, *a produção não é mais que uma produção para o capital*, produzindo-se os bens que asseguram maiores margens de lucros e não aqueles que, racionalmente, humanamente, são susceptíveis de oferecer maior utilidade, de propiciar maior bem-estar. Ganha sentido, pois, a conclusão de Galbraith, numa conferência que proferiu em Paris em fevereiro de 1971, segundo a qual “alguns bens, muitos dos quais não são absolutamente nada úteis, são produzidos em enormes quantidades, enquanto que importantes necessidades privadas e públicas não são satisfeitas [...]. O volume da

⁵³ Cfr. Henri DENIS, *Histoire de la Pensée Économique*, Paris, P.U.F., 1967, 380, obra de que existe tradução portuguesa sob o título *História do Pensamento Económico*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d., 393.

⁵⁴ E esta *generalização da condição burguesa* não deixará de recordar o futuro que Tocqueville sonhou para os Estados Unidos: “A grande riqueza tende a desaparecer, o número de pequenas fortunas a aumentar” (*apud* T. B. BOTTOMORE, *ob. cit.*, 93).

produção não é de modo nenhum função da utilidade do produto”.⁵⁵

Restrições que ganham maior significado se atentarmos em que nas sociedades capitalistas dos países industrializados o *desperdício organizado*, a *ciência do desperdício*⁵⁶, é considerada um elemento positivo, uma técnica que é preciso aperfeiçoar. A sua importância ‘**estratégica**’ para o capitalismo fica à vista se analisarmos bem o que acerca de uma tal sociedade e desse ‘**desperdício**’ se escreveu no relatório de uma comissão insuspeita, altamente qualificada e responsável:⁵⁷ “No caso do ‘desperdício’ militar, é evidente que a utilidade social é manifesta. Isto resulta do facto de o ‘desperdício’ da produção de guerra se desenrolar completamente à margem dos quadros da economia da oferta e da procura”, acrescentando-se que “a guerra, e só a guerra, resolve o problema levantado pelos *stocks*”, i. é, só a guerra evita as crises de sobreprodução, “pelo facto de esse sector não ser sensível às contracções que podem produzir-se no sector privado [...]”, facto que justifica a conclusão final de que “a guerra é e tem sido o elemento essencial da estabilidade nas sociedades modernas”.

Numa sociedade que faz da produção um fim em si, numa sociedade em que o homem, enquanto consumidor, é manipulado como puro objecto, numa sociedade em que o homem é ‘**condenado**’ a consumir, em obediência à hierarquia de prioridades e valores próprios do estágio actual do capitalismo, numa sociedade deste tipo, cuja engrenagem exige que os bens que ao aparelho produtivo mais convém produzir sejam adquiridos, usados e substituídos a um ritmo sempre crescente, numa sociedade informada por tais valores, que sentido poderá ter a busca do máximo de bem-estar?

Sempre poderá dizer-se – parece – que a ideia do *Welfare-State*, considerado como o ponto alto do capitalismo industrializado, não terá sentido possível como solução para os ‘**países subdesenvolvidos**’. E poderá também dizer-se que as deficiências e contradições de uma tal ‘**sociedade de consumo**’ não poderão ultrapassar-se fazendo pura e simplesmente o balanço das necessidades não-satisfeitas e procurando pô-las a cargo do sistema económico. E isto porque o sistema tem a sua lógica própria, as suas próprias finalidades, a que são estranhas as finalidades de uma vida verdadeiramente humana, e porque – nos quadros de um tal sistema – a própria expressão das necessidades é totalmente alienada. Por isso – como salienta o Prof. Hubert Brochier⁵⁸ – a própria ideia de bem-estar (de um bem-estar ao nível das necessidades autênticas e profundas do homem) e a sua conquista exigirão um projecto social que permita a

⁵⁵ *Le Nouvel Observateur*, nº de 8.2.1971.

⁵⁶ Acerca do significado desse ‘**desperdício**’, cfr. duas pequenas notas minhas saídas na *Vértice*: “Os que vicejam na guerra, desejam a guerra, triunfam na guerra, contra os que vicejam na paz, desejam a paz, triunfam na paz” (*Vértice*, nº 313, Fev./70, 122-127) e “O significado actual do mercado nas economias capitalistas” (*Vértice*, nº 331/332, Ag.-Set./71, 678-682).

⁵⁷ Refiro-me ao *Report from Iron Mountain on the possibility and desirability of peace*, que utilizo na tradução francesa: *La paix indésirable?*, Paris, Calmann-Lévy, 1968, especialmente 92-98.

⁵⁸ Cfr. “Les besoins humains”, na revista *Esprit*, nº de Dezembro/1969, 870ss.

revelação das ‘necessidades profundas’ do homem, que implique a transformação das relações sociais de modo a dar uma dimensão nova a essas necessidades e a garantir a sua desalienação, que provoque uma alteração das estruturas económicas e das relações de produção capaz de alicerçar uma nova ordem económico-político-social que permita satisfazer aquelas necessidades.

10. O capitalismo já não existe?

A outra face da concepção de socialismo defendida por Tinbergen é, logicamente, um certo entendimento acerca da natureza do sistema dominante no chamado mundo ocidental. “Em minha opinião – escreve Tinbergen – o sistema ocidental actual não é capitalista como o era em 1850”.

Ora, a verdade é que entre *o capitalismo de concorrência* de 1850 e o *capitalismo monopolista de Estado* dos nossos dias se notam sensíveis diferenças em vários domínios.⁵⁹ Mas também é verdade que as alterações verificadas não produziram qualquer mudança qualitativamente relevante, em termos de poder dizer-se que o sistema que hoje enquadra as relações económicas, sociais e políticas no mundo ocidental – o *sistema ocidental actual* de que fala Tinbergen – já não pode definir-se como capitalista. Na minha óptica, a evolução verificada não trouxe qualquer alteração que tenha vindo tocar a própria essência definidora do capitalismo, de molde a justificar Tinbergen⁶⁰ na afirmação de que “pela minha [dele, Tinbergen] parte, já não chamo capitalista ao sistema existente nos países do Ocidente”, confirmando o que já defendera em estudo anterior (1965): “não há capitalismo puro no Ocidente, do mesmo modo que não há socialismo puro – como era concebido outrora – a Leste”.⁶¹

Ora, penso que o problema não consiste em saber se há ou não, na prática, *capitalismo puro* ou *socialismo puro*. Na verdade, o processo histórico de evolução dos sistemas económicos obriga a concluir, por um lado, que essa evolução não se realiza por *passagem abrupta* de um sistema para outro, mas sim por um processo contínuo de transformação e, por outro lado, que a sucessão não se opera por *substituição completa*

⁵⁹ Cfr. V. Tribuna MOREIRA, “O capitalismo o as suas formas”, trabalho incluído no volume colectivo *Sobre o Capitalismo Português*, cit. Ver ainda: *Has capitalism changed?*, cit.; *Tendenze del capitalismo europeo*, Atti del Convegno di Roma organizzato dall’Istituto Gramsci, 25-27 giugno 1965 (Editori Riuniti, 1966); *Économie et Politique*, n°s 143/144 e 145/146, números monográficos contendo as comunicações e intervenções de uma conferência internacional realizada em Choisy-Le-Roi (20-29 de Maio, 1966), sobre o *Capitalismo Monopolista de Estado; Le Capitalisme Monopoliste d’État*, tratado em 2 vols., da responsabilidade da redacção da revista *Économie et Politique*, Paris, Éditions Sociales, 1971.

⁶⁰ Entrevista publicada no *Jornal do Fundão*, analisada na minha primeira nota.

⁶¹ Cfr. “Face à l’avenir”, na *Revue de la Politique Internationale*, n° 364, 5/6/1965, 11/12.

de um sistema por outro.⁶² Daí que, em cada época histórica, o dizer-se que em determinado país ou região se pratica um sistema capitalista ou um sistema socialista só pode significar que aí são *dominantes* os elementos definidores essenciais do capitalismo ou do socialismo, o que quer dizer que não terá sentido falar-se de *sistemas puros*, pois a predominância dos elementos que informam um dado sistema não afasta a sobrevivência de elementos de sistemas anteriores e a emergência de factores que *preenchem* já um estágio superior de evolução.

Mas o que deve então entender-se por capitalismo? Socorrendo-me de novo da lição dos Professores Teixeira Ribeiro⁶³ e A. C. Pigou,⁶⁴ parece-me poder afirmar que as características essenciais do capitalismo se traduzem na propriedade privada dos meios de produção e no recurso ao trabalho assalariado (o que permite aos donos do capital a obtenção de rendimentos sem trabalho), cabendo a iniciativa da produção a empresas que se propõem a obtenção de lucros.⁶⁵

E penso ser inegável que estas mesmas características se apresentam ainda hoje como traços essenciais do sistema dominante nos países ocidentais. As afirmações de que o sistema dominante nestes países é um *sistema misto* (opinião de Tinbergen sustentada também por outro Prémio Nobel, Paul Samuelson – este não se dizendo, porém, socialista –, o qual fala de *sistema de economia mista*⁶⁶), um sistema de *capitalismo popular*, de *capitalismo organizado*, de *economia concertada*, de *neocapitalismo*, de *Welfare State* etc. –, tais afirmações podem ir filiar-se nas teses revisionistas iniciadas com Edward Bernstein, com a dupla face de negar a alternativa socialista para o capitalismo (uma vez que este terá entrado numa nova fase, qualitativamente diferente, em que as contradições se atenuarão, a ponto de se considerar que tal capitalismo já não é algo de oposto ou diferente em relação ao socialismo) e de encaminhar as classes trabalhadoras para a via da *integração*, da *par-*

⁶² Cfr. TEIXEIRA RIBEIRO, *Lições de Economia Política*, cit., 186-189.

⁶³ Cfr. *ob. loc. cit.*, *supra*, nota 35.

⁶⁴ Cfr. *ob. loc. cit.*, *supra*, nota 37.

⁶⁵ Distinguindo o capitalismo do socialismo, o Prof. Tsuru sustenta que a *differentia specifica* entre os dois sistemas reside na forma que assume o excedente social da produção sobre o consumo (ou reside em saber *quem controla* esse excedente): no capitalismo, o sobreproduto social assume a forma de lucro, mais-valia apropriada em propriedade absoluta pelos proprietários dos meios de produção e orientada não só para consumo pessoal dos próprios capitalistas, mas também para investimento em novos meios de produção; no socialismo, o excedente assume a forma de fundo social que será distribuído por consumo e investimento de acordo com decisão da própria colectividade (*ob. e trad. cit.*, 72/73; no mesmo sentido de Tsuru, pronuncia-se Bettelheim, em ensaio incluído no volume colectivo editado por aquele professor japonês, 87ss). E trata-se de ideia correcta, desde que se entenda que as diferentes formas que assume o excedente (ou a diferença que resulta de quem o controla) resultam de diferentes formas de relações de produção, particularmente da existência de propriedade privada ou de propriedade colectiva (social) sobre os meios de produção.

⁶⁶ Cfr. *Economia*, ed. Fundação Gulbenkian, 1º vol., Lisboa, 1987, 53.

ticipação, da *colaboração de classes* (pontos que assumem particular importância na ideologia actual dos países capitalistas desenvolvidos, pontos de vista sustentados, inclusivamente, por autores que em nada se pretendem socialistas, alguns mesmo adeptos dos princípios corporativistas⁶⁷). Esta é, bem entendida, a filosofia inerente à tese da *convergência dos sistemas*, cujas raízes directas poderão ir buscar-se a Auguste Comte (o primeiro ideólogo da tecnocracia e da sociedade industrial⁶⁸), a Max Weber ou a Werner Sombart,⁶⁹ passando, sobretudo a partir dos dois primeiros, para toda a moderna teoria sociológica da *sociedade industrial* (Raymond Aron, Georges Friedmann, Herbert Marcuse, Ralph Dahrendorf, entre outros), ao mesmo tempo que a sua filosofia inspira economistas de mentalidade liberal, como J. K. Galbraith, e adeptos de um socialismo reformista, como Jan Tinbergen ou Paul Strachey, além de muitos outros, evidentemente.

O vício fundamental da *teoria da convergência dos sistemas* (ao sustentar a ideia de convergência num *sistema misto*... de capitalismo e socialismo, a *meio caminho* entre estes dois) consiste na falta de perspectiva do processo histórico de evolução dos modos de produção, encarando o problema dos sistemas como uma questão dependente da *escolha*, da *opção* que se faça entre um leque de possibilidades. Como escreve Philippe Herzog, “o estudo económico burguês dos sistemas capitalistas e socialistas não é concebido numa perspectiva dialéctica, histórica, mas funcional. De modo que o objecto da investigação é comparar ‘eficiências’, no pressuposto, por vezes manifesto, de que esta comparação esclarecerá uma escolha social”.⁷⁰

Ora, a ideia de que se poderia *escolher* livremente entre esta ou aquela possibilidade ou ainda uma terceira, um *sistema misto*, ressalta de vários passos dos escritos de Tinbergen a que tive acesso. Na entrevista ao *Jornal do Fundão*, declara:

⁶⁷ Sobre o estado da questão no nosso país, cfr. uma nota minha integrada no trabalho colectivo *Sobre o Capitalismo Português*, cit., 149ss. (“A ideologia conservadora num mundo em revolução”).

⁶⁸ Criticando os pressupostos individualistas da Escola Clássica inglesa e negando validade científica à Economia Política, Comte defende a necessidade de uma ordem social em que exista um poder temporal (que caberia aos banqueiros e chefes de indústria), encarregado de manter em situação de subordinação os que devem obedecer, e um ‘**poder espiritual**’ (que deveria pertencer aos sábios, principalmente aos sociólogos), ao qual caberia a tarefa de ensinar os subordinados a aceitar a posição que ocupam e a amar os que mandam, fazendo ver às massas populares que “leis naturais [...] devem determinar a indispensável concentração das riquezas entre os capitães de indústria” e que “pouco importa aos interesses populares em que mãos se encontram habitualmente os capitais, desde que o seu emprego normal seja necessariamente útil à massa social”, inculcando-lhes, em suma, a ideia da “superioridade real das soluções essencialmente morais sobre as soluções puramente políticas” (cfr. H. DENIS, *ob. cit.*, 492-498 da trad. port.).

⁶⁹ Em 1927, Sombart escrevia na 3ª parte de *Der Moderne Kapitalismus* (cfr. tradução francesa, *L’Apogée du Capitalisme*, vol. II, 526): “Devemos, entretanto, habituar-nos à ideia de que, entre um *capitalismo estabilizado e regularizado* e um *socialismo racionalizado* que utilize todos os recursos da técnica, a diferença não é muito grande [...]” [sublinhado por mim. A.N.]. Mais tarde (cfr. *Le socialisme allemand*, tradução francesa, 1938, 73ss) viria a defender uma noção de socialismo na qual caberia – como Sombart pretendia – inclusive o regime nazi (o socialismo seria, efectivamente, “um estado de vida social em que a conduta do indivíduo é determinada em princípio por normas obrigatórias que radicam numa razão geral, intimamente ligada à comunidade política, e que se exprimem no *nomos*”).

⁷⁰ Cfr. *Politique Économique et Planification en Régime Capitaliste*, Paris, 1971, 263, em nota.

“creio mesmo que o sistema que melhor pode servir é um que se encontra a meio caminho entre os dois sistemas tradicionais [...]. A este respeito creio que os sociais-democratas têm qualquer coisa de novo e de melhor para apresentar”. Quer dizer: além dos “dois sistemas tradicionais”, há ainda uma terceira hipótese, a qual deve *ser preferida* por ser a que *melhor serve*, até porque os sociais-democratas têm *qualquer coisa de novo e de melhor a apresentar*, um pouco à maneira dos “socialistas utópicos”, que pretendiam revolucionar a sociedade substituindo o capitalismo ‘injusto’ por um sistema *melhor* que eles elaboravam e *apresentavam* aos seus semelhantes, a quem procuravam convencer da excelência do seu *projecto*.

Num artigo publicado na revista *Soviet Studies* (Abril/1961), escreve Tinbergen: “As condições parecem favoráveis, nestes Países [países subdesenvolvidos], para *tentar combinar* os melhores elementos do comunismo e da livre empresa. Estes Países podem portanto tornar-se um *terreno de experiência* para os regimes económicos”.⁷¹ Quer dizer: perante os dois sistemas que na presente época histórica se dividem o mundo, seria possível, *experimentalmente*, através de combinações dos melhores elementos do capitalismo e do socialismo, ‘produzir’ um terceiro sistema, que seria *melhor* que os outros dois, pois seria o resultado da *combinação*, como que laboratorial, do que de melhor existia nos dois que coexistem neste estágio do processo histórico.

Num outro artigo (1966)⁷², Tinbergen escreveu: “Não foi apenas a experiência que conduziu os dirigentes da economia, tanto os de Leste como os de Oeste, a modificar os seus sistemas. A teoria económica moderna quer que ‘o sistema melhor’ seja uma síntese de certos elementos da eficiência ‘capitalista’ e da equidade ‘socialista’”. E assim se faria a História: os sistemas económicos evoluiriam não já como resultado da dinâmica das suas leis de movimento e da actuação consciente das *classes sociais*, mas seriam *modificados* pelos *dirigentes* da economia, uns para abandonarem o capitalismo outros para largarem o socialismo, em troca daquele que a *teoria económica* moderna *quer* que seja “o sistema melhor”, uma *síntese* da eficiência de um e da equidade de outro – tese que levou um crítico a responder a Tinbergen que “um híbrido capitalismo-socialismo seria tão contra-natura como um boi-cavalo”.⁷³

Por mim, entendo que é necessário não perder de vista a *dialética do processo histórico* e reconhecer as leis deste processo, que explicam a evolução da humanidade, através da luta de classes, dos modos de produção mais remotos até ao capitalismo e que apontam o socialismo como um estágio superior do mesmo processo evolutivo. Só o ‘*esquecimento*’ desta perspectiva poderá explicar que, tendo em conta as mutações

⁷¹ Texto transcrito, em tradução italiana, na revista *Mondo Economico*, nº de 10-26 Agosto 1961, versão que utilizei. [os sublinhados são meus. A.N.]

⁷² Cfr. “Promouvoir la politique internationale de développement”, em *Revue de la Politique Internationale*, nº 371, 20.9.66, 11/12.

⁷³ Cfr. L. A. LEONTIEV, “En analysant sainement les faits... – A propos d’une théorie du professeur J. Tinbergen”, em *Revue de la Politique Internationale*, nº 390/391, de 6-20 de Julho de 1966, 15-17.

verificadas nos países de economia predominantemente capitalista e nos países de economia socialista dominante, se incorra no vício de análise que consiste em abstrair das características essenciais dos dois sistemas, para concluir que o capitalismo já não existe ou superou as suas contradições próprias e que o socialismo tem tendência para regressar a fórmulas capitalistas, vindo a encontrar-se os dois sistemas num ponto intermédio, numa fórmula híbrida capitalismo-socialismo – isto, quando a verdade é que, como escreveu recentemente um autor, “a menos que se generalize a privatização no domínio das economias socialistas ou se acentue a estatização no âmbito das economias ocidentais, para além do que é razoavelmente previsível, *persistirá a diferença de raiz quanto à propriedade dos meios de produção*, não obstante o paralelismo formal na consagração de soluções mistas de mercado e de plano”.⁷⁴

Mas, se é assim – e penso que se trata de verdade irrecusável –, à tese da convergência dos sistemas, concepção de um “sistema misto”, só pode atribuir-se o significado de negar que existam hoje diferenças essenciais entre capitalismo e socialismo, ‘destruindo’ um e outro no que têm de fundamental, o que é uma maneira de esvaziar o socialismo do seu sentido e significado, anulando-o como estádio superior de evolução da humanidade, uma vez que o sistema em vigor nos países ocidentais é já *um sistema misto com numerosos elementos socialistas* (Tinbergen).

E esse propósito de “matar” o socialismo (como reacção a esse *espectro que domina o mundo...*⁷⁵) transparece claramente nos escritos dos defensores da tese da convergência. Num artigo de 1965 escrevia Tinbergen que “os dois sistemas estão em evolução” e que “as alterações revelam uma tendência para a aproximação. Há mesmo provas indicativas – acrescenta – de que os dois sistemas evoluem no sentido de um *optimum*, de uma ordem que é melhor, ao mesmo tempo, que o capitalismo puro e o socialismo puro”.⁷⁶ Daí que, em outro texto publicado pela mesma altura,⁷⁷ concluísse, coerentemente, que apresentar o litígio ideológico entre os EUA e a URSS “de maneira simplista, como o litígio entre o ‘capitalismo’ e o ‘socialismo’” era uma forma ultrapassada (*périmée*) de ver a questão, pois, em seu entender, “tudo mostra como a controvérsia sobre o sistema social e económico óptimo se tornou, de controvérsia absolutamente qualitativa, em problema de natureza relativa e quantitativa [...]”. “Devemos reconhecer que dos dois lados as ideologias estão ultrapassadas” – afirma Tinbergen no citado artigo *Face à l’avenir*.

Também Galbraith acaba por chegar a conclusão idêntica: “As desventuras do

⁷⁴ Paulo de PITTA e CUNHA, “As reformas económicas e o ressurgimento dos mecanismos monetários nos países do bloco socialista”, na *Revista Bancária*, nº 24, Abr.-Jun. de 1971, 30. [sublinhado por mim. A.N.]

⁷⁵ “O que é perigoso – escreve W. W. Rostow, autor do célebre *Non-Communist Manifesto* – é o método socialista de gestão da economia, que permite transformar um país retardatário em país evoluído num lapso de tempo relativamente curto” (*apud* Roger GARAUDY, *Karl Marx*, Paris, 1964, 249).

⁷⁶ “Face à l’avenir”, *cit.* na nota 58, *supra*, nota 37.

⁷⁷ “Idéologies et développement scientifique”, *Revue de la Politique Internationale*, nº 372, 5. 4. 1965, 6.

socialismo democrático têm sido as desventuras do capitalista. Quando este deixou de poder exercer controlo, *o socialismo democrático deixou de ser alternativa*. A complexidade técnica, a planificação e a escala associada de operações que retiraram o poder do empresário capitalista e o transferiram para a tecnostutura, *colocaram-no também fora do alcance do controlo social*. Em quase todo o mundo não-comunista, *socialismo, com o significado de propriedade pública das empresas industriais, é um slogan já gasto*.⁷⁸ E noutro lugar escreve o economista americano: “O socialismo veio a significar governo de socialistas, que *aprenderam que o socialismo*, tal como era *antigamente* compreendido [i. é, baseado na propriedade pública, social dos meios de produção], *é impraticável*”.

O sentido último destas afirmações ganhará o seu significado autêntico se as confrontarmos com esta conclusão formulada pelo mesmo Galbraith na já referida conferência, proferida em Paris, no clube de *Le Nouvel Observateur*: “É ilusório pretender encontrar a exploração, no sentido marxista da palavra, numa sociedade de tecnostutura”, acrescentando que “já não se pode seriamente acusar o sistema (capitalista), por exemplo, de explorar o seus próprios trabalhadores, objectos tradicionais da sua opressão”.⁷⁹

Também Adolf Berle, como conclusão da sua análise das grandes *corporations* americanas, sustenta que “o aparecimento e o desenvolvimento da grande sociedade por acções modifica a propriedade como instituição quase tão profundamente como o fazem a doutrina e a prática comunistas”, não vendo qualquer dificuldade em afirmar que “o sistema económico americano, baseado na propriedade privada, se tornou, no fim de contas, tão socialista como muitos sistemas socialistas”.⁸⁰

Finalmente, apenas outra amostra das conclusões a que pode levar (e tem levado) a lógica que subjaz e os elementos em que se apoia a teoria da convergência dos sistemas: “O conceito de comunismo de Marx – escreve um autor inglês, Robert Tucker⁸¹ – é aplicável mais de perto à América de hoje, por exemplo, do que o seu conceito de capitalismo”.

11. Um sistema misto

Fala Tinbergen, a respeito do sistema dominante no ‘**mundo ocidental**’, de *sistema misto* “com numerosos elementos socialistas”. Que ‘**elementos socialistas**’ serão estes? Pois são, em primeiro lugar, as chamadas *regalias sociais* dos trabalhadores,

⁷⁸ Cfr. *The New Industrial State*, Londres, 1967, 101 e 103-104 (na tradução brasileira, ed. Civilização Brasileira, 2ª ed., 1969, 112 e 115). [sublinhado meu; também suprimi os parágrafos. A.N.]

⁷⁹ Cfr. *Le Nouvel Observateur*, nº de 8.2.1971.

⁸⁰ Transcrevo de um artigo de A. A. BERLE sobre *Les grandes unités*, na *Encyclopédie Française*, vol. IX, 9.10.2.

⁸¹ Cfr. *Philosophy and Myth in Karl Marx*, Cambridge, 1967, 235.

obtidas mediante a actuação do Estado em matéria de segurança social, assistência, habitação, educação e lazeres – campos que fundamentalmente integram a base do *Estado Social* moderno.⁸² Trata-se, em regra, de elementos que representam o resultado de um longo processo de luta das classes trabalhadoras, são *conquistas* suas, como outrora o tinham sido a liberdade sindical e a limitação da jornada de trabalho a oito horas. E trata-se, também, como os autores salientam, da assunção, por parte do capitalismo, de certas metas dos programas socialistas, mas ‘**integrando-as**’ na lógica do sistema, transformando em *meio* o que deveria ser um *fim* em si mesmo. Isto o que, bem recentemente, Henri Janne punha em realce num texto esclarecedor.⁸³ “O significado do neocapitalismo é claro sobre este ponto: transformar os fins maiores do socialismo em meios de realizar outros fins, isto é, a manutenção do lucro, da iniciativa privada, dos grupos privilegiados. Reduzidos a meios de fins bem determinados, os objectivos alteram-se inevitavelmente. Crescimento económico, sim, mas para e pelo lucro. Maior poder de compra das massas, mas para criar o lugar e o mecanismo de antecipação do lucro. Pleno emprego, mas para assegurar a manutenção do poder de compra global. Segurança social, mas para tornar psicologicamente possível que se gastem por inteiro os salários individuais. [...] Democratização dos estudos para produzir as altas qualificações necessárias ao funcionamento do aparelho produtivo, mas limitada até ao ponto de não comprometer as posições privilegiadas dos filhos de grupos dirigentes”.

Assim ficará melhor caracterizado um primeiro grupo dos tais *elementos socialistas*. Em segundo lugar, farão parte destes elementos específicos do capitalismo actual, v. g. a planificação estadual, o financiamento pelo Estado de certas actividades, a propriedade pública de certos sectores ou empresas etc. Só que, quanto a estes, trata-se de alterações nitidamente impostas pelo desenvolvimento das forças produtivas, que obrigou o Estado a abandonar a posição de espectador, de *gendarme*, que o liberalismo lhe atribuía, em consonância com as exigências de um *capitalismo de concorrência*, para se tornar ele próprio um operador na esfera do económico, justificando-se a sua nova função neste campo não já por razões políticas, mas por razões económicas, que basicamente se traduzem em promover, facilitar e organizar a acumulação capitalista. Ao Estado, como superestrutura política de uma dada estrutura económica em determinado estágio da sua evolução, cabe agora um papel que se realiza fundamentalmente no domínio do económico.

A ocorrência destes *elementos socialistas* nem é novidade no campo teórico (Lenine não escrevera já que “o capitalismo monopolista de Estado é a antecâmara do

⁸² Sobre o significado do *Estado Social*, cfr. o artigo de Joaquim GOMES no volume colectivo *Sobre o Capitalismo Português*, cit., 205ss.

⁸³ Utilizo a tradução do livro *Le temps de changement*, Paris, Marabout, 1971, 218, apud J. GOMES, ob. cit. na nota anterior, 215.

socialismo”?) nem significa que se tenha alterado a natureza de um modo de produção em que as relações de produção, os seus vários elementos superestruturais, a sua lógica continuam predominantemente capitalistas. Antes representará a justeza do método analítico que considera os vários modos de produção no seu permanente devir, para chegar à conclusão de que, perante as leis históricas de evolução da humanidade, o socialismo deve entender-se como um estágio superior de evolução, a surgir em resultado da superação das contradições do próprio capitalismo. Às classes histórica e objectivamente interessadas nessa superação cabe actuar *conscientemente* nesse sentido, actuação que será tanto mais consciente e tanto mais importante quanto mais claro e profundo for o conhecimento das leis que definem o sentido daquele processo de evolução. Às classes interessadas em evitar que o processo histórico se desenrole de acordo com a lógica inerente às leis económicas de evolução do sistema, o conhecimento dessas leis serve, por sua vez, para esclarecer e tornar mais consciente a *luta* tendente a impedir essa evolução. A história das últimas décadas do capitalismo, especialmente depois que o socialismo foi implantado na URSS, em 1917, não deixa de confirmar isto mesmo.

12. O progresso e a propriedade privada

Desdobrando e justificando a sua tese de que “o sistema (capitalista) presente é misto com numerosos elementos socialistas”, Tinbergen acrescenta que “a propriedade privada de hoje só representa uma fracção da liberdade de acção característica de 1850”.

Eis uma afirmação a que não poderá negar-se alguma verdade, embora desta verdade não possa concluir-se que a natureza da propriedade sobre os meios de produção não é já elemento para a caracterização do sistema capitalista (ou socialista).

É claro que não vivemos hoje no regime de pequena empresa que caracterizou o capitalismo dos primeiros tempos do industrialismo, em que o capitalista era também o empresário, o dirigente da *sua* empresa. As coisas mudaram de então para cá: o progresso técnico foi enorme e por vezes a um ritmo vertiginoso. Daí que as empresas, para poderem acompanhar a evolução das forças produtivas, carecessem de grande volume de capitais. Compreende-se, por isso, que as sociedades por acções fossem ganhando importância crescente, pois elas constituem um instrumento jurídico-económico que facilita a centralização de capitais e a concentração do poder económico nos grandes accionistas, além de que, sendo grandes empresas, vêm acrescidas as possibilidades de concentração de capitais, em resultado da sua própria acumulação.

Daí que o conhecimento e o controlo dos mercados actuais e potenciais, o conhecimento e o controlo das inovações tecnológicas tenham adquirido importância decisiva na gestão da empresa capitalista. Daí, naturalmente, as transformações

espectaculares nas técnicas de gestão, a importância dos gabinetes de estudo, de concepção, de *marketing*, a necessidade de organização e de programação a longo prazo. Daí que o capitalista-proprietário-dirigente de outrora não pudesse sobreviver. Daí a importância crescente do “organizador industrial, ficando a gestão cada vez mais separada do proprietário”, como se previa já em *O Capital*.

As alterações que ficam sumariamente apontadas contribuíram, na verdade, por um lado, para substituir a propriedade individual por uma nova forma de propriedade capitalista, a ‘propriedade social’, a propriedade da sociedade comercial, como pessoa colectiva cujo substrato pessoal é constituído por um grupo maior ou menor de sócios, e, por outro lado, para separar, institucionalmente, as funções de *director* e de *proprietário*. Daqui até à conclusão de que a propriedade dos meios de produção perdeu todo o significado, de que a propriedade privada dos meios de produção deixou de poder considerar-se como elemento essencial do sistema dominante nos países industrializados do ocidente e de que este sistema sofreu, por isso, uma mutação qualitativa fundamental, uma mudança na sua natureza e na sua lógica interna, até esta conclusão, dizia, vai um grande passo, importando averiguar da legitimidade para o dar.

É claro, desde logo, que esta ‘socialização’ do capital, que é própria das sociedades por acções, não pode entender-se com um *elemento de socialismo*: estas sociedades constituem, pelo contrário, um dos mais poderosos instrumentos da acumulação capitalista e do seu desenvolvimento. Tal ‘socialização’ significa apenas a necessária adaptação das estruturas da propriedade à *socialização da produção*, operada esta em consequência da evolução das técnicas, que conduziu à especialização, muito particularmente a partir do advento da maquinofactura. A propriedade dos meios de produção, porém, continua *privada* (a ditar a *apropriação privada* do sobreproduto), mantendo-se a contradição com o carácter *social* da produção.

13. A “democratização” do capital

Não tem faltado, porém, quem pretenda ver superada esta contradição pela via da ‘difusão da propriedade’, da ‘democratização’ do capital resultante da emissão de acções adquiridas por milhares e até milhões de pessoas, por forma a criar-se uma situação de *capitalismo popular*, via que levaria a um nivelamento das classes e a um clima de ‘harmonia social’ e de ‘paz social’. Nesta lógica se inserem, aliás, as tentativas, ultimamente tão em moda, de fazer participar os operários no capital e nos lucros das empresas (*accionariado operário* e outras técnicas de *participação*, que, em regra, não têm colhido o favor dos sindicatos).

Simplesmente, a verdade é que não é por isso que tais empresas deixam de ser capitalistas: os ‘operários-accionistas’ não passam a decidir dos fins da produção nem

do destino do sobreproduto, de que continuam a apropriar-se em maior medida os accionistas que controlam a empresa e controlam a aplicação do sobreproduto, com a vantagem de que, ‘**interessando**’ os trabalhadores na empresa, asseguram maior estabilidade da mão-de-obra e maior rendimento do trabalho.

E a verdade, também, é que o ‘**capitalismo popular**’, resultante da difusão das sociedades anónimas e da dispersão das acções, não deixa de ser capitalismo e nem sequer será *popular*. Assim como a concentração das empresas – enquanto fenómeno que traduz a polarização crescente dos capitais e do poder económico – em nada é afectada pela sobrevivência e até pelo aumento do número das pequenas empresas, assim também o grande número de pequenos accionistas não é decisivo para pôr em causa o poder dos grandes, que decidem da vida da empresa com o mesmo à vontade com que as grandes empresas decidem das condições da indústria. Tal como a existência de pequenas empresas (mesmo em grande número) não afecta o ‘**monopólio**’ das grandes, do mesmo modo a ‘**democratização**’ do **capital** accionista não afecta a ‘**soberania**’ da grande burguesia monopolista. Antes pelo contrário: a difusão das sociedades por acções e, mais recentemente, da vária gama dos *institucional investors* e das sociedades *holding*, tem sido o meio mais eficaz de ‘**radicalização**’ do sistema, de proletarianização de largas camadas da pequena e da média burguesia, de centralização de capitais e de concentração do *poder económico* (e, portanto, do *poder político*) nas mãos da grande burguesia, muito para além da sua própria capacidade de acumulação.⁸⁴

De resto, o ‘**capitalismo popular**’ nunca deixaria de ser capitalismo (pois sempre subsistiriam os rendimentos sem trabalho), a menos que se identificasse o socialismo com a generalização da condição burguesa e se admitisse a hipótese absurda de todas as pessoas a ela ascenderem... (absurda porque a subsistência da condição burguesa implica a existência de pessoas na condição proletária). E a verdade é que – como demonstra o sociólogo americano Ch. Wright Mills⁸⁵ – “a ideia de uma distribuição realmente ampla da propriedade económica é uma ilusão fomentada: na melhor das hipóteses 0,2% ou 0,3% da população adulta possui acções, realmente compensadoras, do mundo das sociedades anónimas” (isto nos EUA, mas por aqui poderemos avaliar do que se passa nos outros países capitalistas). Mais recentemente, o carácter mítico da *dispersão do capital accionista* foi igualmente posto em relevo num trabalho do Prof. G. William Domhoff, onde se apontam conclusões no sentido de que menos de 1% das famílias americanas possuem mais de 80% do capital das sociedades por acções dos EUA e de que apenas 0,2% detêm mais de 65% do total de acções.⁸⁶

⁸⁴ “Ce n’est pas parce que le petit porteur d’actions est sans pouvoir que le détenteur du gros paquet manque de moyens d’action. Bien au contraire!” – assim respondeu Roger Garaudy a J. K. Galbraith no já referido colóquio no clube de *Le Nouvel Observateur*.

⁸⁵ Cfr. *The Power Elite*, p. 151 da trad. brasileira, onde podem colher-se informações mais pormenorizadas.

⁸⁶ Cfr. *Who rules America?* (1967), 45 (*apud* E. MANDEL, *Traité [d’Économie Marxiste]*, Paris, Union

A ideia da ‘**democratização do capital**’ fica assim reduzida a um castelo de cinzas. Além disso, é evidente que não passará de pura ficção o considerarem-se (co-) proprietários todos os que são donos de uma ou duas (ou meia dúzia...) de acções de empresas como, v. g., a *General Motors*, a *Standard Oil* e tantas outras, e o considerarem-se como ‘**capitalistas**’ todos os accionistas (quando parece que só se devem considerar como tal os que recebem rendimentos do seu capital que sejam pelo menos suficientes para lhes permitir viver sem ter que vender a sua força de trabalho).

O que fica dito parece ser o bastante para não se levarem a sério afirmações como as de Adolf Berle,⁸⁷ **segundo** o qual a difusão das acções “constitui, por um curioso paradoxo, uma forma imprevista de socialização da indústria, desenvolvendo-se rapidamente, mas sem a intervenção do Estado”. O “curioso paradoxo” não passa de uma sofisma. Mas Berle vai mais longe: “o aparecimento e o desenvolvimento da grande sociedade por acções modifica a propriedade enquanto instituição quase tão profundamente como o fazem a doutrina e a prática comunistas”. E o sofisma mostra a mistificação.

14. A “revolução dos *managers*”

Um outro caminho que tem sido percorrido para concluir pela irrelevância do problema da propriedade dos meios de produção é o que anda à volta da chamada *revolução dos managers*, “revolução silenciosa” que se traduziria na expropriação dos antigos expropriadores pelos seus gerentes assalariados e pela substituição do poder que deriva da propriedade por um “poder sem propriedade”.

É uma tese que transparece já no Keynes de *The End of Laissez-Faire* (1926), que apareceu pela primeira vez equacionada e desenvolvida no livro de Adolf Berle e Gardiner Means *Modern Corporation and Private Property* (1932), que foi definitivamente lançada como ‘**revolução**’ na obra de James Burnham *The Managerial Revolution* (1941), acabando por reaparecer recentemente sob uma nova capa (*a tecnostrutura*) nos trabalhos de J. K. Galbraith, particularmente em *The New Industrial State* (1967).

Poderá dizer-se que os defensores desta tese arrancam do desenvolvimento tecnológico e das exigências crescentes das actividades de administração e de gestão para demonstrar a impossibilidade de o proprietário individual controlar as informações necessárias à orientação das empresas e, a partir daí, explicar a crescente importância dos *managers* e o seccionamento da (antiga) propriedade absoluta em *propriedade* (uma propriedade limitada, uma *propriedade sem poder*, que cabe aos accionistas) e em

Générale d’Éditions, 1969, Col. 10/18, Vol. II, 103).

⁸⁷ Cf. *Les Grandes Unités*, cit., de onde extraio as restantes transcrições deste autor.

poder de direcção sem propriedade (que cabe aos directores). Estes é que dirigem as empresas e a vida económica, actuando de acordo com uma lógica diferente da que era típica do proprietário-capitalista-director do século XIX. A lógica dos *manager*, da *tecnostutura* não seria já a da valorização do capital, a da acumulação, mediante a obtenção do máximo lucro, mas sim uma lógica própria, com fins próprios, independentes dos interesses e da posição de proprietário, uma lógica que se traduziria em promover o aumento do crescimento da empresa, o aumento da sua dimensão e do seu poder, num compromisso que procuraria ir ao encontro não só dos interesses dos accionistas e dos gerentes, mas também dos interesses dos trabalhadores, do Estado e do público em geral e até dos interesses da “própria empresa como instituição”... A lógica derivada da propriedade privada dos meios de produção estaria ultrapassada e a ‘**revolução**’ aconteceria apenas em função da revolução tecnológica, sem tocar em nada o fundamental: a natureza das relações de produção e do sobreproduto e a classe a quem cabe o controlo deste.

A antiga classe dominante (proprietários dos meios de produção) teria sido substituída nos EUA (e, tendencialmente, sê-lo-ia nos outros países capitalistas) por uma *tecnocracia puramente neutral* (“a purely neutral technocracy”), que “equilibra exigências diversas de diferentes grupos na comunidade, atribuindo a cada qual uma parte do fluxo de rendimento, à base da política pública e não da cupidez privada”.⁸⁸ Daí resultaria uma nova lógica para o sistema, pois essa *tecnocracia* iria adoptar um comportamento que pode ser considerado ‘**responsável**’: não há demonstração de cobiça ou ganância; não há tentativa de transferir para os trabalhadores ou para a comunidade grande parte dos custos sociais da empresa. A *corporation* moderna – conclui Carl Kayzen⁸⁹ – é uma *empresa dotada de alma* (“a soulful corporation”).

Na esfera da actividade económica dominada pelas sociedades por acções, o sentido da presença da propriedade privada apresentar-se-ia muito diferente do que lhe seria próprio no seio do modo de produção capitalista. No mundo das grandes sociedades por acções (o “sub-sistema industrial” de que fala Galbraith, por contraposição ao “sub-sistema do mercado”), “a propriedade privada – defende A. Berle – é em grande medida motivada pelo desejo de evitar que a totalidade dos poderes seja concentrada nas mãos do Estado, assegurando assim um grau de liberdade individual que seria reduzido se houvesse confusão da função económica e da função política”.

Quer dizer: a propriedade privada dos meios de produção não teria hoje o significado económico e social da propriedade capitalista. Berle fala de “erosão do conceito clássico de propriedade privada”. E Schumpeter vai mais longe ainda: em seu

⁸⁸ A. BERLE e G. MEANS, *ob. cit.*, 356.

⁸⁹ Cfr. “The Social Significance of the Modern Corporation”, na *American Economic Review*, nº de Maio/1967, 313/314.

entender, a evolução do capitalismo “desvitaliza a noção de propriedade”, opera a “evaporação do que podemos chamar a substância material da propriedade”, “afrouxa o domínio, outrora tão forte, do proprietário sobre seu bem”, tudo isto de tal forma que, dentro da estrutura das sociedades anónimas gigantes (dirigentes assalariados, grandes e pequenos accionistas), “ninguém adopta sem reserva a atitude que caracteriza o curioso fenómeno, tão pleno de sentido, mas em vias de desaparecimento tão rápido, que a palavra Propriedade exprime” – “a figura do proprietário e, com ela, olho do patrão desapareceram de cena”.⁹⁰

No mesmo sentido vai a opinião sustentada por Tinbergen na entrevista que concedeu ao *Jornal do Fundão*: “[...] toda uma série de componentes da propriedade foram já nacionalizados. Como dizem outros economistas, a propriedade privada já foi ‘creusée’”.⁹¹

‘Desvitalizada’, ‘evaporada’ a propriedade privada, desaparecida a figura do proprietário, o passo seguinte é, por um lado, a equiparação dos *managers* das grandes *corporations* aos directores das unidades de produção em economia socialista. Este o entendimento de Berle, de Bunham e também, além de outros, o de Tinbergen: “As economias ocidentais – escreve ele⁹² –, do mesmo modo que as comunistas, são em larga medida dominadas pelos *managers*. No Ocidente, os accionistas já não dispõem de um poder efectivo”. E é, por outro lado, a negação do carácter privado das grandes sociedades anónimas e (ou) a sua equiparação às empresas de Estado socialistas (opinião igualmente sufragada pelos adeptos da convergência dos sistemas).

Tudo isto para concluir que, se é o poder que conta e não a *propriedade*, capitalismo e socialismo se encontram *superados* por um novo modo de produção (a

⁹⁰ Cfr. *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, 1943, 141/142.

⁹¹ A. Comte afirmara já que “pouco importa aos interesses populares em que mãos se encontrem habitualmente os capitais” (cfr. o trecho transcrito *supra*, nota 64). E Keynes sustentou também, na *General Theory* (edição MacMillan, Londres, 1936) que “o Estado não tem interesse em chamar a si a propriedade dos meios de produção. Se ele é capaz de determinar o volume global dos recursos consagrados ao aumento desses meios e a taxa base da remuneração concedida aos seus detentores, terá realizado tudo o necessário. As medidas indispensáveis de socialização podem, aliás, ser aplicadas de modo gradual e sem revolucionar as tradições gerais da sociedade” (p. 378). Keynes, defende, portanto, que o Estado não carece de chamar a si a propriedade dos meios de produção para poder realizar a função que lhe cabe. Só que Keynes é capaz da coerência de não se dizer socialista e de não sustentar que as suas propostas conduzem ao socialismo. Antes pelo contrário: deixa bem claro que o “alargamento das funções do Estado”, que ele propõe, as tais “medidas indispensáveis de socialização” são o “único meio de evitar uma completa destruição das instituições [capitalistas] actuais” (*ob. cit.*, 380). Para realizar um tal objectivo, o Estado não precisará, evidentemente, de abolir a propriedade privada dos meios de produção. Keynes tem, como se vê, a vantagem de falar claro.

A tese de que perdeu significado e importância a propriedade (privada) dos meios de produção é a que resulta do livro de Gunnar ADLER-KARLSSON, que Tinbergen refere. Logo na pág. 7 de *Functional Socialism – A Swedish Theory for Democratic Socialization* (Estocolmo, Prisma, 1967), o autor sustenta que “actualmente, a propriedade formal dos meios de produção é uma questão secundária, tal como tem sido amplamente provado pela experiência socialista sueca. O que é de primeira importância – segundo Karlsson – é a distribuição na sociedade das funções políticas e económicas que se ocultam debaixo da propriedade formal”.

⁹² Artigo cit., em *Mondo Economico*, nº de 19-26 Agosto de 1961, 28.

“sociedade dos gerentes”, a “sociedade de tecnoestrutura”), para o qual *convergiriam* aqueles dois.

Como conseqüência do progresso tecnológico – concluem paralelamente os ideólogos da “sociedade industrial” –, acontece que o verdadeiro salto qualitativo não é o que distingue o socialismo do capitalismo, mas o que distingue e contrapõe, a todas as outras formas de organização económico-social, a “sociedade industrial”.

15. As grandes empresas **ditas privadas**

Mas, afinal, as sociedades anónimas gigantes já não serão empresas privadas? Assim o entende Tinbergen, que, na entrevista ao *Jornal do Fundão*, nota que “não se deve crer que as grandes empresas ditas privadas o são realmente. É preciso não esquecer que as suas actividades são limitadas por toda uma série de leis, pagam quase metade dos seus lucros sob a forma de impostos, devem manter uma certa duração de trabalho prescrita pela lei e são, enfim, fortemente limitadas na sua liberdade de acção” (v. g. medidas respeitantes ao controlo de qualidade, à poluição das águas e da atmosfera, à actividade de construção etc.).

Poderá concluir-se, das ‘limitações’ apontadas por Tinbergen, que tais empresas *já não são privadas*? Afirmá-lo é, a meu ver, estar simplesmente a jogar com as palavras. Parece-me que não poderá deixar de entender-se que se trata de empresas que estão apropriadas em regime de *propriedade privada*, que laboram mediante o recurso ao trabalho assalariado com vista à obtenção de lucros que serão apropriados *privadamente* pelos accionistas (quer lhes sejam distribuídos sob a forma de dividendos, quer fiquem em reserva da empresa com vista a novo investimento). A este ponto voltarei no número seguinte, quando analisar a lógica do comportamento dos *managers*.

Quererá então significar-se que essas empresas perderam a sua autonomia (privada) de decisão, que são estreitamente controladas pelos poderes públicos, postas coactivamente ao serviço de interesses públicos? É verdade que o Estado intervém hoje largamente na esfera económica. Mas também é verdade que, hoje em dia, são as próprias grandes empresas que se manifestam a solicitar a presença do Estado e a propor uma ‘colaboração’ (ou concertação) cada vez mais estreita entre a Administração Pública e o sector privado. E todos concordarão com a opinião – insuspeita – do Prof. Ugo Papi quando sustenta que “esta ingerência do Estado na vida económica conduz a *subtrair*, primeiro os indivíduos e depois as empresas, a certos riscos. Economicamente falando, esta atitude identifica-se com um *princípio de segurança*”.⁹³ A intervenção do Estado não poderá entender-se, com efeito, como uma *limitação* ou um *desvio* imposto

⁹³ Referência colhida em E. MANDEL, *Traité*, cit., vol. III, 206.

aos próprios objectivos das empresas (particularmente das grandes empresas), mas antes como uma *diminuição de riscos* e uma *garantia de segurança* maior na prossecução dos fins últimos da acumulação capitalista.

É com certeza demasiado simplista o entendimento de que, nas condições actuais, o capitalismo se caracteriza pelo facto de os grandes monopólios dominarem o aparelho do Estado e o ‘**submeterem**’ às suas determinações. Tal entendimento pressuporia, por um lado, a unidade do bloco monopolista, a ausência de conflitos de interesses entre as grandes empresas, e, por outro lado, esqueceria uma certa autonomia na actuação do Estado, muitas vezes no sentido de servir aos interesses últimos do sistema, atenuando a ‘**anarquia**’ resultante dos conflitos entre grupos monopolistas concorrentes ou rivais. Mas uma tal observação não poderá anular o fundo de verdade contido nestas palavras de Ch. Wright Mills: “Inevitável ou não, o facto é que hoje as grandes empresas americanas [e não só, acrescentarei eu] parecem mais estados dentro do Estado do que simples companhias particulares”.⁹⁴ Neste sentido, sim, poderá dizer-se que as grandes empresas já não são simples empresas privadas, pois a sua presença condiciona a vida de milhares de pessoas e o seu poderio não deixa de marcar a actuação dos poderes públicos.⁹⁵

Simplemente, esse carácter ‘**público**’, para-estatal, da grande empresa manifesta-se apenas unilateralmente: no aspecto do poder, que não no aspecto da

⁹⁴ Cfr. *A elite do poder*, trad. bras. cit., 155.

⁹⁵ Isto mesmo compreender-se-á melhor se tivermos presente que entre “as grandes empresas ditas **privadas**” [nas palavras de **Tinbergen**], estão, por exemplo (ainda aqui a América fornece os exemplos mais sugestivos): a United States Steel, que só por si produz tanto aço como a Alemanha Ocidental; a General Motors, cujo volume de negócios é sensivelmente igual ao orçamento francês; a Standard Oil, cujo activo é superior ao valor do estoque de ouro dos EUA; a General Electric, que ocupa tantos investigadores como toda a França etc., etc.

De resto – como salienta Ch. W. MILLS, *ob. e loc. cit.* na nota anterior –, “as grandes empresas controlam as matérias-primas e as patentes de invenção para as transformar em produtos acabados. Controlam os mais caros talentos jurídicos – e, portanto, os melhores – do mundo, para inventar e aperfeiçoar-lhes defesas e estratégias. Empregam o homem como produtor e fabricam as coisas que ele compra como consumidor. Vestem-no, alimentam-no e investem o seu dinheiro. Fabricam o equipamento com que vai à guerra e fabricam o estardalhaço publicitário e as asneiras obscurantistas das relações públicas, que o cercam durante e entre as guerras”.

E o insuspeito Adolf Berle não teve dúvidas em escrever que “algumas das maiores empresas [que operam em países estrangeiros] recebem regularmente relatórios pormenorizados acerca da atitude e das capacidades dos funcionários diplomáticos americanos, classificando-os de acordo com a sua provável utilidade para fazer progredir ou proteger os interesses da empresa” (*The Twentieth Century Capitalist Revolution*, cit., 131/132).

Há bem pouco tempo, aliás, os jornais publicaram um telegrama da Reuter despachado de Nova York (28.10.1971), em que se anunciava ao mundo o *American Way of Democracy*: sessenta milionários reuniram-se naquela cidade e decidiram que, futuramente, os candidatos à Presidência [Presidência dos EUA] só poderão contar com o seu apoio financeiro nas campanhas eleitorais se, antecipadamente, tomarem determinados compromissos políticos. O industrial Howard Samuels, organizador da reunião, explicou aos jornalistas que “aquilo que os homens de negócios vão dizer aos políticos é o seguinte: se vocês querem o nosso dinheiro, nós queremos de vocês, em troca, alguma coisa que mostre que reconhecem a decadência do sistema e que estão dispostos a tomar medidas para o curar”. Um informador do grupo não deixou, *naturalmente*, de declarar que os milionários discutiram a possibilidade de empregar a influência que lhes dá o seu dinheiro “para defenderem os interesses fundamentais do país”...

responsabilidade. E essa contradição do capitalismo contemporâneo – entre, por um lado, o espectacular poder de constrição social da grande empresa e, por outro lado, os débeis ou inexistentes meios de defesa daqueles que caem sob a sua alçada (operários, consumidores, habitantes das áreas de implantação dessas empresas) – essa contradição (que já se tem pretendido resolver através de medidas que considerassem as empresas limitadas pelas liberdades e garantias em regra constitucionalmente asseguradas aos cidadãos perante o Estado) só será verdadeiramente superada pela eliminação do poder das empresas privadas, pela transferência dele para a colectividade, para um Estado que absorva aquele poder e o exerça no interesse da colectividade.

Nem parece, por outro lado, que possa dizer-se que a liberdade de acção dos empresários tenha sido seriamente limitada pelas chamadas leis anti-trust,⁹⁶ sobretudo neste tempo em que os meios ligados ao Mercado Comum sustentam que “o fim a atingir é fazer da C. E. E. um mercado de oligopólios”⁹⁷ e em que os governos dos países que participam nos movimentos de integração económica vêm actuando sistematicamente no sentido de facilitar e incentivar por todos os meios as fusões e associações entre empresas privadas (e até entre empresas privadas e empresas públicas⁹⁸). Aliás, a ineficácia da legislação antimonopolista fica claramente em evidência se nos lembrarmos de que o grau mais elevado de concentração capitalista se atingiu até ao momento nos EUA, país onde surgiram as primeiras leis anti-trust (o *Sherman Act* é de 1889) e onde mais abertamente se procurou reagir contra esse fenómeno que Marx apontou pela primeira vez como uma das leis do desenvolvimento capitalista. A este propósito, parece-me que Galbraith tem razão quando afirma que “as leis anti-trust, procurando preservar o mercado, são um anacronismo no mundo maior da planificação industrial”, concluindo que tais leis apenas “aumentam a ilusão do controlo pelo **mercado**” (**prestando** assim, **como é bom de ver**, um serviço aos **monopólios**), mas “são inofensivas para as grandes empresas”.⁹⁹

De quanto fica dito parece poder concluir-se que as grandes empresas são suficientemente poderosas para não terem que vergar-se ao peso de limitações que lhes pretendessem impor de fora, sobretudo tratando-se de limitações que contrariassem os seus interesses, a lógica da acumulação privada capitalista, limitações de tal natureza que pudessem legitimar a conclusão de que tais empresas já não são empresas privadas.

Keynes, na *General Theory*, pôs a questão a claro: “O alargamento das funções

⁹⁶ Assim o entende, porém, Jan Tinbergen (cfr. *ob. cit.*, em *Mundo Economico*, 28).

⁹⁷ Cfr. André MARCHAL, “Nécessité économique des fusions et concentrations intracommunautaires”, em *Problèmes Économiques*, nº de 4.7.1968, 6.

⁹⁸ Cfr. Uma nota minha sobre “Novos Aspectos da Concentração Capitalista”, em *Vértice*, nº Ago./Set. de 1971, 688/689.

⁹⁹ Cfr. *The New Industrial State*, trad. bras., cit., 205 e 215.

do Estado [do qual resultariam, de um modo ou de outro, as ‘limitações’ a que se refere Tinbergen] [...] pareceria a um publicista do séc. XIX ou a um financeiro americano de hoje uma horrível infracção aos princípios individualistas. Eu defendo-o, pelo contrário – acrescenta Lord Keynes –, não só como o único meio de evitar uma completa destruição das instituições económicas actuais [leia-se: do capitalismo] mas também como a condição de um exercício bem sucedido da iniciativa individual”.¹⁰⁰

16. A empresa “dotada de alma”

A ideia de que as grandes empresas “ditas privadas” o não são realmente poderá, em último termo, ligar-se à aludida concepção da “soulful corporation”, da *empresa dotada de alma* (Kaysen), à tese de que as grandes sociedades anónimas e os seus administradores “não podem ignorar a sua responsabilidade determinante para com o público” (Berle). Segundo esta tese, as grandes sociedades anónimas seriam administradas por um corpo de directores que tendem a perpetuar-se no poder (sem dependerem da vontade dos accionistas, afastados da direcção efectiva das empresas). Estas poderiam prosseguir e prosseguiriam efectivamente fins e interesses diferentes dos que derivariam da lógica da propriedade privada dos meios de produção. Os *managers* sentir-se-iam responsáveis perante a opinião pública e o peso da opinião pública faria nascer nesse corpo todo-poderoso de directores profissionais uma noção de responsabilidade que os levaria a *não abusar* dos seus poderes e a conformar-se com os ideais da colectividade. Este *efeito compensador* da opinião pública faria equilibrar o poder dos directores das grandes empresas com uma espécie de *conscience du roi* que os colocaria, não ao serviço da valorização do capital, mas ao serviço dos interesses da colectividade. Sob o impulso dessa ‘consciência’, as próprias empresas deixariam de *comportar-se* em obediência ao espírito de maximização do lucro, para ganharem elas próprias uma *alma* que as levaria a prosseguir o interesse público: “A grande empresa – escreve A. Berle¹⁰¹ – não pode fazer da acumulação um fim em si, nem tem qualquer razão para o fazer. Não pode ser Crésus nem Harpagon. Tem de continuar a engrandecer-se à medida que a população e os níveis de vida se elevam. A sua função é, assim, a de estar ao serviço de uma comunidade mais extensa”.¹⁰²

¹⁰⁰ Cfr. *General Theory*, ed. cit., 380.

¹⁰¹ Artigo citado na *Encyclopédie Française*, t. IX, 9.08.18.

¹⁰² Este apelo à *função social* da grande empresa, encarada como uma espécie de “unidade económica ao serviço da Pátria”, é um fruto importante dos defensores da “revolução dos *managers*”, dos ideólogos da *sociedade dos gerentes* ou da *sociedade industrial* encarada como modo de produção superior do capitalismo e (também) do socialismo; como, aliás, foi e continua a ser um ponto-chave de um outro sistema apresentado como *síntese* superadora do liberalismo capitalista (*tese*) e do socialismo (*antítese*), o *sistema corporativo*. A título de exemplo, atente-se no art. 2º do Estatuto do Trabalho Nacional (uma das pedras angulares da estrutura jurídica do Estado Novo português), nos termos do qual caberá às empresas, como pilares da organização económica da Nação, “realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil e estabelecer uma vida colectiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre todos os

Que dizer daquele *efeito compensador* que se afirma derivar da existência de uma opinião pública vigilante?

Será ela capaz de produzir a referida *conscience du roi*? Será ela capaz de ‘limitar’ a capacidade de decisão das grandes empresas? Ninguém duvidará, por certo, que a opinião pública é hoje, em certa medida, produzida em série: sai das rotativas da grande imprensa e dos canais da televisão. E ninguém duvidará também daquilo que é a realidade patente em todo o mundo capitalista: os jornais, a imprensa em geral, as cadeias de rádio, as redes de televisão ou são propriedade dos grandes grupos monopolistas ou são por estes controlados através da publicidade e outros meios. Não admira, por isso, que venha proliferando toda a espécie de literatura sensacionalista e de séries televisivas mistificadoras e alienantes. Quando algo se passa ou quando o ambiente é de molde a despertar reacções da opinião pública desfavoráveis aos interesses instalados, é fácil desviar as atenções para questões mais inócuas e mais... impressionantes (escândalos das ‘vedetas’ dos mais variados sectores, grandes acontecimentos desportivos, catástrofes naturais etc.), de modo a preservar a ‘paz de consciência’ da *conscience du roi* das grandes empresas.¹⁰³ Os directores destes fortíssimos centros de poder não se cansam de proclamar que “a grande organização pode na realidade ter uma margem de opção menor nas decisões que toma do que a pequena empresa, de poucos proprietários, que não se destaca tanto aos olhos do público e por isso não fica tão exposta à crítica”.¹⁰⁴ Apesar da ‘autoridade’ de proclamações deste tipo, penso que a verdade está antes com aqueles autores (Galbraith, v. g.) que sustentam deterem as grandes empresas “capacidade para fixar os preços e os custos, para regular a oferta e a procura, para manipular a opinião pública e obter o apoio do Estado”, de tal forma que “os fins da tecnoestrutura tendem a transformar-se nos fins aceites por toda a comunidade, a confundir-se com a política do Estado”.

Na já citada conferência no clube *Le Nouvel Observateur*, Galbraith vê neste domínio dos tecnocratas do subsistema industrial, sobre as pessoas e sobre o Estado, o mal maior do sistema: “sendo a persuasão a base do poder da tecnoestrutura, é à persuasão que é preciso resistir, é o credo que é preciso mudar. Para além da distorção que esta visão implica, os meios de *resistência* propostos não podem deixar de considerar-se ingénuos e utópicos, presos a uma espécie de saudade do século XIX e do

cidadãos”.

Aliás, como salienta Vital MOREIRA (“Sobre o poder económico”, em *Vértice*, nº 333, Out./ 1971, 780, nota 7), a própria “concepção da ‘consciência social’ dos managers não deixa de manter um curioso parentesco com as proclamações nazis e fascistas que viram no empresário o ‘funcionário do bem comum’, o ‘curador dos interesses económicos nacionais’, etc. A responsabilidade social do empresário faz parte também do ideário do ‘Estado social’, outro dos grandes títulos da teoria política contemporânea”.

¹⁰³ Cfr. Jacques GERMAIN, *Le capitalisme en question*, Paris, Laffont, 1960, 194.

¹⁰⁴ Palavras de um presidente da Standard Oil of New Jersey, transcritas por P. BARAN e P. SWEEZY, *ob. cit.*, 22, nota 5 (trad. bras., p. 31, nota 5).

liberalismo (como repassada de liberalismo é, aliás, toda a teoria galbraithiana dos *poderes compensadores*, uma nova *mão invisível*, uma nova forma da concepção clássica do equilíbrio automático).

“É preciso saber – escreve Galbraith¹⁰⁵ – que a publicidade e a persuasão fazem parte integrante do sistema pelo qual a tecnoestrutura manipula as pessoas. É preciso resistir-lhe para nos tornarmos livres”; “é preciso subtrair o Estado ao domínio da tecnoestrutura [...], o que implica um ataque contra os serviços burocráticos que trabalham em simbiose com a tecnoestrutura”; “é preciso reforçar o poder legislativo para fazer dele um instrumento de resistência a **tecnoestruturas**”. Depois disto – conclui Galbraith –, “quando o público tiver adquirido uma consciência clara da natureza do sistema e quando o Estado tiver adquirido a sua autonomia, ficará o caminho aberto para um certo número de reformas específicas”.

Trata-se, como se vê, de colocar a *resistência* contra o capitalismo em termos que deixam inteiramente de lado a propriedade dos meios de produção, pondo o problema à maneira dos *utópicos* do século XIX (*convencer* as pessoas da injustiça, da irracionalidade do sistema, na esperança de que, assim tornadas *livres* as pessoas, o Estado recobriria também a sua *autonomia*, podendo então fazer-se as *reformas* tendentes a *melhorar* o sistema), que não apoiavam os seus *projectos* revolucionários em nenhuma classe, mas os confiavam à razão, ao testemunho e ao sentimento de justiça dos homens.

Perante o seu auditório parisiense, Galbraith confessa que não quer identificar com o proletariado as forças sociais em que apoia as suas propostas de “uma nova forma de socialismo”; que, ao falar de *Estado-árbitro* e da *autonomia do Estado*, quer significar que acredita “na *imparcialidade* e na *neutralidade* que *devem* caracterizar os *dirigentes* de um Estado capaz de reconhecer as forças novas”.¹⁰⁶ Todos estes ingredientes conduzem Galbraith a “uma nova forma de acção social ou, se se quiser, *uma nova forma de socialismo* que se dedicaria a levantar sistematicamente os sectores fracos da economia, contrariamente ao *socialismo clássico*, que, em geral, se interessa sobretudo pelos sectores mais sólidos e mais desenvolvidos. Organizar um vasto sistema de serviços que vão da habitação aos transportes urbanos passando pelos serviços municipais e a vida cultural da comunidade deveria ser muito naturalmente o objectivo que se proporia um socialismo deste tipo”.

Há, como se vê, **‘socialismos’** de muitas espécies. Galbraith apresentou o *seu*

¹⁰⁵ Tradução a partir do texto publicado no número citado de *Le Nouvel Observateur*.

¹⁰⁶ Cfr. *últ. ob. cit.* [sublinhados meus. A.N.] Esta crença num Estado desligado da estrutura económica da sociedade (a negação do Estado como instrumento da classe dominante) é que leva Galbraith a declarar, por exemplo, “que não quereria que o Pentágono e o Departamento de Estado pudessem ficar limpos nessa questão [a guerra no Vietnam], em nome de uma fatalidade imperialista do capitalismo”. A guerra não seria, pois, explicada em função da estratégia imperialista de um Estado capitalista, mas sim pelo facto de serem *maus*, de cometerem *erros* os *dirigentes* deste Estado. Punam-se e substituam-se os homens, salve-se o sistema!

socialismo. Mas não se livrou deste comentário de André Gorz: “Le réformisme parle et échoue”. De resto, creio que do conjunto destas propostas de Galbraith bem poderá dizer-se o que W. Mills diz da teoria galbraithiana dos poderes compensadores: trata-se menos de uma ‘teoria’ do que de “uma proposta moral de acção estratégica”; é mais uma “esperança ideológica” do que uma “descrição da realidade”, “mais dogma do que realismo”.¹⁰⁷

17. Existirá a “sociedade dos gerentes”?

E poderá dizer-se que as grandes empresas prosseguem agora – como resultado da gestão levada cabo pelos directores profissionais – objectivos diferentes daqueles que são próprios de uma acumulação fundada na propriedade privada dos meios de produção? Esta é – já se viu – a tese de Berle, de Burnham, de Kaysen e de todos aqueles que tendem a identificar a actuação dos *managers* das grandes empresas capitalistas com a dos directores das explorações socialistas. Neste lote de autores inclui-se também o Prof. Tinbergen, que parece ver diferenças apenas quanto ao “grau de liberdade nas decisões da produção. Os *managers* que dirigem as organizações industriais no Ocidente têm, sob este aspecto, uma liberdade bastante maior do que aquela que têm os *managers* nos Países comunistas, onde um número de problemas ainda bastante considerável vem planificado do centro”.¹⁰⁸ Também Galbraith fala dos “fins próprios da tecnoestrutura”, construindo a partir deles um “sistema regido pela lei do crescimento”, por contraposição a um outro “sistema regido pela lei do lucro” (capitalismo). Galbraith ainda concede que “o seu [da tecnoestrutura] primeiro fim é, na verdade, assegurar um mínimo de lucros para garantir a sua independência. Mas, a partir daí – acrescenta –, o seu interesse é muito mais o de assegurar o crescimento da empresa do que o de aumentar os lucros, pois os lucros advêm aos accionistas, dos quais a tecnoestrutura já não depende”.¹⁰⁹

Contra tal tese poderá logo objectar-se que esta *lei do crescimento*, de que fala Galbraith, quer se considere um *crescimento pelo crescimento* (inspirado por uma qualquer misteriosa ideia de grandeza...), quer se trate de um crescimento destinado a corresponder ao aumento da população ou à elevação dos níveis de vida (como sugere o último trecho referido de Berle), essa “lei do crescimento” não encontra explicação possível nos quadros de um sistema cuja finalidade (resultante das relações de produção em que assenta) é “a transformação de certa soma de dinheiro em uma soma de dinheiro maior” (Teixeira Ribeiro¹¹⁰). Quer dizer que, num modo de produção em que a

¹⁰⁷ Cfr. *ob. cit.*, 157, nota.

¹⁰⁸ Artigo cit., em *Mundo Economico*, 19-29, Agosto 1981, 28.

¹⁰⁹ Transcrevo do texto publicado em *Le Nouvel Observateur*, número citado.

¹¹⁰ *A nova estrutura da economia*, cit., 11.

iniciativa da actividade económica cabe aos detentores do capital, o crescimento da empresa não poderá conceber-se como um fim em si mesmo, só ganhando sentido como meio de valorização do capital.

E poderá acrescentar-se que a diferença entre a posição dos *managers* das grandes sociedades anónimas capitalistas e a dos directores das unidades de produção socialistas não reside fundamentalmente – ao contrário do que sustenta Tinbergen – no maior ou menor grau de liberdade de manobra de que gozam uns e outros. O que importa saber é a quem pertence a propriedade das empresas, a quem pertence o sobreproduto, a quem cabe decidir do seu destino, a quem cabe a direcção da economia. E ninguém duvidará de que as respostas a estas questões não serão as mesmas num caso e noutro. A liberdade de decisão de que gozam os *managers* é a ‘liberdade’ de actuarem por forma a alcançar a máxima valorização do capital (próprio ou do ‘patrão’); a liberdade de decisão de que gozam os directores das explorações socialistas é a liberdade de adequarem a actuação destas à melhor realização das determinações planificadas fundamentais, pois a propriedade social dos meios de produção (e a conseqüente apropriação e controlo social do sobreproduto) torna possível fazer da satisfação das necessidades socialmente planificadas o móbil da actividade económica, afastando a valorização do capital, a obtenção de lucros, da posição de fim primeiro da produção, de ‘motor’ ou critério orientador das decisões económicas.

Se assim se não entender, então a coerência obriga a levar o discurso até onde o levou James Burnham, incluindo na sua “sociedade dos gerentes” as economias da União Soviética, dos Estados Unidos da América e da Alemanha nazi.¹¹¹ E talvez agora, levado o raciocínio a este ponto extremo, se conceda que, na verdade, se estão a misturar e a confundir situações radicalmente diversas. No comentário jocoso de Francesco Forte¹¹², “o facto de as ‘cozinhas’ serem governadas por cozinheiros profissionais em vez de o serem por donas de casa não significa que os menus sejam idênticos e nem sequer que a maneira de confeccionar um dado menu e as suas características se equivalham”. O que importa, na verdade, é saber quem dá as ordens ao cozinheiro, qual a situação dos que vão confeccionar o menú e quem o vai comer...

18. O *manager*... e o *boss*

Nesta perspectiva é que interessará estudar qual o verdadeiro estatuto dos *managers* (da *tecnostutura*) numa sociedade capitalista. Serão uma classe neutra, uma espécie de classe acima das classes? Integrarão a classe capitalista (monopolista) domi-

¹¹¹ Para uma perspectiva crítica das teses sustentadas por J. BURNHAM em *The Managerial Revolution*, cfr. P.SWEEZY, *The present as history – Essays and Reviews on Capitalism and Socialism*, na tradução brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, sob o título *Ensaio sobre o Capitalismo e o Socialismo*, 40-66.

¹¹² Cfr. *Introduzione alla Politica Economica*, tradução portuguesa, Lisboa, Presença, s. d., sob o título *Política Económica*, vol. 1, 188.

nante (e) ou estão ao serviço dela?

Logo em 1940-1941, estudos levados a efeito nos EUA, sob os auspícios do Governo, pela *Securities and Exchange Commission*, vieram deitar por terra a tese que via nos *managers* uma “nova classe”, uma “classe neutra”.¹¹³ De acordo com esses estudos, em cerca de 140 das 200 empresas não-financeiras de maior porte, “o número de acções nas mãos de um só grupo de interesses era bastante grande para justificar, juntamente com outras indicações, tais como a representação na administração, a classificação de tais empresas como estando mais ou menos definitivamente *sob controlo dos proprietários*”. [sublinhado meu. A.N.]

Perante os resultados a que chegou a referida Comissão, Paul Sweezy está em condições de afirmar que, mesmo nas sociedades em que a propriedade de acções desempenha papel relativamente secundário na selecção dos gerentes principais, estes, mesmo quando não possuam uma grande *percentagem* das acções da empresa, são em geral titulares de elevado número de acções, *em termos absolutos*, “de modo que os seus interesses mostram-se, em grande parte, idênticos aos do grupo de proprietários”. “Dizer que tais homens estão ‘separados’ da propriedade, em qualquer sentido importante, é evidentemente falso” – conclui o economista americano.¹¹⁴

Mais tarde, as investigações de C. W. Mills sobre a origem social dos *managers* vieram demonstrar que eles são membros dos estratos superiores da classe dominante, provindo, com raras excepções, do grupo dos “*muito ricos*”.¹¹⁵ É inegável que a realidade das sociedades por acções significa que a sua administração não sofre o controlo efectivo de todos os accionistas: o poder de controlo escapa, na prática, aos pequenos accionistas, o que, aliás, representa uma vantagem para os grandes, que ficam a dispor do dinheiro dos pequenos e beneficiam da concentração do poder económico nas suas mãos, em medida muito superior à que derivaria apenas do seu próprio capital. Mas o reconhecimento disto mesmo não atribui qualquer fundamento sério à tese de que o poder económico cabe agora a indivíduos que não detêm a propriedade dos meios de produção, a tese que afirma como dominante o *poder sem propriedade* (“power without property”, título de um conhecido livro de Adolf Berle).¹¹⁶ A verdade é que os administradores que controlam as sociedades por acções (*the managerial stratum*)

¹¹³ Tese que tem a sua expressão mais acabada nas já referidas obras de BERLE e MEANS (*The Modern Corporation and Private Property*, 1932), de J. BURNHAM (*The Managerial Revolution*, 1941) e em obras posteriores de A. BERLE (particularmente *The Twentieth Century Capitalist Revolution*, 1964), e que, curiosamente, vem a ser apadrinhada por Henry Ford II, num discurso de 1966 perante a Associação Americana de Directores de Jornais, em que falou de “uma nova classe de administradores profissionais, dedicados mais ao programa da empresa do que ao enriquecimento de uns poucos donos” (*apud* BARAN e SWEEZY, *ob. cit.*, 30 (p. 40 da trad. brasileira).

¹¹⁴ Cfr. P. SWEEZY, *Ensaio*, cit., 48.

¹¹⁵ “Os muito ricos” é exactamente o título do cap. V de *A Elite do Poder*, cujos caps. VI, VII e VIII interessam muito especialmente para o ponto abordado no texto.

¹¹⁶ Adolf BERLE, *Power Without Property – A New Development in American Political Economy*, Harcourt Brace, Nova York, 1989.

constituem “o grupo mais activo e influente da classe dos proprietários”, como salientam Baran e Sweezy: “os *managers* estão entre os maiores proprietários; e, em virtude das posições estratégicas que ocupam, eles funcionam como protectores e porta-vozes de toda a propriedade em grande escala (*large-scade property*). Longe de serem uma classe à parte (*separate dass*) – concluem os autores de *Monopoly Capital* – [os *managers*] constituem na realidade o escalão principal da classe dos proprietários”.¹¹⁷

E, quando assim não seja (i. é, quando os *managers* não são eles próprios accionistas e até grandes accionistas), sempre acontecerá que os directores não passam de instrumentos mais ou menos eficientes (mas sempre subordinados) dos detentores do grande capital, em relação aos quais se comportam, pura e simplesmente, como ‘**guarda avançada**’, ‘**burgomestres**’ e porta-vozes. “A situação [...] de um *manager* de empresa na América – escreve L. L. Matthias¹¹⁸ – oferece uma certa semelhança com a de um operário. [...] De maneira geral o *manager* não é senhor na sua empresa. Não é mais que o director-geral ou presidente de um *board* qualquer e nove em cada dez vezes o protegido de um outro. O outro, o que manda, é o *boss*, o patrão. [...] Como qualquer operário, o *manager* perdeu a maior parte da sua liberdade e acontece-lhe por vezes ver ditar a si próprio a sua norma de produção, como ao último dos subalternos. Deve submeter-se ou demitir-se” – conclui Matthias.¹¹⁹ Aliás, o desenrolar das fusões de empresas, que se têm sucedido a um ritmo acelerado nos últimos anos, tem posto a claro que aos (grandes) accionistas cabe, efectivamente, a última palavra na direcção da vida das grandes empresas. Com efeito, nas “manobras” que sempre acompanham tais operações, a vitória acaba por pertencer aos que conseguirem agrupar mais acções (quanto aos *managers*, o seu futuro depende inteiramente do resultado da luta). Mais uma razão, esta, para se poder concluir, com E. Gaument¹²⁰, que “o poder real, no interior das sociedades, pertence, pois, sempre aos accionistas, ou, melhor dizendo, aos mais importantes entre eles”.

Esta a situação autêntica dos *managers*: não podem servir a outro senhor que

¹¹⁷ *Ob. cit.*, 34/35 (trad. bras., 43/44). E a mesma clara afirmação pode encontrar-se em T. B. BOTTOMORE (*Elites and society*, 1970, 79ss): “os administradores de mais elevada categoria (*top managers*) e os proprietários estão a tal ponto intimamente ligados, que constituem, em regra, um mesmo grupo social”.

¹¹⁸ Tradução portuguesa de *Die Entoeckung Américas* (1953), sob o título *A autópsia dos Estados Unidos*, Lisboa, Ulisseia, s/d, 62/63.

¹¹⁹ Matthias cita, a este respeito, a autobiografia de Lincoln Steffens (1931), que considera o mais famoso jornalista americano do seu tempo. De regresso a Wall Street, Steffens refere que encontrou antigos empregados subalternos a ocupar posições de presidentes de bancos, de *trusts* ou de outras sociedades e comenta: “Sentiam-se cheios de orgulho e não deixei de os felicitar. No entanto, depois de os ter encontrado por diversas vezes, verifiquei que continuavam a ser subordinados. Lembravam-me burgomestres”.

¹²⁰ *Ob. cit.*, 33.

não o capital (porque “não há justificação para se concluir que a administração em geral está divorciada da propriedade em geral”), nem podem ‘comportar-se’ de acordo com outra lógica que não seja a do capital (porque “o coração e a essência da função capitalista é a acumulação: a acumulação foi sempre o móbil primeiro do sistema, o centro dos seus conflitos, a origem dos seus triunfos e dos seus desastres”).¹²¹

A lógica do lucro continua a marcar o ‘comportamento’ dos *managers* e das grandes sociedades anónimas. O capital só aspira à sua máxima valorização, aspiração que se concretizará não no alcançar de um *optimum absoluto*, mas do máximo lucro possível (*the highest practicable profit*), em função do futuro e não apenas de cada momento considerado. A necessidade de crescimento das empresas (imposta pelas exigências do progresso técnico e da concorrência) e a sua crescente autonomização em face do financiamento externo (*autofinanciamento*) levam as empresas à constituição de grupos de estudo compostos por especialistas cuja missão é não só a de propiciar lucros ao capital, mas a de descobrir novas oportunidades de lucros, de lucros elevados e crescentes (nas suas taxas e nos seus valores globais). Só assim as empresas podem distribuir dividendos razoáveis, pagar elevados honorários aos seus administradores e dispor de lucros que não distribuem (*retained earnings*), para assegurar o financiamento da sua própria expansão. A acumulação em ritmo e volume cada vez mais acentuados é a exigência objectiva fundamental do modo de produção capitalista. E tenho por correcta a conclusão de Baran e Sweezy no sentido de que “não pode haver dúvida de que a obtenção e a acumulação dos lucros ocupam hoje uma posição mais dominante do que nunca”, de que a actual “economia de grandes empresas é mais, e não menos, dominada pela lógica do lucro do que alguma vez o foi a economia de pequenos empresários”.¹²²

Do que fica dito poderá concluir-se que a expansão das (grandes) sociedades por acções não trouxe, como consequência, a ‘morte’ da propriedade privada dos meios de produção, nem a sua ‘destruição’ como ponto de partida do modo de produção capitalista. Antes pelo contrário: o desenvolvimento das sociedades por acções significa o desenvolvimento de uma das leis fundamentais do capitalismo – a *lei da concentração capitalista*. Tais sociedades revelam-se, efectivamente, um poderoso instrumento de *centralização* de capitais e um meio altamente potenciador da *concentração* do poder económico em um número reduzido de grandes empresas e, no seio destas, em um número reduzido de grandes accionistas.¹²³ O fenómeno da dissociação entre a

¹²¹ BARAN e SWEEZY, *ob. cit.*, 34 e 44 (trad. bras., 44 e 52).

¹²² *Ob. cit.*, 28 e 43/44 (trad. bras., 37 e 52).

¹²³ Este fenómeno de concentração do poder nas mãos dos grandes accionistas tem visto os seus efeitos potenciados à medida que vêm ganhando importância os chamados investidores colectivos (*institutional investors*). Além dos bancos, detêm importantes carteiras de acções as companhias de seguros de vida, as caixas de aposentação e previdência, bem como as sociedades de investimento e os fundos de investimento, instituições que têm vindo a exercer atracção crescente sobre os indivíduos interessados na colocação de capitais, dadas as vantagens de vária ordem que a *institucionalização do aforro* pode

propriedade e o *poder* tem, pois, o significado de uma ‘**expropriação**’ do grande número de pequenos accionistas (afastados do poder) por um número restrito de grandes accionistas (nos quais se concentra todo o poder, acrescentando aos poderes que lhes advêm da sua propriedade aquilo a que um autor chamou “o poder sobre a propriedade de outrem”). O fenómeno não tem, portanto, nada de extravagante na lógica do capitalismo, antes é perfeitamente paralelo ao movimento de ‘**monopolização**’ ao nível das empresas, concretizado na ‘**expropriação**’ ou no ‘**domínio**’ das pequenas empresas pelas grandes. Cumpre-se a lógica da acumulação capitalista, não se subverte, nem se anula a importância da propriedade privada dos meios de produção.

O ‘**comportamento**’ dos *managers* é, pois, um comportamento enfeudado à lógica do capital, não tendo qualquer sentido falar-se de conflito entre os interesses dos *managers* e os interesses dos proprietários (accionistas), conflito em que prevaleceriam os *interesses específicos da tecnoestrutura* desligada da propriedade dos meios de produção. A actuação dos gerentes profissionais tem de entender-se na dinâmica de um processo de *expropriação de facto* dos pequenos accionistas em favor dos grandes, processo que a actuação dos *managers* favorece objectivamente, abrindo um conflito que não será entre *managers* e proprietários (accionistas), mas sim entre os grandes accionistas (que os *managers* são ou representam) e os pequenos accionistas, entre aqueles que Joan Robinson¹²⁴ chama os *insiders* (grandes accionistas que participam na gestão da empresa) e os *outsiders* (pequenos accionistas passivos, proprietários de acções que consideram apenas como *títulos de rendimento*).

Diz-se que o *manager*, o *organization man*, pugna mais no sentido de aumentar os fundos para autofinanciamento da empresa do que os lucros a distribuir pelos accionistas e conclui-se que esta é uma prova de que os *managers* estão ao serviço de outros interesses que não os dos proprietários do capital. Ora, o que acontece é que esse comportamento dos *managers* acaba por coincidir com os interesses dos grandes accionistas, que auferem grossos rendimentos mesmo com taxas de dividendos relativamente moderadas e que são os maiores beneficiários desse *aforro forçado*

propiciar. Simplesmente, todas estas instituições (salvo os bancos) adquirem acções com o fim de *colocar* capitais e não com o fim de *controlar* os negócios das empresas em cujo capital participam. Este objectivo de *colocação de capitais* impõe-lhes certas regras de actuação (por vezes consignadas na lei) que as levam a não se comprometerem com a vida das empresas de que são accionistas, preocupando-se apenas em assegurar para os capitais que colocam a maximização do binómio rendimento-segurança e desinteressando-se do exercício dos seus poderes de accionistas. Se não concordam com o rumo dos negócios de uma dada empresa, limitam-se a vender as respectivas acções e a colocar o dinheiro em acções de outra(s) empresa(s) ou em obrigações (ou títulos da dívida pública). Trata-se, como se vê, de fenómeno que amplia os efeitos de concentração do poder económico, mas que não pode entender-se como ‘**alimento**’ da tese do *poder sem propriedade*, antes terá de interpretar-se dentro da perspectiva que se aponta no texto.

¹²⁴ Cfr. *The Accumulation of Capital*, Londres, 1956, 8.

(imposto aos pequenos accionistas). Os grandes sempre destinariam a aforro, dado o elevado nível dos seus rendimentos, um montante pelo menos correspondente ao que a sociedade retém, e o aforro organizado pela própria empresa vem aumentar a cotação das acções (ganho de capital em regra tributado com taxas mais baixas do que as que incidiriam sobre os rendimentos recebidos a título de dividendos). Em princípio, só os pequenos accionistas (interessados nas acções apenas como títulos de rendimento) pugnam por elevadas taxas de dividendos.¹²⁵ Como se vê, também por esta **via** se chega à única conclusão legítima: a *revolução dos managers* não passa de uma revolta de palácio. Não destronou os proprietários dos meios de produção (por esvaziamento do conteúdo do seu direito de propriedade) em favor dos *managers* (como nova classe dominante); antes afirma os interesses e acrescenta os poderes dos grandes à custa do sacrifício dos interesses dos pequenos accionistas e da anulação dos seus poderes.

Tendo em conta os resultados da análise da economia inglesa, o Prof. John Eaton conclui peremptoriamente que, “a despeito de formidáveis transformações nas formas da propriedade do capital e do controlo, a essência permanece a mesma, isto é, a propriedade e o controlo dos meios de produção continuam em mãos particulares e o emprego dos principais recursos económicos é governado pelos direitos da propriedade privada dos meios de produção”. Nestas condições, a conclusão só pode ser esta: “o sistema económico em que predominam tais características é, por conseguinte, um sistema no qual a classe capitalista explora o trabalho assalariado da classe trabalhadora, controla o sobreproduto e ocupa uma posição de domínio social e político”.¹²⁶ Este sistema económico é o *capitalismo*, não é nenhum *sistema misto* e muito menos uma qualquer espécie de *socialismo*.

Na opinião fundamentada do Prof. Sargent Florence,¹²⁷ “[...] a direcção e a decisão definitiva acerca das grandes linhas de acção (*top policy*) continuam a pertencer, em numerosas sociedades, aos maiores capitalistas detentores de acções”, havendo “razões para acreditar que a revolução dos *managers* não foi tão longe como

¹²⁵ Sabe-se, aliás, que os grandes accionistas que controlam uma determinada sociedade impõem, muitas vezes durante anos, uma política de dividendos baixos (ou até de ausência de dividendos) a fim de ‘cansar’ os (muitos) pequenos accionistas, levando-os a vender as suas acções por baixo preço (por vezes abaixo do seu valor nominal). Uma vez senhores da totalidade (ou quase) das acções, os grandes accionistas deliberam então um aumento de capital por incorporação de reservas (aumento que se traduz na atribuição gratuita de acções aos antigos accionistas, da qual só os grandes beneficiam, uma vez ‘expoliados’ e afastados os pequenos) e passam a distribuir bons dividendos.

¹²⁶ Cfr. a tradução brasileira de *Socialism in the Nuclear Age* (Londres, 1961), sob o título *Socialismo Contemporâneo*, Zahar, Rio, 1962, 27 e 32/33.

¹²⁷ *The Logic of British and American Industry*, Londres, 1965, 193.

por vezes se pensa (ou se afirma sem pensar)”. Quer dizer: tal ‘**revolução**’ não foi suficientemente forte para esconder o que está por trás dela: a redução da base social da classe capitalista dominante e o reforço da *ditadura do capital monopolista*.

19. O sector público: aliado útil e não perigoso rival

Resta abordar os últimos argumentos do Prof. Tinbergen no sentido de ‘**provar**’ a convergência dos dois sistemas (capitalismo e socialismo) em um *sistema misto*: “Além de um sector público importante onde se fazem cerca de uma quarta parte dos investimentos, existe ainda nas economias ocidentais uma planificação bastante profunda embora seja indicativa”.

Relativamente à existência de um *sector empresarial do Estado* (ou um *sector público da economia*) nos países capitalistas, o que interessa realçar não é tanto a sua diferente dimensão em comparação com o que se passa nos países socialistas, como o facto de a propriedade dos meios de produção caber a um Estado que permanece capitalista, ao serviço dos interesses gerais do sistema. A existência de um sector público mais ou menos importante nem sequer tem permitido aos países capitalistas a sua utilização como meio de fazer cumprir o plano naqueles pontos em que os objectivos dos ‘**técnicos**’ possam não coincidir com os interesses todo-poderosos dos grandes grupos industriais. As várias formas de propriedade pública, longe de porem em perigo os grupos privados, têm-se revelado, **paradoxalmente** (ou talvez não...), como um dos meios de intervenção do Estado na vida económica, por forma a assegurar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento das instituições capitalistas (ou a “evitar uma completa destruição das instituições actuais”, nas palavras, citadas, de Keynes).

O Estado adquire, muitas vezes, a propriedade de indústrias ou ramos em dificuldades financeiras, ou que apresentam riscos excessivos na sua exploração, ou que oferecem baixas taxas de lucro ou só dão lucro ao fim de vários anos de exploração – ramos pouco atractivos para o sector privado, mas necessários para o desenvolvimento da produção em geral. Outras vezes o Estado é o proprietário de empresas fornecedoras de matérias-primas (sector mineiro v. g.) ou de serviços diversos (energia, transportes) de que as grandes empresas privadas são os principais clientes, **beneficiando**, enquanto tais, de condições e tarifas particularmente favoráveis. E nem o facto de o Estado controlar, em alguns países, uma parte importante do sector bancário lhe permitirá um ‘**domínio**’ significativo sobre as grandes empresas privadas, que recorrem cada vez mais intensamente ao *autofinanciamento*.

A situação é de tal forma clara que os interesses privados – que inicialmente reagiram contra a intervenção sistemática do Estado na economia e contra todas as formas de propriedade pública – aceitam hoje, **serenamente**, a propriedade do Estado tal

como ela se verifica nos países capitalistas: “a empresa particular – escreve o Prof. Andrew Shonfield ¹²⁸ – acabou por considerar o grandemente reforçado sector público menos como um perigoso rival do que como um aliado útil, de facto, quase como uma garantia, pois era agora tão vasto e maciço que não poderia mover-se na direcção errada, por um instante sequer, sem fazer encalhar o barco todo”. Ainda neste aspecto, portanto, a presença do Estado na vida económica é considerada como uma *garantia* para o sector privado e não como actuação que vise *fazer encalhar o barco capitalista*.

20. A planificação, elemento essencial do socialismo

Escreve o Prof. Tinbergen: “Existe ainda nas economias ocidentais uma planificação bastante profunda embora seja indicativa”. Na verdade, *a planificação pública* é hoje prática corrente nos países capitalistas.¹²⁹ Mas trata-se de *planificação indicativa*, o que poderá significar que tal ‘**planificação**’ nada tem que ver com a *planificação imperativa*, tal como é entendida e praticada nas economias socialistas.

Em geral, os autores consideram a existência de um *plano imperativo* como elemento essencial do socialismo.¹³⁰ E a verdade é que a planificação da economia iniciou-se com o advento do socialismo na União Soviética, sendo a existência do plano consagrada constitucionalmente na Lei Fundamental de 1924.¹³¹

Como *elemento essencial do socialismo*, a planificação “expressa o facto de que a economia socialista não se desenvolve de um modo elementar, antes é dirigida e orientada conscientemente pela sociedade. A planificação – ensina Oskar Lange¹³² – é um meio para submeter a actuação das leis económicas e o desenvolvimento económico da sociedade à vontade humana”. Num sistema em que os meios de produção se encontram socialmente apropriados e em que, conseqüentemente, se verifica a apropriação social do sobreproduto, torna-se possível organizar metodicamente a produção, a repartição e a troca, distribuir racionalmente os recursos materiais, financeiros e pessoais (trabalho) pelas suas varias utilizações alternativas; fixar os preços e os salários etc. Em tal sistema, o plano torna-se, portanto, no instrumento através do qual a sociedade pode exercer o seu controlo sobre as condições e os fins da produção e sobre o destino a dar ao excedente social que resulta da actividade

¹²⁸ Cfr. Andrew SHONIELD, *Modern Capitalism – The Changing Balance of Public and Private Power*, Londres, 1965, 224 (tradução brasileira, *Capitalismo Moderno*, Zahar, Rio, 1965, 329).

¹²⁹ Naqueles países onde não existe a planificação institucionalizada, nem por isso os meios de intervenção do Estado deixam de ser utilizados (será o caso dos EUA e da Alemanha Ocidental).

¹³⁰ Cfr. por exemplo A. C. PIGOU e J. J. TEIXEIRA RIBEIRO, *cits*. Oskar Lange é igualmente peremptório em afirmar que “a planificação económica ou, mais exactamente, a planificação do desenvolvimento económico é um elemento essencial do socialismo” (*ob. cit.*, 37).

¹³¹ O primeiro plano a longo prazo foi o célebre GOELRO (plano de Estado para a electrificação da Rússia), apresentado em 1920 por iniciativa e sob a direcção de Lenine. Em 1929 iniciaram-se os planos quinquenais.

¹³² Cfr. *Ob. loc. ult. cit.*

produtora.¹³³

Para cumprir a sua função de direcção consciente do processo económico pela sociedade, o plano deve ser imperativo para todas as actividades de produção e deve dispor de meios capazes de determinar o ritmo de crescimento e a orientação do desenvolvimento. Todas as unidades de produção são obrigadas legalmente a cumprir o plano (havendo sanções para o não-cumprimento) e o plano deve estabelecer qual a parte do rendimento da colectividade que irá ser destinada ao consumo e a parte a aforrar, bem como o destino a dar ao aforro em investimentos nos vários sectores da produção (v.g. na produção de bens de produção ou na produção de bens de consumo), sectores cuja actividade o plano deve coordenar por forma a eliminar os **estrangulamentos** e de modo a que o poder de compra da colectividade corresponda à produção de bens que hão-de ser destinados ao consumo privado.¹³⁴

Tendo em conta estas características da *planificação socialista* poderá afirmar-se que as reformas económicas introduzidas nos países da Europa de Leste e na **URSS** a partir de 1965 não vieram pô-las em causa e não alteraram o significado da planificação em regime socialista. Na seqüência destas reformas abandonaram-se as práticas da *planificação quantitativa*, julgada tecnicamente inadequada perante as realidades actuais, por dificultar a cabal mobilização de todos os recursos, prejudicar o progresso técnico e provocar desperdícios e estrangulamentos na produção; organizou-se um novo sistema de *indicadores de êxito*: o cumprimento do plano passou a aferir-se, fundamentalmente, pelos *resultados úteis da exploração*, pelo “lucro”, *hoc sensu*; e concedeu-se maior margem de liberdade às unidades de produção, para que possam criar condições de custos mais baixos e produzir os bens que correspondam às necessidades efectivas da comunidade.

Estas alterações – muito esquematicamente apontadas ¹³⁵ – parece não terem vindo afectar a essência dos planos socialistas. O carácter social da propriedade dos meios de produção não foi posto em causa, nem o Estado abandonou a sua vontade de planificar a produção e o desenvolvimento económico.¹³⁶ O princípio da planificação

¹³³ É claro que a ideia de *controlo social* da produção e do destino a dar ao sobreproduto implica uma ampla e consciente participação dos trabalhadores na elaboração e na execução dos planos. A este respeito, Tinbergen não deixa de reconhecer que “o grau de democracia industrial varia bastante nos dois tipos de países [capitalistas e socialistas]”, acrescentando que nestes últimos “os trabalhadores têm a possibilidade de tomar parte nas discussões acerca dos planos económicos das empresas e acerca da utilização de uma parte dos seus excedentes” (*ob. cit.*, em *Mundo Económico*, nº de 19-26, Agosto de 1961, 29).

¹³⁴ Cfr. O. LANGE, *últ. ob.cit.*, 43/44.

¹³⁵ Para informações mais pormenorizadas pode ver-se uma antologia de textos por mim publicada na *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, Ano XV – nºs 1 e 2, Jan-Jun de 1988, 36-181.

¹³⁶ O próprio Tinbergen o reconhece ao escrever que “não parece que haja perigo de as autoridades centrais [dos **países** de Leste] perderem o controlo sobre o desenvolvimento económico geral, como consequência da concessão de uma liberdade deste tipo [maior grau de liberdade nas decisões respeitantes à produção] aos *managers* (*ob. loc. ult. cit.*).

centralizada conserva toda a sua força, pois o Estado continua senhor da política económica geral, cabendo-lhe determinar as proporções macro-económicas essenciais da economia (v. g. planificação dos investimentos e determinação dos objectivos de produção fundamentais) e determinar ainda a política de progresso técnico, a política dos salários, a política dos preços.

A autonomia concedida às unidades de produção e a fuga à planificação demasiado pormenorizada não significam, pois, a restauração da propriedade privada dos meios de produção, nem da apropriação privada do sobreproduto social, nem sequer a atribuição a entidades privadas do poder de decidir acerca da utilização deste sobreproduto.¹³⁷ A adopção do ‘lucro’ como *índice de cumprimento do plano* não significa a restauração do lucro enquanto rendimento capitalista privado, sem relação com o trabalho. A busca do lucro não passa a ser o ‘motor’ da actividade económica, pois a obrigação e o objectivo principal das unidades de produção socialistas continua a ser a realização das metas definidas no plano central.

Uma especialista como a Prof^a Marie-Louise Lavigne deixa esta questão muito clara. As reformas – escreve ela – trouxeram “um processo de aperfeiçoamento dos métodos de planificação e não um incitamento à maximização do lucro. As empresas não são encorajadas a realizar o maior lucro em quaisquer condições, mas apenas dentro da execução do plano de produção. Pode muito bem acontecer que o plano lhes imponha o fabrico de mercadorias que não são muito rentáveis [...]. As empresas serão obrigadas a fabricar os produtos exigidos, ainda que com as mesmas máquinas e as mesmas matérias-primas tenham a possibilidade de fabricar outros cuja venda seria para elas mais proveitosa. De resto, elas não podem dispor do lucro que realizam. [...] Embora se fale de lucro, trata-se de uma realidade cuja função é muito diferente da do lucro capitalista”.¹³⁸

“O uso do lucro – escreve, por sua vez, o Prof. Michael Kayser¹³⁹ – é dirigido a melhorar a conformidade com as determinações centrais essenciais, não a desviar-se delas, embora se possa observar uma certa flexibilidade na escolha da direcção”. Mas é claro que também esta autonomia (relativa) concedida às empresas socialistas não visa subtraí-las aos comandos imperativos do plano central, antes pretende criar-lhes condições mais favoráveis à prossecução dos objectivos últimos da planificação socialista: racionalização da produção e sua adequação às necessidades da comunidade.

¹³⁷ Oskar Lange diz que na Polónia – e não é anedota mas pura verdade – até se especificava no plano nacional a **produção** dos pepinos em vinagre, [...] quantos coelhos deviam caçar-se por ano”, isto enquanto “os botões e as molas eram mercadorias escassas pelo simples motivo de que o plano as havia esquecido” (*ob. cit.*, 43).

¹³⁸ Cfr. “La réforme des méthodes de gestion économique en Union Soviétique: la discussion Libermann”, artigo publicado no nº de julho/1965 da revista *Les Temps Modernes* e transcrito no nº de 5.10.1965 de *Problèmes Économiques*, 14ss, versão a que tive acesso.

¹³⁹ Em *Problemi attuali della pianificazione sovietica*, Milão, Edizioni di Comunità, 1985, 95.

Tanto bastará para se poder concluir que as reformas operadas nos países socialistas da Europa não legitimam a conclusão dos ideólogos da convergência dos sistemas, no sentido de que tanto o Ocidente como a União Soviética superaram o estágio da economia de mercado, adoptando ambos os sistemas um tipo comum de planificação, em condições de um poder crescente das empresas produtoras.

O sofisma de tal conclusão só ficará, porém, inteiramente a descoberto depois de analisarmos a natureza e significado da **planificação indicativa** utilizada nos países capitalistas. É o que se tentará a seguir.

21. O capitalismo e a ‘**planificação**’

Assim como a concentração foi combatida e negada, durante muitos anos, em razão da paternidade marxista da respectiva teoria e em homenagem às virtudes do capitalismo de concorrência (identificado com o próprio capitalismo), assim também a planificação foi proscrita nos países capitalistas, já por se entender que planificação significava socialismo, já por se julgar a sua prática incompatível com a *liberdade de empresa*, considerada esta como ponto fundamental da ‘**filosofia**’ inspiradora do capitalismo.

Esta era, porém, uma atitude ‘**idealista**’ que não resistiria à prova dos factos. A partir da última década do século XIX, o movimento de concentração acelerou-se. O progresso tecnológico desempenhou um papel fundamental no processo de monopolização da economia. É o período da chamada *segunda revolução industrial*, em que o petróleo e a electricidade vêm permitir a substituição do motor a vapor pelo motor de explosão e pelo motor eléctrico; em que aparece o alumínio como importante material de utilização industrial; em que a indústria química se desenvolve a partir dos subprodutos do carvão e do petróleo; em que a utilização da energia eléctrica vem permitir a sincronização do trabalho e a produção em cadeia, favorecendo as grandes empresas; em que as novas técnicas siderúrgicas que então se começam a aplicar vêm condenar os pequenos altos-fornos que utilizam a madeira como combustível, obrigando à constituição de grandes empresas capazes de suportar os enormes encargos financeiros impostos pela adopção da nova tecnologia. As indústrias do aço, da construção mecânica e do automóvel tornam-se, em substituição dos têxteis e do carvão, nos principais ramos de actividade económica, alicerçados em empresas de grande dimensão. As indústrias novas (químicas, alumínio, aparelhos eléctricos) surgem também apoiadas em grandes empresas, aquelas que melhor respondem às exigências da amortização de enormes somas de capitais fixos, em período de acelerado progresso técnico.

Por alturas do final do século XIX, um outro factor de monopolização foi o movimento de expansão colonial e de exploração organizada, sistemática, dos vários impérios, que se seguiu à *Conferência de Berlim* (1884/1885) e à conseqüente partilha da África entre as potências capitalistas da Europa. A empresa colonial, para além de poderoso factor de acumulação de capitais e de concentração empresarial, suscitou ainda uma primeira reflexão de conjunto e de envergadura acerca do apoio político e administrativo e acerca do financiamento e controlo públicos, requeridos pelo grande capital monopolista e concedidos pelo Estado.

Com a guerra de 1914-18, as múltiplas intervenções do Estado na vida económica passam a tomar uma forma global e a necessidade de ‘**planificar**’ a intervenção do Estado faz-se sentir, principalmente na Rússia e na Alemanha. No contexto de uma economia militarizada, a planificação consiste então, fundamentalmente, em repartir concertadamente, entre os principais ‘**monopólios**’, as matérias-primas e os recursos disponíveis, bem como as encomendas do Estado.

A crise económica que nos anos trinta quase prostrou o capitalismo levou os vários governos a lançar mão de todos os meios de salvação, entre eles a “planificação”. Na França surgem o *Plano Tardieu* (1929) e o *Plano de grandes obras (Plano Marquet, 1934)*; na Itália foi apresentado o plano de secagem dos pântanos da planície aluvial do Tibre; nos EUA, o *New Deal* de Roosevelt lançaria em 1933 um vasto plano de desenvolvimento agrícola e industrial do vale do Tennessee (*Tennessee Valley Authority*); na Alemanha, com a subida de Hitler ao poder, acelerou-se a *cartelização obrigatória* (tal como na Itália de Mussolini) e a regulamentação da economia foi confiada ao Ministério da Economia (1934) e, depois de 1936, a um *bureau* chefiado por Göering, encarregado da elaboração do *Plano de quatro anos*.

Pode dizer-se, em geral, que todas as experiências corporativas recentes, reunindo no seio de organismos profissionais de constituição obrigatória representantes patronais e operários de cada profissão (muitas vezes na companhia de um representante do Estado) e atribuindo às profissões organizadas um poder regulamentar, representam a ambição de coordenar uma economia essencialmente concentrada e de harmonizar os interesses de grupos animados por tendências monopolísticas. Aos organismos profissionais (corporações) era assinada não só a função de decidir da orientação da economia (e em alguns casos a produção foi submetida a um regime rigoroso de disciplina e de organização), mas ainda a de determinar o nível dos preços e dos rendimentos, assim se chegando a uma espécie de *planificação corporativa*.¹⁴⁰

Apesar de tudo isto, Jean Romeuf pôde escrever que, “em 1939, os nossos

¹⁴⁰ Cfr. André MARCHAL, *Systèmes et Structures Économiques*, Paris, P.U.F., 1959, na trad. portuguesa, Livros Horizonte, Lisboa, s./d., sob o título *Sistemas e Estruturas Económicas*, 221-225.

manuais de economia política ignoravam ainda deliberadamente a existência de uma ciência da planificação, e só alguns especialistas conheciam os nomes, e mais raramente as obras, dos especialistas soviéticos de planificação”.¹⁴¹ De nada valeria, porém, esta *conspiração do silêncio* perante a evolução do capitalismo, abalado por crises sucessivas (e guerras imperialistas), a imporem cada vez mais a necessidade de o Estado intervir como operador na ordem económica, com o fim de sanear os conflitos intermonopolistas, de organizar a produção e os mercados, de fomentar a acumulação capitalista, por forma a salvar a barca do capitalismo. A guerra de 1914-18 ‘empurrara’ definitivamente o Estado para o campo da economia, exigindo do Estado novas e múltiplas formas de presença e intervenção na ordem económica para poder preencher a sua função nos quadros do sistema. As dificuldades que o capitalismo vinha experimentando, bem como a complexidade e a importância das intervenções **estaduais**, impunham que o sector privado (altamente ‘**monopolizado**’) e o Estado *concertassem* as suas actuações e que o Estado *planificasse as suas intervenções* (as grandes empresas, à medida que progredia a tecnologia e a concentração, tinham já começado a planificar a sua própria actividade).

E é claro que a situação autêntica do capitalismo não escapava aos autores mais lúcidos, empenhados em o salvar. Em 1926, escrevendo sobre as crises do capitalismo, Keynes proclamava em *The End of Laissez-Faire*:¹⁴² “Acredito que a cura para estas questões deve ser procurada, em parte, no *controlo deliberado da moeda e do crédito* por uma instituição central e, em parte, *na compilação e divulgação, em grande escala, dos dados relativos à situação dos negócios* [...]. Estas medidas – continua Keynes – envolveriam a sociedade no exercício de uma *inteligência directiva*, através de um apropriado órgão de acção sobre muitas das complexidades intrínsecas dos negócios privados, *mas que, entretanto, deixaria a iniciativa e as empresas privadas livres de obstáculos*”. [eu é que sublinho. A.N.]

O processo que vimos acompanhando haveria de dar um passo decisivo com o eclodir da Segunda Guerra Mundial. O progresso tecnológico e a concentração capitalista aceleraram-se; em vários países capitalistas o movimento de nacionalizações, executado por pressão das forças da Resistência, levou à constituição de sectores públicos relativamente importantes, a justificar e a exigir que o Estado planificasse a sua actividade como produtor; as necessidades de reconstrução levaram à elaboração de planos nacionais de reconstrução e desenvolvimento (por exemplo, na França, na Itália, na Holanda); a pressão do capitalismo americano, embalado pela produção de guerra, as necessidades dos países capitalistas da Europa que o conflito deixara destruídos e as

¹⁴¹ *L'Économie Planifiée*, Paris, P.U.F., Que sais-je?, 1965, 65.

¹⁴² Cfr. J. M. KEYNES, *The End of Laissez-Faire*, Londres, Hogarth Press, 1926, 47.

exigências da *guerra fria* explicam a elaboração do *Plano Marshall*, administrado pela Organização Europeia de Cooperação Económica (O.E.C.E.) no quadro europeu, mas exigindo dos países beneficiários a elaboração e coordenação de projectos de aplicação dos fundos. Depois, o desenvolvimento do comércio internacional, a importância crescente das exportações para assegurar o desenvolvimento económico, a internacionalização da presença dos grandes monopólios – tudo obrigou à intervenção planificada do Estado, no sentido de efectuar previsões, de recolher e organizar informações, por forma a complementar a programação privada, em correspondência com as exigências da nova dimensão da economia. Por outro lado, a competição entre o capitalismo e o socialismo activou-se e o êxito dos planos quinquenais soviéticos não deixou de pesar no convencimento dos países capitalistas a adoptarem também *a sua* planificação.

A *planificação pública* tornou-se prática corrente nos Estados capitalistas (consagrada mesmo em alguns textos constitucionais) e hoje ninguém seriamente porá em causa a sua necessidade, como cúpula da intervenção do Estado tal como a vieram impor as realidades do sistema, na sua fase actual de *capitalismo monopolista de Estado*. No estádio actual do capitalismo, com efeito, a problemática da planificação domina claramente o conjunto dos temas da ideologia económica. Julga-se **útil (até mesmo indispensável)** afirmar que o sistema é planificado e que o Estado, actuando como *representante dos interesses de toda a colectividade*, organiza não apenas a vida económica, mas toda a estrutura social. O mito da planificação é um dos pontos de apoio de um certo *cientismo* típico da mentalidade tecnocrática e desenvolvimentista que caracteriza a fisionomia política do capitalismo de hoje. Proclama-se que a colectividade – afastada que seja a luta de classes, identificada com a defesa de interesses particulares – pode actualmente organizar projectos razoáveis e realistas e promover o *desenvolvimento* mediante a actuação do *Estado* (capitalista), desde que nesse sentido se mobilizem *bons técnicos*, se disponha de um *bom governo* e se organize uma *boa administração*. O *desenvolvimento* é assim apresentado como um problema *técnico* (não político) e a *planificação* (levada a efeito pelo Estado capitalista) é apontada como um instrumento *técnico* indispensável ao serviço do *desenvolvimento*.

Simplesmente, é bom não se esquecer a prevenção do Prof. Pigou de que economia socialista e economia planificada não são uma e a mesma coisa, acrescentando: “Há várias espécies possíveis de economia planificada. Podemos, por exemplo, imaginar um pequeno grupo aristocrático que domine uma comunidade de escravos e planifique a indústria do país exclusivamente no seu próprio interesse, sem em nada atender ao dos escravos. Ninguém chamaria a isso socialismo”.¹⁴³

¹⁴³ *Ob. cit.*, trad. esp. cit., 13.

Paralelamente, ninguém poderá afirmar que a “planificação”, tal como é entendida e praticada no mundo capitalista, é um *elemento de socialismo*, um passo andado no sentido da convergência dos sistemas.

22. Concentração e ‘planificação’

A ocorrência e o significado da planificação **levada a cabo pelo Estado** nas economias capitalistas só se compreenderá inteiramente, porém, depois de se explicarem as razões que levaram as grandes empresas a planificar a sua actividade, antes mesmo de os Estados capitalistas planificarem a sua intervenção na esfera económica. O movimento de reacção contra a própria palavra *planificação* esgotou as suas possibilidades quando a utilização de novas tecnologias altamente evoluídas e dispendiosas (só viáveis para elevados volumes de produção) e a conseqüente necessidade de *tempo* e de *capital* forçaram a grande indústria a planificar a sua actividade. Só então a *planificação* adquiriu, nos meios capitalistas, um certo grau de ‘**respeitabilidade**’.

Enquanto o estado da técnica e a situação geral do capitalismo se revelaram compatíveis com a existência de numerosas empresas relativamente pequenas em cada ramo industrial entendia-se que o mecanismo dos preços era suficiente para assegurar a conveniente satisfação das necessidades dos consumidores, para prover as empresas da mão-de-obra, das matérias-primas e dos equipamentos necessários à produção e para lhes permitir, sem grandes riscos, a venda dos produtos fabricados. Quando esse processo deixou de ser seguro surgiu a planificação como necessidade imposta às empresas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.¹⁴⁴

A evolução tecnológica passou a exigir investimentos cada vez mais vultuosos e a obrigar as empresas a antecipar de meses ou anos as previsões acerca do comportamento da procura – o que, para além do risco maior, obriga a efectuar enormes despesas preparatórias dos próprios investimentos. Trata-se dos estudos de prospecção de mercados (internos e externos), da elaboração de protótipos, da ponderação acerca da rentabilidade do investimento projectado, da localização das unidades de produção, da análise da situação no que toca à existência das matérias-primas necessárias, da mão-de-obra especializada e das disponibilidades financeiras (a obter por autofinanciamento ou mediante recurso ao crédito) requeridas para financiar o empreendimento durante o período (longo, bastante longo, por vezes) que medeia entre o início das despesas e a percepção dos lucros. Trata-se, depois de iniciado o processo produtivo, de assegurar a sua execução e de organizar os circuitos de distribuição de modo a garantir o

¹⁴⁴ Sobre a problemática da “planificação industrial”, cfr. J. K. GALBRAITH, *The New Industrial State*, cit., especialmente o cap. III (*The nature of industrial planning*) 22ss (28ss da trad. bras.).

conveniente escoamento da produção.

Já se vê como estas exigências só podem ser satisfeitas por grandes **empresas**, o que permite compreender como a evolução das técnicas de produção fez ‘**estalar**’, a certa altura, os quadros do capitalismo atomístico assente numa multidão de pequenas empresas, para abrir caminho à concentração do poder económico num pequeno número de grandes empresas, característica do *capitalismo monopolista*.

A evolução tecnológica foi, pois, a causa primeira da introdução da *planificação económica* ao nível das grandes empresas. Como salienta Galbraith, “the planning, itself, is inherent in the industrial system”. E os planos das empresas visam, sem dúvida, reduzir ao mínimo a incerteza e as suas conseqüências: “a planificação consiste na previsão das acções exigidas entre o início e o termo da produção e na preparação para levar a cabo essas acções. Consiste também na previsão e organização de medidas para enfrentar quaisquer ocorrências não programadas, favoráveis ou não, que possam acontecer ao longo do processo”.¹⁴⁵

Mas a evolução tecnológica foi também um poderoso factor de concentração e centralização do capital. E a verdade é que a planificação económica das empresas capitalistas só foi ‘**exigida**’ quando se chegou ao estágio do capitalismo monopolista, como também é verdade que só poderosas empresas, que gozem de um *poder de monopólio* mais ou menos acentuado, estão em condições de elaborar planos que lhes ofereçam boas perspectivas de ser realizados. Só as empresas ‘**monopolistas**’ (em razão do seu pequeno número e da sua grande dimensão) podem aspirar a controlar o mercado (obrigando-o a *ceder à planificação*), e o controlo do mercado (até ao *desaparecimento da sua influência*) é, no fundo, uma das faces da planificação levada a efeito pelas grandes empresas ‘**monopolistas**’: “estas devem substituir o mercado pelo plano” – escreve Galbraith¹⁴⁶ –, no sentido de que o plano das empresas vem substituir os preços e o mercado (como mecanismos determinantes dos bens e quantidades a produzir e dos preços de venda) pela fixação prévia, por parte das empresas, dos bens e das quantidades a produzir e dos preços a pagar pelos consumidores. Através de acordos (expressos ou tácitos, mas igualmente eficientes), as empresas ‘**monopolistas**’ controlam os *preços* que impõem aos consumidores (evitando as flutuações derivadas de variações **da oferta e da procura**, sendo certo que a estabilidade dos preços é um elemento importante para se poder planificar com segurança). Através do controlo da utilização

¹⁴⁵ Cfr. *últ. ob. cit.*, 25 (p. 32 da trad. bras.).

¹⁴⁶ Cfr. *últ. ob. cit.*, 24 (trad. bras., 30). E Galbraith explica (p. 26): “uma empresa não pode, utilmente, prever e programar a acção futura ou preparar-se para as contingências se não souber quais serão os seus preços e as suas vendas, assim como os seus custos, inclusive os custos do trabalho e do capital e não souber o que estará disponível a esses custos. Se o mercado é inseguro, não poderá conhecer estes dados. E não poderá, por isso, estabelecer os seus planos [...] a menos que o mercado também ceda ante a planificação. Muito daquilo que a empresa considera como planificação consiste em tornar mínimas ou fazer desaparecer as influências do mercado” (p. 32/33 da trad. bras.).

das patentes de invenção, através da publicidade e das técnicas de vendas, as grandes empresas ‘**planificadas**’ conseguem colocar no mercado os *produtos* que mais lhes interessa produzir e nas *quantidades* mais convenientes.

Nos primeiros tempos do capitalismo industrial, o lucro das empresas derivava do nível dos custos que cada uma delas apresentava, em confronto com o preço que se fixava no mercado como consequência do jogo da oferta e da procura e da concorrência que entre elas se estabelecia. Uma vez atingida a fase do capitalismo monopolista, os consumidores (o ‘**mercado**’) passaram a ser comandados pelos *planos* das grandes empresas monopolistas e a planificação transformou-se em instrumento necessário da prossecução dos objectivos próprios das empresas capitalistas.¹⁴⁷

Este é, pois, um dos sentidos em que pode afirmar-se que, nas economias capitalistas, a “planificação” está ao serviço dos grandes grupos monopolistas.

Nem se diga que esta verdade é seriamente limitada pelo facto de que “a produção só é rentável quando satisfaz a procura dos consumidores” (Tinbergen), já que parece indiscutível que no modo capitalista de produção esta “cria não apenas um objecto para o sujeito, mas também um sujeito para o objecto” (como já salientava o autor dos *Fundamentos da Critica da Economia Política*), muito particularmente no estágio actual em que o aparelho produtivo tem ao seu serviço especialistas na *arte do desperdício* (nome de um livro de Vance Packard); em que os técnicos de publicidade estão bem compenetrados de que à publicidade compete produzir compradores em série, para absorverem a produção em série de produtos industriais; em que certas organizações se vangloriam de que estão em condições de “modificar os gostos dos clientes todos os cinco anos”; em que uma parte importante dos bens produzidos pelas grandes empresas monopolistas é transaccionada à margem do mercado (armamentos, por exemplo) ou escoada em condições especiais – de preço, qualidade e outras –, independentemente dos desejos ou interesses dos compradores (v. g. os bens transaccionados no âmbito de *programas de ‘auxílio*’ aos países ‘**subdesenvolvidos**’).

23. O Estado nunca é neutro

Se a ‘**planificação**’ **realizada** pelas grandes empresas que controlam os sectores altamente concentrados da economia é uma característica fundamental do capitalismo na sua fase monopolista, a ‘planificação’ levada a **cabo** pelos Estados capitalistas é, sem dúvida, o ponto mais alto e mais acabado da intervenção do Estado tal como ela se vem processando (por imperativo de exigências resultantes da própria evolução do capitalismo e da sua salvaguarda), particularmente a partir da Primeira Grande Guerra.

¹⁴⁷ Acerca do *significado actual do mercado nas economias capitalistas*, cfr. o que escrevi na *Vértice*, nº 331/332, Ag./Set. 1971, 883-699.

Para além do que se diz acima (n.º 21), a planificação pública nos países capitalistas explica-se por força da mesma lógica que levou as grandes empresas a planificar as suas actividades e a vencer as incertezas do mercado, **‘destruindo-o’** como mecanismo de direcção e comando da economia. Com o crescente progresso técnico foi aumentando a dimensão das empresas dominantes, aumentando do mesmo passo as exigências da produção em massa (maiores somas de capitais, maiores exigências no que toca a recursos técnicos, a matérias-primas e a mão-de-obra, mercados mais **vastos, o que significa** maiores incertezas, a exigir uma planificação mais cuidada e a prazos mais longos); o carácter social da produção e das forças produtivas foi-se acentuando, tornando as empresas e os ramos de actividade cada vez mais interdependentes, a tal ponto que se foi tornando clara a necessidade de **‘organizar’**, de **‘concertar’** a **economia; daí, ao fim e ao cabo, a necessidade de ‘concertar’** entre si os **‘planos’** dos grandes grupos monopolistas, até porque a **‘planificação’** ao nível das empresas (para poder alcançar os objectivos que ficaram apontados no número anterior) exige uma certa **‘coerência’** entre os vários sectores de actividade, isto é, exige uma certa **‘coordenação’** ou **‘planificação’** da economia nacional no seu conjunto. O Prof. Shonfield sustenta mesmo que tal *planificação pública* seria impossível se pelo menos 60% da produção não estivesse nas mãos de 40% das empresas.¹⁴⁸

Neste contexto, a intervenção do Estado na ordem económica torna-se um elemento essencial para que possa prosseguir-se a lógica do modo de produção capitalista.

Vimos que a planificação operada pelas empresas visa subtraí-las às incertezas do mercado, controlando-o. Pois a intervenção do Estado nas economias capitalistas adquire muitas vezes um sentido em larga medida coincidente com os objectivos da **‘planificação’** e do **‘controlo’** do mercado pelas empresas **‘monopolistas’**. Com efeito, certas medidas que os Estados adoptam com frequência vêm contribuir (directamente ou através da acção sobre os custos) para que as grandes empresas possam praticar preços fixados à margem das condições que seriam ditadas pelo jogo da oferta e da procura. Lembre-se, a título de exemplo, a actuação do Estado na orientação da política de salários, na fixação das taxas de juro, na concessão de subvenções e facilidades (ou isenções) fiscais no que respeita à importação de máquinas e matérias-primas, na fixação de tarifas preferenciais por parte das empresas e serviços públicos (de que beneficiam em maior medida os principais **clientes**, as grandes empresas privadas), no financiamento **[alinhar as duas linhas anteriores pela esquerda]** da investigação (quer seja realizada por centros públicos quer pelas próprias empresas privadas), na organização de esquemas de crédito e seguro de crédito à exportação, na

¹⁴⁸ Cfr. *ob. cit.*, 138 (p. 207 da trad. bras.).

concessão de subsídios às empresas exportadoras e no estabelecimento de direitos alfandegários protectores etc. O Estado assegura às (grandes) empresas, por outro lado, a certeza de que encontrarão sempre o mínimo de procura que torne rentável o investimento (encomendas do Estado, programas de ‘auxílio’ etc.). Finalmente, o Estado actua no sentido de reduzir as dificuldades e incertezas da própria planificação das empresas, reunindo e divulgando informações, preparando mão-de-obra, promovendo uma certa coerência no desenvolvimento das chamadas infraestruturas sociais (planos de urbanização, estradas, portos, caminhos de ferro etc.).

Que este é o sentido da intervenção dos Estados capitalistas na esfera da economia reconhece-o claramente Galbraith. Naqueles sectores do “sistema industrial” onde a tecnologia avançada, com uma investigação e exploração demoradas, acarreta para as empresas a necessidade de suportar um período de produção muito longo e um vultuoso investimento de capitais, é necessária a intervenção em larga escala do Estado para estabelecer preços e garantir a procura, suspendendo assim o funcionamento do mercado e eliminando a sua incerteza: “O Estado – escreve Galbraith – garante um preço mínimo, com uma margem conveniente para cobrir os custos. E compromete-se a adquirir o que for produzido ou a compensar integralmente a empresa em caso de cancelamento do contrato”.

E compreende-se que este complexo esquema de intervenção do Estado careça de ser ele próprio coordenado, ‘planificado’, até para que as empresas fiquem a saber com mais segurança aquilo com que podem contar. Daí a *planificação pública da economia*. Daí também que – conclui Galbraith ¹⁴⁹ – “a economia inteiramente planificada, longe de ser impopular, é carinhosamente encarada por aqueles que melhor a conhecem”. Daí que, hoje, só as pequenas empresas, mais ou menos condenadas pela lógica da concentração monopolista, protestem contra os ‘abusos’ da intervenção do Estado, porque esta não se desenvolve ao sabor dos seus interesses. Daí que – como informa Tinbergen na entrevista concedida ao *Jornal do Fundão* – na Holanda, por exemplo, fossem os próprios industriais a pedir ao Governo que levasse a cabo uma planificação a médio prazo para a indústria. É que o Estado intervém a ‘planificar’ uma economia já de certo modo planificada ao nível das grandes empresas (que controlam os sectores mais importantes da actividade económica), e não admira, por isso, que a planificação pública se traduza numa tentativa de tornar coerentes entre si os planos dos grandes grupos monopolistas, limando as dificuldades que possam resultar da concorrência entre eles e conjugando-os, numa base ‘realista’, com as possibilidades de intervenção e apoio do Estado. Os autores falam de *administração contratual*, para significar a existência de um sistema de compromissos colectivos entre os vários grupos monopolistas e entre estes e o Estado, assentes em princípios de *boa fé* idênticos aos

¹⁴⁹ Cfr. *ult. ob. cit.*, 31 (trad. bras., 38/39).

que regulam as relações contratuais privadas – algo que vai além do diálogo entre o sector privado e o Estado, que caracterizaria a *economia concertada*.¹⁵⁰

Tem razão, pois, o Prof. Ugo Papi quando afirma, como atrás se referiu, que “esta ingerência do **estado** na vida económica conduz a *subtrair*, primeiro os indivíduos e depois as empresas, a certos riscos. Economicamente falando, esta atitude identifica-se com um *princípio de segurança*”. Tem razão, pois, Andrew Shonfield quando afirma que “as grandes sociedades anónimas estão interessadas na planificação como um meio de reduzir as incertezas do investimento e de realizar o desenvolvimento ordenado dos seus mercados”.¹⁵¹ Têm razão, pois, todos os que entendem que é esta a verdadeira natureza da ‘**planificação**’ levada a cabo pelos Estados capitalistas: em relação às grandes empresas, ela funciona como uma *garantia de segurança*, serve-lhes como um *largo estudo do mercado*,¹⁵² procurando evitar ‘**engarrafamentos**’ da produção e duplos empregos e procurando conciliar os antagonismos porventura existentes entre grupos capitalistas rivais, aparecendo o ‘**plano**’ como o mais importante instrumento de governo de uma espécie de *conselho de administração da burguesia monopolista*, actuando em benefício global das classes dominantes, ao mesmo tempo que deixa às empresas completa liberdade de decisão em matéria de investimentos e de produção.

Funcionando dentro desta lógica, já se vê que a *planificação indicativa* não pode aspirar a ser um instrumento de direcção consciente do processo económico pela colectividade e no interesse desta. Ela só será “realista” nos seus projectos se respeitar e favorecer os interesses dos grandes grupos monopolistas, não podendo nunca pôr em causa os direitos que derivam da propriedade privada, nomeadamente a *liberdade de empresa* (por isso ela se diz meramente *indicativa*...), nem dispor o Estado – para fazer ‘**aceitar**’ o seu plano – de meios que não consistam, de uma forma ou de outra, em criar condições mais favoráveis de segurança e de lucro naqueles sectores ou naquelas regiões onde pretende incrementar os investimentos.

Entende Tinbergen que constitui “uma meia verdade”, “uma distorção da realidade”, a afirmação de que “esta planificação (a *planificação indicativa*) se faz em proveito das grandes empresas”. O que fica exposto acerca deste ponto pretende justificar a *verdade inteira* desta afirmação em que Tinbergen vê apenas *meia verdade*. Acrescentarei apenas que a minha verdade parece ser a verdade confessada por muitos

¹⁵⁰ Cfr. Jean-Paul COURTHÉOUX, “Problèmes sociologiques d’une planification indicative”, em *Revue Économique*, nº 5, 1968, 795.

¹⁵¹ *Modern Capitalism*, cit., 139 (trad. bras., 208).

¹⁵² O próprio órgão representativo do patronato francês (o C.N.P.F.) admite que o plano possa constituir o quadro de estudos de previsão económica que seriam feitos “à la demande” dos sectores interessados e entende que o plano perpetua “atitudes herdadas de um longo passado de protecção que não estão adaptadas às condições objectivas do crescimento” (*apud* J.-P. COURTHÉOUX, *ob. cit.*, 799 e 809).

outros autores. François Perroux não esconde que, “praticamente, o plano francês é muitas vezes edificado e realizado sob a influência preponderante das grandes empresas e dos grandes organismos financeiros”.¹⁵³ Andrew Shonfield afirma sem rodeios que “o Plano [francês] reflecte em grande parte as suas ideias [as ideias das grandes sociedades anónimas] ou, pelo menos, um compromisso entre os seus desejos e os dos funcionários responsáveis pela política económica do Governo”, acrescentando que os funcionários “provenientes do ministério da tutela de um determinado ramo de comércio ou indústria actuam, com bastante frequência, como se fossem, em certo sentido, os representantes desses interesses sectoriais, em vez de funcionários nomeados para exercer vigilância sobre os mesmos, em nome do interesse público”, acabando por concluir que duvidar de que a actividade da planificação, tal como se pratica na França, reforçou a influência sistemática exercida pelos grandes grupos de interesses (*large-scale business*) sobre a política económica”.¹⁵⁴ Referindo-se, em geral, à planificação, tal como vem sendo praticada na Europa Ocidental do após-guerra, este mesmo professor de Londres escreve:¹⁵⁵ “Os principais grupos de interesses são reunidos e encorajados a concluírem uma série de negociações sobre o seu futuro comportamento, o que terá como efeito a progressão dos eventos económicos pelos rumos desejados. O plano – conclui – indica a direcção geral em que os grupos de interesses, incluindo o **estado** nas suas diversas vestes económicas, concordaram que queriam seguir”. Ainda a este respeito, um autor português, o Prof. F. Pereira de Moura, ensina que “a ‘audiência dos interessados’ nos trabalhos do planeamento industrial português reduz-se, entre nós, à prestação de informações pelas empresas e, em certos casos, ao aproveitamento dos mecanismos do plano para a defesa de posições particulares”, em termos tais que o autor – que colaborou, como técnico e como Procurador à Câmara Corporativa, na elaboração dos primeiros planos de fomento portugueses – conclui pela existência de uma “espécie de ‘conluio’ tácito entre políticos, empresários e técnicos, que transforma o Plano e o planeamento quase que numa frustração para a generalidade dos portugueses”.¹⁵⁶

E J. K. Galbraith não clama, na conferência que proferiu em Paris, no clube de *Le Nouvel Observateur*, que “é preciso libertar o Estado do domínio da tecnoestrutura”?

Na seqüência da sua argumentação, acrescenta Tinbergen que “a planificação não é feita unicamente pelas grandes empresas”, pois “os sindicatos operários têm uma influência considerável na gestão geral da economia que se manifesta através do plano”.

É certo que não poderá negar-se, a este respeito, a importância que, nos países

¹⁵³ *Apud* E. MANDEL, *Iniciação à Teoria Económica*, tradução portuguesa, Afrontamento, s./d., 86.

¹⁵⁴ *Ob. cit.*, 139 (trad. bras., 208).

¹⁵⁵ *Ob. cit.*, 231 (trad. bras., 339).

¹⁵⁶ “As indústrias e o III Plano de Fomento”, conferência feita em Évora, no Instituto de Estudos Superiores, em março de 1908, e publicada no nº 8 (1989) da revista *Economia e Sociologia* (estudo inserto depois no livro *Por onde vai a economia portuguesa?*, Lisboa, Dom Quixote, 1989).

de democracia burguesa da Europa, tem tido a luta desenvolvida pelos sindicatos e pelos partidos operários. Mas a verdade é que os sindicatos não podem obrigar as empresas a investir ou a investir em certos ramos de produção (e não em outros) ou em certas regiões mais carecidas em vez de outras. Quer dizer que quem comanda a produção são as empresas e não os **sindicatos**, o que bem se compreende, no quadro da propriedade privada (capitalista) das empresas e da liberdade de empresa que dela deriva. O próprio Tinbergen não deixa de reconhecer que assim é. Ao comparar o “grau de democracia industrial” nos países do Ocidente e nos países socialistas, refere as tentativas feitas no Ocidente, para concluir que “no mundo comunista os trabalhadores têm a possibilidade de tomar parte nas discussões acerca dos planos económicos da empresa e acerca do emprego de uma parte dos lucros da empresa”.¹⁵⁷

No que se refere mais directamente à participação dos sindicatos na elaboração do plano nos países capitalistas, já se viu que tal plano é, no fundo, uma espécie de *plano dos planos das grandes empresas*, a estas cabendo a última palavra, não só no que concerne à sua execução, mas também, naturalmente, no que toca à sua elaboração. E parece poder dizer-se que a participação dos sindicatos neste capítulo não se tem revestido de importância que justifique a afirmação de que os seus interesses e os seus pontos de vista acerca da gestão geral da economia se manifestam através do plano.

É claro que essa participação dos sindicatos operários nem sequer existe nos países onde a legislação não permite a representatividade autêntica dos sindicatos nem lhes autoriza o recurso aos meios tradicionalmente utilizados para fazer valer, com relativa eficácia e força, as suas opiniões e os seus interesses. E, por maioria de razão, também não pode existir nos países onde, para além de não haver uma organização sindical forte, as grandes massas dos trabalhadores rurais e dos operários das indústrias são analfabetos ou não têm a cultura e o desenvolvimento cívico suficientes para saber que existem planos, quanto mais para compreenderem os seus mecanismos e o seu significado e o direito que deveriam ter de participar na sua elaboração (uma vez que a eles caberá a sua execução e nas suas vidas se reflectirá em maior medida aquilo que se realizar e aquilo que não se realizar).

Mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, porém, a participação dos sindicatos na elaboração dos planos **estaduais** não assume significativa importância. Na Suécia, por exemplo, não se pratica um sistema de planificação global centralizada, mas existem políticas mais ou menos definidas para certos sectores e existe uma *Comissão Permanente de Planificação a Longo Prazo*, que elabora estudos prospectivos quinquenais, os quais não são, porém, submetidos ao voto do Parlamento, não dispendo o Governo, por outro lado, de qualquer meio de acção para garantir que a economia se desenvolva de acordo com os seus planos. Pois a verdade é que as organizações

¹⁵⁷ Cfr. Artigo citado, em *Mundo Economico*, nº de 19-26 de agosto de 1961, 29.

operárias têm feito pressão no sentido de os poderes públicos alargarem o âmbito da planificação a longo prazo e de a tornarem mais ‘obrigatória’, sem que os governos sociais-democratas tenham atendido as suas pretensões... possivelmente porque entendem esses governos sociais-democratas que não é possível obter uma utilização mais racional dos recursos nacionais do que aquela que resulta espontaneamente dos mecanismos do mercado, como declarava o Ministro das Finanças sueco ao apresentar o orçamento para 1967/1968.¹⁵⁸

No que se refere à experiência francesa de utilizar o critério de representação corporativa em certas *Comissões* dos serviços de planeamento (compostas de patrões e operários), Gilbert Mathieu assinala justamente, numa série de artigos que publicou em *Le Monde*, que os representantes sindicais não têm autoridade no seio dessas *comissões* (jamais um desses representantes foi presidente de qualquer delas...) e que os representantes patronais se recusam a apresentar e a discutir, na presença dos trabalhadores, certos assuntos que envolvam o recurso a informações que considerem como “segredos do negócio”.¹⁵⁹

É claro que o que se passa nos países aqui referidos como exemplos não deixará de passar-se, de uma forma ou de outra, nos restantes países capitalistas, cuja ‘filosofia’ inspiradora bem poderá resumir-se no célebre dito de Ch. Wilson, que foi director da General Motors antes de ser Secretário da Defesa dos Estados Unidos: “o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos”. E é claro também que as considerações que aqui ficam não podem, naturalmente, fazer esquecer o fundamental, que acima ficou expresso nas palavras de François Perroux: “O estado nunca é neutro”, antes é a “expressão das classes dominantes [...], que, normalmente, não contraria ou serve os interesses dessas classes”.

Coimbra, novembro de 1971
ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

¹⁵⁸ Cfr. Claude LACHAUX, “L’économie de la Suède est-elle socialiste?”, em *Analyse et Prévision*, nº de maio/1969 (transcrito em *Problèmes Économiques*, 31.7.1969).

¹⁵⁹ Cfr. *Le Monde*, nºs de 2, 3 e 6 de março de 1962.

ÍNDICE

● Duas palavras sobre a história deste livro e a sua circunstância (A.J. Avelãs Nunes)	3
● Prefácio (Gilberto Bercovici)	X
● Nota Prévia para a edição de 1972 (A. J. Avelãs Nunes)	X
● O Prof. Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia, fala com o Dr. Pereira Ramos para o <i>Jornal do Fundão</i>	X
● A propósito de uma entrevista de Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia (1969)	X
● O essencial do socialismo (resposta de Jan Tinbergen)	X
● Resposta a Jan Tinbergen sobre o essencial do capitalismo e do Socialismo	X
1. As boas intenções	X
2. Uma grande tragédia humana?	X
3. Um estrondoso fracasso	X
4. As razões do fracasso ou a lógica do sistema	X
5. A questão fundamental	X
6. Gestão leal do capitalismo	X
7. Há desigualdades e desigualdades	X
8. O que é decisivo	X
9. O <i>Welfare-State</i>	X
10. O capitalismo já não existe?	X
11. Um <i>sistema misto</i>	X
12. O progresso e a propriedade privada	X
13. A ‘ democratização ’ do capital	X
14. A “revolução dos <i>managers</i> ”	X
15. As grandes empresas “ditas privadas”	X
16. A empresa “dotada de alma”	X
17. Existirá a “sociedade dos gerentes”?	X
18. O <i>manager</i> ... e o <i>boss</i>	X
19. O sector público: aliado útil e não perigoso rival	X
20. A planificação, elemento essencial do socialismo	X
21. O capitalismo e a ‘ planificação ’	X
22. Concentração e ‘ planificação ’	X
23. O Estado nunca é neutro	X

NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE O AUTOR, PARA O CASO DE SEREM NECESSÁRIAS PARA INCLUIR NA CONTRACAPA

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

É Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra, onde se doutorou em 1984 com uma tese sobre *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’* (1.023 págs.).

Foi membro dos cinco primeiros Governos de Portugal imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), com a tutela do Ensino Superior e da Investigação Científica.

Foi Director da Faculdade de Direito de Coimbra entre 1996 e 2000.

Exerce, desde 2003, as funções de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

É, desde 1995, Director do *Boletim de Ciências Económicas*, revista especializada editada pela Faculdade de Direito de Coimbra.

É membro dos Conselhos Consultivo ou Editorial da *Revista da Universidade Federal do Paraná*, da *Quaestio Iuris* (revista da Pós-Graduação em Direito da UERJ), da *Revista da Faculdade de Direito da USP* e da *Revista de Direito do Estado*.

Por convite da Direcção da CAPES, participou, em 2001, em 2004 e em 2007, como observador estrangeiro convidado, nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado).

É Vice-Presidente da Direcção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

É membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional.

Em 1999 foi-lhe concedido, pela Associação dos Advogados de Minas Gerais, o Diploma e a Comenda “Professor Gerson Boson”.

É Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná e Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Alagoas.

É autor de vários livros, editados em Angola, no Brasil, na Hungria, no México e em Portugal, para além de várias dezenas de trabalhos publicados sobre matérias da sua especialidade.

Foi agraciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil com a Ordem do Rio Branco.

OUTROS LIVROS PUBLICADOS PELO AUTOR (para figurar na badana, se for o caso).

- *O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais* (Tese de Pós-Graduação – 364 págs.), Coimbra, Almedina, 1968 (reeditada em 2002).
Foi também publicado em São Paulo pela Editora Cultural Paulista (2001).
- *Os Sistemas Económicos*, Coimbra, FDUC, 1973 (265 págs.), com várias reimpressões.
- *Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”*, Coimbra, FDUC, 1983.
- *Industrialización y Desarrollo. La Economía Política del “Modelo Brasileño de Desarrollo”* (trad. da tese de doutoramento), Fondo de Cultura Económica, México, 1990.
- *Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”*, edição brasileira da tese de doutoramento, São Paulo, Quartier Latin, 2005 (com Prefácio de Celso Furtado).
- *Crescimento Económico e Distribuição do Rendimento. Reflexões sobre o Caso Brasileiro*, Lisboa, 1986 (207 págs.).
- *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988 (263 págs.).
- *The Political Economy of the “Brazilian Miracle”*, Institut for World Economics of the Hungarian Academy of Sciences, Budapeste, 1990 (89 págs.).
- *O Keynesianismo e a Contra-Revolução Monetarista*, Coimbra, FDUC, 1991 (546 págs.).
- *Noção e Objecto da Economia Política*, Coimbra, Almedina, 1996 (113 págs.).
- *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003 (135 págs.).
Foi também editado em Portugal pela Editorial Caminho (2003).
- *Os Sistemas Económicos – Génese e Evolução do Capitalismo*, Coimbra, SASUC, 2006 (414 págs.).
- *A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006 (140 págs.).
Uma 1ª versão foi publicada pela OAB no Vol. 1 dos *Anais da XIX Conferência Nacional dos Advogados*, Brasília, 2005.
- *Economia* (2 Volumes: *Moeda e Crédito*), Lições ao 5º Ano da FDUC, Coimbra, SASUC, 2006/2007.
- *Introdução à História da Ciência Económica e do Pensamento Económico*, Coimbra, SASUC, 2007 (584 págs.).
- *Uma Introdução à Economia Política*, São Paulo, Quartier Latin, 2007 (600 págs.).
- Em preparação:
 - *Estudos de História das Ideias Económicas.*
 - *Economia, Constituição, Desenvolvimento Económico.*

SÍNTESE (para figurar na capa, se for o caso)

O que se discute neste livro é a concepção de socialismo defendida pela social-democracia europeia, aqui exposta pelo Prof. Jan Tinbergen. O Prof. António Avelãs Nunes faz a crítica daquela perspectiva reformista a partir da visão marxista de socialismo. Nesta óptica, faz a crítica da chamada teoria da convergência dos sistemas, analisando o significado e limites da política de redistribuição do rendimento; da chamada democratização do capital e da “revolução dos gerentes”; a existência de um sector público económico e da planificação indicativa no quadro do capitalismo monopolista de Estado. Esta é uma problemática de grande actualidade, num tempo em que a social-democracia europeia é a grande responsável política pela construção da União Europeia nos moldes do fundamentalismo neoliberal e se transformou num dos pilares do neoliberalismo à escala mundial.